

**OS DESAFIOS DO
FEMINISMO
MARXISTA
NA ATUALIDADE**

marxismo21

OS DESAFIOS DO FEMINISMO MARXISTA NA ATUALIDADE

Dossiê Temático
organizado por *marxismo21*

Amanda Menconi • Annabelle Bonnet • Arelys Esquenazi • Daniele
Cordeiro Motta • Elaine Bezerra • Iriana Cadó • Joana El-Jaick Andrade •
Lívia Moraes • Maria Amélia de Almeida Teles • Maria Betânia Ávila •
Maria Lygia Quartim de Moraes • Mary Garcia Castro • Nalu Faria •
Natalia Romé • Santiane Arias • Tica Moreno • Verônica Ferreira

2020

Martuscelli, Danilo Enrico (org.)

Os desafios do feminismo marxista na atualidade / Danilo Enrico Martuscelli (org.)

- 1. ed. - Chapecó, Coleção marxismo21, 2020.

ISBN: 978-65-00-02583-5

1. Teoria marxista. 2. Feminismo. 3. Classes sociais. 4. Lutas Sociais. Título

Esta publicação está disponível para download gratuito no formato PDF.

A revisão e padronização foram feitas pelos próprios autores/autoras.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores/autoras. É permitida a reprodução desta obra, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Capa e diagramação: Alexandre Marinho Pimenta (marxismo21).

Blog marxismo21 - divulgando a produção teórica marxista no Brasil contemporâneo

Proposta editorial de *marxismo21*

(15 de agosto de 2012)

Tantas vezes anunciada como superada ao longo de mais de um século, a teoria marxista tem despertado um significativo e abrangente interesse em todo o mundo. Para nós, isso decorre de sua natureza científica e de sua dimensão crítica, decisivas não apenas para a análise e diagnóstico da crise estrutural do capitalismo como também para a radical superação desta forma de sociabilidade, sobretudo a partir da mais recente crise da economia capitalista.

Entendemos também que o marxismo apenas conseguirá responder aos desafios do século 21, caso se mantenha aberto à confrontação permanente com os novos fenômenos da atualidade, seja na economia, seja na política, na cultura, etc., testando sempre a validade de suas hipóteses. Por sua vez, a afirmação teórica do marxismo nunca será um ato gratuito, implicando sempre um compromisso com as lutas sociais e políticas contra o capitalismo e pelo socialismo.

Com características inéditas no Brasil, marxismo21 visa responder às necessidades intelectuais não apenas de estudantes e pesquisadores/as, mas também de militantes sociais e partidários/as, professores/as e estudantes do ensino médio, informando-os sobre as programações, os eventos e as distintas produções teóricas comprometidas com as obras teóricas de Marx e Engels.

Convencidos de que a riqueza e a complexidade da teoria marxista se manifestam pelo seu pluralismo e diversidade, os/as editores/as se empenharão em divulgar as diferentes interpretações sobre a obra de Marx. Comprometido com uma orientação democrática, não-sectária e pluralista, marxismo21 não privilegiará nenhuma tradição teórica nem se filiara a qualquer corrente político-partidária atuante na cultura política brasileira. Além disso, pretende ser um espaço de articulação da pesquisa marxista buscando conferir-lhe um caráter mais articulado e coletivo num país de dimensões continentais como é o Brasil.

O blog pretende ser, sobretudo, um instrumento útil e valioso na luta teórica, política e ideológica pela difusão do pensamento marxista, crítico e

transformador. Esta expectativa funda-se na convicção de que as ferramentas oferecidas pelos novos suportes e mídias digitais, bem como os temas relativos à sua democratização e socialização, devem ser questões e desafios enfrentados pelo marxismo no século 21. Iniciativa de pesquisadores/as marxistas, marxismo21 se consolidará e será bem-sucedido desde que tenha a solidariedade ativa das entidades de pesquisa e estudos, dos editores, dos autores e dos movimentos sociais e políticos de esquerda do país. marxismo21 não é propriedade intelectual de seus/suas atuais criadores/as, mas um compromisso de todos/as os/as marxistas que se dispuserem a participar de sua construção, produção e funcionamento.

Comitê Editorial

Alexandre Marinho Pimenta, Angélica Lovatto, Caio Navarro de Toledo, Danilo Enrico Martuscelli, David Maciel, Leandro Galastri, Luciano Cavini Martorano e Ricardo Figueiredo de Castro.

Conselho Editorial

Ademar Bogo, Adriano Nascimento, Andrea Piazzaroli Longobardi, Ângelo Novo, Augusto Buonicore (*in memoriam*), Bernardo Boris Vargaftig, Bruno Durães, Camila do Valle, Carla Luciana Silva, Coletivo Cem Flores, Davisson de Souza, Demian Melo, Diorge Konrad, Elcemir Paço Cunha, Eliel Machado, Eurelino Coelho, Fernando Ponte de Souza, Flávio Antônio de Castro, Francisco Farias, Gilberto Calil, Gonzalo Rojas, Guilherme Boulos, Hector Benoit, Helder Gomes, Henrique Wellen, Iná Camargo Costa, Jefferson Barbosa, Joana Coutinho, José Carlos Ruy, José Claudinei Lombardi, José Roberto Cabrera, Lidiane Soares Rodrigues, Lincoln Secco, Lívia de Cássia G. Moraes, Luiz Martins, Marcelo Carcanholo, Marcelo Lira, Márcio Naves, Marcos Del Roio, Marcos Soares, Maria Orlanda Pinassi, Maria Ribeiro do Valle, Marly Vianna, Mário Maestri, Maurício Vieira, Mauro Iasi, Meire Matias, Miguel Yoshida, Milton Pinheiro, Muniz Ferreira, Patrícia Vieira Trópia, Paulo Denisar Fraga, Plínio Arruda Sampaio Jr., Raquel Varela, Renato Nucci, Ricardo Antunes, Ricardo Festi, Roberta Traspadini, Roberto Leher, Rodrigo Castelo Branco, Rodrigo Duarte Passos, Ronaldo Rosas Reis, Sávio Cavalcante, Sérgio Barroso, Sérgio Braga, Silvia Beatriz Adoue, Sofia Manzano, Virgínia Fontes e Wilson Santos.

Sumário

Apresentação e homenagem	9
<i>A Greve Feminista e sua contribuição para a relação entre sindicalismo e feminismo</i> Amanda Menconi	13
<i>O feminismo marxista tem uma história? Breve estudo do caso francês</i> Annabelle Bonnet	23
<i>O dilema das desigualdades frente ao marxismo</i> Daniele Cordeiro Motta	37
<i>A revolução será feminista, ou não será!</i> Elaine Bezerra	51
<i>Da produção à reprodução: um olhar do feminismo crítico para o trabalho das mulheres</i> Iriana Cadó	65
<i>A política identitária como parte fundamental do projeto revolucionário</i> Joana El-Jaick Andrade	75
<i>Epistemologias, práxis e desafios conjunturais nas relações entre feminismo(s) e marxismo</i> Lívia Moraes e Arelys Esquenazi	89
<i>O que diria Heleieth Saffioti (1934-2010), a feminista marxista, pioneira, sobre os dias de hoje?</i> Maria Amélia de Almeida Teles	101
<i>Feminismo e Marxismo: uma relação dialética</i> Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira	111

<i>Breve história do feminismo marxista</i> Maria Lygia Quartim de Moraes	129
<i>Desafios ao marxismo e ao feminismo emancipacionista em tempos de barbárie neoliberal</i> Mary Garcia Castro	139
<i>Feminismo socialista: um panorama do pensamento e da luta das mulheres</i> Nalu Faria	155
<i>Feminismo em sua conjuntura. Neoanarquismo, a outra face do tecnocratismo</i> Natalia Romé	165
<i>A luta feminista frente ao avanço do conservadorismo</i> Santiane Arias	179
<i>Feminismo contra o capitalismo</i> Tica Moreno	187

Apresentação e homenagem

Desde sua criação, *marxismo21* tem se comprometido a publicar dossiês de textos digitalizados sobre as produções teóricas e as análises concretas orientadas pela teoria marxista. Ênfase especial tem sido dada à produção teórica produzida por intelectuais e militantes marxistas brasileira(o)s.

O tema do feminismo tem recebido atenção do coletivo que integra *marxismo21* e já foi objeto de dois dossiês especiais. Referimo-nos ao dossiê sobre o pensamento de Heleieth Saffioti, publicado em março de 2016, que abriga o maior acervo digital de obras desta importante intelectual brasileira, estudiosa e militante da causa feminista, além de trabalhos que discutem a sua obra; e ao dossiê “marxismo, sexualidade e gênero”, lançado em maio de 2017, que conta com uma série de textos que abordam as questões de gênero e de sexualidade e o debate feminista.

Com o objetivo de aprofundar e estimular a discussão acerca deste tema incontornável para a luta d(a)os socialistas, o blog *marxismo21*, em meados de fevereiro de 2020, engajou-se na organização do dossiê ***Os desafios do feminismo marxista na atualidade***. Para isso, convidou várias militantes, intelectuais e pesquisadoras que têm se dedicado ao estudo das relações entre feminismo e marxismo a fim de que elaborassem um pequeno artigo, num prazo de cerca de 45 dias, que abordasse parte ou a íntegra das seguintes questões: “1) Qual é especificidade do feminismo marxista? É possível falar em feminismos marxistas?; 2) Quais são os pontos de proximidade e contradição do feminismo marxista com as demais correntes feministas, sejam as anticapitalistas ou as burguesas liberais?; 3) O que se vislumbra na conjuntura atual da luta feminista diante da ofensiva do conservadorismo moral?; 4) Qual papel podem desempenhar as feministas na luta contra o governo Bolsonaro e sua base de apoio?; 5) Quais são as possibilidades e as dificuldades para a luta feminista se converter num movimento popular massivo no Brasil?”.

No total, *marxismo21* recebeu 15 artigos assinados por 17 autoras, que foram inseridos no *dossiê* em ordem alfabética.

Somos gratos às colegas que colaboraram com a organização deste dossiê: seja na revisão técnica da tradução de um dos artigos realizada por Elaine Amorim, seja na

indicação de nomes para elaborar textos para compor o dossiê: Cláudia Mazzei, Daniele Motta, Juliane Furno, Mirla Cisne, Natália Doria, Patrícia Trópia e Tatiana Berringer.

Dez anos sem Heleieth Saffioti

marxismo21 presta sua homenagem a esta grande pensadora marxista Heleieth Saffioti (1934-2010), cuja obra foi pioneira no Brasil para demarcar duas relações de extrema importância para a luta socialista: a condição da mulher e a luta de classes; o marxismo e a questão feminista.

Autora de vasta obra, seu livro mais importante é *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, publicado em livro em 1969 e reeditado em 2013,¹ e que foi fruto de pesquisa inicial de doutorado, resultando posteriormente na Livre-docência defendida na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara, que, a partir de 1976, passou a integrar a recém-criada Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus de Araraquara, onde atuou como docente.

A situação da mulher expressa, segundo Heleieth Saffioti, “o impasse diante do qual se vê colocada a sociedade de classes”,² frente às contradições inerentes ao sistema capitalista de produção, ou seja, ao mesmo tempo que explica, sua tese reconhece a posição da mulher na sociedade de classes, sem desconsiderar sua especificidade no sistema de produção onde homens e mulheres são explorados. A preocupação, inclusive metodológica da autora, foi a de deixar claramente configurada a real capacidade do capitalismo monopolista para absorver força de trabalho de categorias sociais dominadas e discriminadas. Por isso, sua obra alerta incessantemente para o fato de que os estudos sobre a emancipação da mulher, na sociedade de classes, precisam ser construídos sob esse pressuposto, sob pena de incorrerem no erro de isolar em demasia o papel feminino da totalidade histórico-social em que se insere.

1 SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 3ª.ed., 2013.

2 Ibidem, p. 510.

Vale a pena ler, diretamente nas palavras desta mulher extraordinária, a passagem onde fica clara sua preocupação fundamental, quando explica a função deste livro seminal:

Este livro dirige-se a todos, homens e mulheres, quantos não se acomodaram na sabedoria convencional e àqueles cuja postura mental oferece-lhes possibilidades de abandonar tal acomodação. Não se trata, pois, de uma obra dirigida exclusivamente às mulheres. Sendo homens e mulheres seres complementares na produção e na reprodução da vida, fatos básicos da convivência social, nenhum fenômeno há que afete a um deixando de atingir o outro sexo. A não percepção deste fato tem conduzido a concepções fechadas de masculinidade e feminilidade. Na vida real, entretanto, as ações de homens e mulheres continuam a complementar-se, de modo que à mistificação dos seres femininos corresponde a mistificação dos seres masculinos. Assim, não são apenas as mulheres que sofrem a atuação da mística feminina; desta constituem presas fáceis também os homens. Não é, porém, agradável ouvir tal assertiva. Por isso, faz-se necessário o exame acurado dos fatos que a comprovam, e este constitui um dos objetivos nucleares deste livro. Não se trata, pois, de iniciar uma competição com a sabedoria convencional. Ao contrário, trata-se de situá-la como parte integrante dos mitos, já que não corresponde à realidade observada, aqui exposta e analisada”.³

No momento do lançamento da edição do dossiê temático “Os desafios do feminismo marxista na atualidade”, nada mais justo do que homenagear esta mulher que abriu no Brasil os difíceis caminhos, teóricos e práticos, da emancipação da mulher na sociedade de classes.

Heleieth Saffioti, presente! Agora e sempre!

Viva a luta feminista socialista!

Editoria de *marxismo21*, maio de 2020.

³ Ibidem, p.34

A Greve Feminista e sua contribuição para a relação entre sindicalismo e feminismo

*Amanda Menconi **

Crise complexa, lutas diversas: saída unitária

O capitalismo, por ser um sistema baseado na maximização do lucro, atua de forma versátil e criativa na busca das mais diferentes formas de se perpetuar, valendo-se da exploração da natureza, do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo. Dentro do campo do marxismo, a Teoria da Reprodução Social busca desvendar os nexos entre as distintas formas de exploração e suas características particulares, revelando-as como parte de um mesmo sistema social que constantemente as reforça.

A ideia central dessa teoria é a de que o capitalismo *“é um sistema unitário que pode integrar com êxito, ainda que de maneira desigual, a esfera da reprodução e a esfera da produção. As mudanças em uma esfera têm efeito na outra.* (BHATTACHARYA, 2019). Ambas as esferas são essenciais para a sobrevivência do capitalismo, uma vez que não há produção sem trabalho reprodutivo.

Lavar, passar, cozinhar, alimentar, vestir e amparar afetivamente as pessoas. A reprodução social diz respeito a todas essas coisas, mas não se limita a elas. Diz respeito também aos serviços relacionados à saúde, como o trabalho de profissionais nos hospitais ou no postinho do bairro. Lugares onde levamos nossos filhos e pais em consultas médicas e onde exigimos atestado para justificar nossa ausência no trabalho naquela data. É reprodução social não apenas a socialização das crianças no lar, mas os serviços sociais de educação.

O que há de comum nessas mais diversas atividades, sejam elas remuneradas ou não? É quase automático lê-las pensando em uma mulher as executando, uma vez que se trata de atividades desempenhadas historicamente, em sua maioria, por mão-de-obra feminina, não remunerada ou mal remunerada.

* Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e militante da Resistência Feminista.

A centralidade dessas atividades para a sobrevivência da própria humanidade fica ainda mais evidente em 2020, durante a pandemia mundial da Covid-19, em que os trabalhos considerados essenciais, como o da saúde, limpeza, alimentação e cuidados são marcados pela presença das mulheres trabalhadoras.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, quase a totalidade da população brasileira feminina de 14 anos ou mais trabalhou o dobro de horas semanais nos afazeres domésticos e no cuidado de pessoas, se comparada aos homens.⁴ O rendimento médio das mulheres ocupadas entre 25 e 49 anos de idade (R\$ 2.050) equivalia a 79,5% do recebido pelos homens (R\$ 2.579). Dentre as profissões com maior concentração de mulheres estão os trabalhadores dos serviços domésticos (95,0%), professores do ensino fundamental (84,0%), trabalhadores de limpeza (74,9%) e trabalhadores de centrais de atendimento (72,2%).⁵

Se analisarmos a categoria de professores do ensino fundamental, o salário chega a ser 30% menor que a média de profissionais com a mesma escolaridade (curso superior). Mesmo dentro da categoria de professores do ensino fundamental, as mulheres recebem 90,5% do rendimento dos homens.⁶ É, portanto, interesse das mulheres que todos os trabalhadores conquistem um salário digno, uma vez que são justamente elas as que recebem menor remuneração

O aprofundamento do neoliberalismo, marcado por cortes nas políticas sociais e pela privatização dos serviços públicos, exige mais horas de trabalho remunerado por unidade familiar e empurra a carga de cuidados para as mulheres no ambiente doméstico, aumentando a exploração e a opressão. É essa professora, que, após um dia de trabalho intenso na escola, é responsabilizada pelo cuidado de todos os seres vivos que coabitam sua casa.

4 Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), referente ao quarto trimestre de 2018. Trata-se, especificamente de 92,6% da população brasileira feminina com mais de 14 anos, o que representa mais de 80 milhões de pessoas que trabalham nesses afazeres domésticos uma média de 21 horas semanais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25223-mercado-de-trabalho-reflete-desigualdades-de-genero> Visitado em: 09/04/2010.

5 Estudo Especial sobre Diferenças no Rendimento do Trabalho de Mulheres e Homens nos Grupos Ocupacionais, feito com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. O valor médio da hora trabalhada foi de R\$ 13,0 para as mulheres e de R\$14,2 para os homens. Pesquisa disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23923-em-2018-mulher-recebia-79-5-do-rendimento-do-homem> Visitado em 09/04/2020.

6 Conferir: <http://www.apecoesp.org.br/noticias/noticias-2019/salario-do-professor-e-30-menor-que-media-de-profissionais-com-mesma-escolaridade/> Publicado em 26/06/2019. Visitado em 09/04/2020.

A atual pandemia da Covid-19 escancarou também essa realidade da tripla jornada de trabalho das mulheres. Em meio ao considerável aumento dos casos registrados pelos órgãos de saúde, trabalhadoras da educação foram convocadas em muitos estados brasileiros a trabalhar de maneira remota, tendo que responder, ao mesmo tempo, às demandas do trabalho doméstico e do cuidado de seus filhos.

A movimento feminista atual têm cumprido o papel de expor os limites do neoliberalismo para a imensa maioria das pessoas. Ao lutarem por seus interesses, as mulheres atacam os lucros capitalistas e demonstram quem a luta de classes não se restringe apenas ao local de trabalho: ela ocorre “*em diversos terrenos sociais e não apenas por meio de sindicatos e organizações oficiais de trabalhadores*”, incluindo as lutas “*por sistema de saúde universal e educação gratuita, por justiça ambiental e acesso à energia limpa, por habitação e transporte público*”. (ARRUZZA et al, 2019, p. 55).

A luta de classes atual é marcada pelo papel das mulheres que são, ao mesmo tempo as maiores vítimas da atual crise capitalista e as protagonistas das mobilizações recentes, na esfera da reprodução social. Analisaremos agora algumas dessas mobilizações, buscando refletir sobre as potencialidades e os desafios da relação entre feminismo e sindicalismo no Brasil.

A onda mundial de protestos feministas

Houve, no último período, um aumento no número de greves no mundo que aliam mobilizações de rua e nos locais de trabalho referentes à reprodução social, onde as trabalhadoras são maioria. Da periferia do capitalismo, o grito das mulheres ganhou o mundo por meio das redes sociais, impulsionando manifestações massivas, sobretudo, nos países mais afetados pela crise e pelas políticas de austeridade.

Em 2016, da Argentina, o movimento “*Ni una a menos*” chegou ao Brasil, Chile, Itália e Espanha. Em 2017 foi a vez dos Estados Unidos ser palco de uma onda de protestos feministas a partir da *Women’s March* – marcha de Mulheres contra Trump⁷. Realizada em Washington no dia 21 de janeiro daquele ano, alcançou 50 estados americanos e mais de 70 países.

⁷ No dia 8 de março de 2017, muitas escolas não abriram devido à greve de mulheres e as redes sociais foram inundadas pelo compartilhamento das declarações misóginas do Presidente Trump. Sobre a continuidade do movimento, conferir: <https://www.womensmarch.com/>. Pesquisado em 17 de dezembro de 2018.

Tais experiências se desdobraram na tentativa de articulação de uma Greve Internacional de Mulheres no dia 8 de março de 2017. As manifestações internacionais tiveram caráter combativo e politizado. Não apenas fotos e *hashtags* foram compartilhadas, mas também documentos, análises e, acima de tudo, um repertório de ação comum e uma identidade coletiva por meio da greve. As feministas contribuem para democratizar e expandir a greve, considerando tanto o trabalho produtivo quanto o trabalho reprodutivo:

Mas é acima de tudo a greve que constitui a novidade mais importante da nova onda. Não só porque a greve colocou no centro do debate o trabalho das mulheres, o papel das mulheres na reprodução social e a relação entre produção de mercadorias e reprodução, mas porque se tornou o motor principal de um processo de subjetivação através do qual uma nova subjetividade feminista anticapitalista está emergindo. (ARRUZZA, 2018).

Este fato coloca na ordem do dia a necessidade de superarmos tanto uma visão que opõe a luta de classes à luta identitária, quanto uma visão que considera a luta feminista como um “complemento” da luta de classes (ARRUZZA, 2017). Torna-se mais frutífero para a análise compreendermos esse processo como uma das formas que luta de classes se expressa hoje, por meio de diversas organizações que, ao atuarem conjuntamente, fortalecem-se mutuamente. Assim, essa mudança na forma de análise nos permite também compreender “a importância das lutas políticas em qualquer das esferas e a necessidade de uni-las”. (BHATTACHARYA, 2019).

No Brasil, a Greve Internacional de Mulheres do dia 8 de março de 2017 possibilitou a articulação de paralisações nos locais de trabalho com manifestações de rua; de reivindicações salariais e trabalhistas com reivindicações contra os cortes nos serviços sociais. Em pelo menos 17 estados destacou-se a luta pela igualdade de direitos entre mulheres e homens e contra as Reformas da Previdência e Trabalhista. A *hashtag* #ForaTemer esteve presente, junto a uma importante unidade de ação de movimentos sociais e sindicais.⁸

Para compreendermos o impacto dessa conjuntura mundial de lutas feministas no sindicalismo de base majoritariamente feminina tomaremos o exemplo do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, a APEOESP, que é

⁸ Conferir: <https://g1.globo.com/politica/noticia/cidades-tem-protestos-no-dia-internacional-da-mulher.ghtml>

considerado um dos maiores sindicatos da América Latina, de abrangência estadual na educação básica e pública.

A APEOESP aderiu à manifestação do dia 8 de março de 2017 por meio da convocação de uma paralisação nos locais de trabalho e saída de ônibus de dezenas de subsedes do interior em direção à capital paulista para participarem da primeira assembleia da categoria daquele ano e da passeata do Dia Internacional da Mulher.

Na assembleia, as falas destacaram que as lutas contra a violência à mulher se combinam às lutas por reajuste salarial e em oposição ao avanço das políticas neoliberais, como a Reforma da Previdência, que precariza o trabalho de uma categoria composta por 84% de mulheres.

A convocatória para essa ação foi feita pelos dirigentes sindicais de base das localidades, que conta com expressiva participação feminina. A divulgação contou com a impressão do Boletim do Dia da Mulher, que destacou a importância da luta protagonizada pelas mulheres estadunidenses na *Women's March*:

Mulheres e homens protestaram em todo o planeta contra a ascensão de uma ideologia que desrespeita não apenas o sexo feminino, mas também os direitos dos imigrantes e da população LGBT. (...) Os direitos femininos envolvem todos, independente de gênero, raça e classe social, como demonstraram os milhares de manifestantes reunidos nas Marchas de Mulheres, realizadas em diversos países contra a ideologia propagada pela chegada de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos. (APEOESP - Boletim Dia da Mulher, março de 2017, pesquisado em 20/02/2020. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/>).

Realizamos uma pesquisa com 130 delegadas sindicais de base que participaram da IV Conferência de Mulheres da APEOESP em 2019, sobre a adesão dessas mulheres à protestos ocorridos entre os anos de 2017 e 2018. A pesquisa revelou que 94 delas participaram dessa atividade de paralisação dos locais de trabalho, assembleia da categoria e passeata junto aos demais movimentos de mulheres, o que representa 72,3% de adesão.

O dia 8 de março de 2017 contribuiu para o impulsionamento das lutas do movimento sindical, resultando em uma Greve Geral convocada pelas centrais no mês seguinte. Assim como a Greve Feminista, o dia 28 de abril⁹ pautou a luta contra a Reforma Trabalhista e da Previdência, além de pautas específicas das categorias mobilizadas. No caso da APEOESP, as pautas foram à melhoria na qualidade da

9 Para mais informações sobre a Greve Geral de 2017, conferir: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/27/politica/1493303188_266659.html

educação pública, reajuste salarial, e a luta contra a terceirização e a redução de disciplinas no currículo do Ensino Médio.¹⁰

Dentre as manifestações analisadas pela pesquisa, a greve geral foi a que contou com maior participação das docentes sindicalistas, 101 das 130, o que representa uma adesão de 77,7%. O aumento de 5,4% na participação em relação à Greve Feminista mostra que a entidade, nos meses de março e abril de 2017, vinha em uma escalada de seu poder de mobilização. Demonstra ainda que os sindicatos cumprem ainda importante papel.

No ano seguinte, nos dias 14 de junho e 8 de agosto de 2018, uma multidão tomou as ruas na Argentina durante a votação do *Proyecto de Ley de Interrupción Voluntaria del Embarazo* no Congresso e no Senado Nacional. Os protestos tiveram o feminismo como vanguarda responsável por articular diversos movimentos sociais, populares, estudantis, sindicatos e ONG's.

Esses ventos insurgentes rapidamente chegaram ao Brasil e, em setembro e outubro de 2018, as manifestações do #Elenao foram articuladas pelas redes sociais por meio do Movimento Mulheres Unidas Contra Bolsonaro que se formou durante o processo eleitoral. Os protestos, que não tiveram uma direção central estabelecida, alcançaram abrangência de massas, com mais de um milhão de pessoas nas ruas, sendo, provavelmente, o maior protesto realizado por mulheres na história do Brasil. Os protestos, que não tiveram uma direção central estabelecida, alcançaram abrangência de massas, com mais de um milhão de pessoas nas ruas, sendo, provavelmente, o maior protesto realizado por mulheres na história do Brasil.

Encontraram-se nas ruas militantes de movimentos de luta contra as opressões, como o movimento feminista, negro e LGBT, militantes de sindicatos e de partidos de esquerda, além de ativistas independentes que se colocaram contrários a eleição de Jair Bolsonaro. Para muitas mulheres jovens, o #Elenao foi sua primeira experiência de luta concreta. As manifestações multitudinárias resultaram na conformação de uma frente que aglutinou diversas organizações de distintos matizes políticas, porém hegemonizada pela esquerda.

Diferente das tradicionais convocatórias para as manifestações do dia 8 de março, não foi encontrado no site da APEOESP nenhum chamado oficial para os atos do

10 APEOESP Informa Urgente, número 24, publicado no dia 31/03/2017, disponível em <http://www.apeoesp.org.br/>

#Elenao. O que há são compartilhamentos de matérias relacionadas ao período eleitoral, como, por exemplo, uma matéria da Agência Repórter Sindical, publicada um dia antes do primeiro grande protesto de rua, cuja manchete dizia: “Mulher trabalhadora vai engrossar protestos contra Bolsonaro”¹¹ e outra, do Brasil de Fato, publicada quatro dias antes do segundo protesto, intitulada: “Bolsonaro e Escola sem Partido querem educação que ensine a ideologia da direita”¹².

O manifesto da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação também foi publicado no site da APEOESP, dia 15 de outubro de 2018, cinco dias antes do segundo protesto. O manifesto tinha o objetivo de mobilizar educadoras contra o retrocesso representado pela agenda política e educacional do candidato, articulando a importância da escola no combate às opressões:

Sob Bolsonaro, a escola será impedida de desempenhar seu papel cidadão para o enfrentamento do racismo, do machismo, da homofobia e do elitismo que predomina na sociedade brasileira. A escola deve ser um espaço para a transformação social positiva, não pode servir à reprodução das desigualdades e das injustiças que marcam nossa sociedade. (Campanha Nacional Pelo Direito à Educação. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2018/educadoras-e-educadores-em-defesa-da-educacao-e-da-democracia-haddad-sim-bolsonaro-nao/>).

Das 130 professoras que responderam a pesquisa, 93 afirmaram terem participado dos protestos do #Elenao, o que representa 71,5%. Trata-se de apenas uma professora a menos, se comparada à paralisação do dia 8 de março de 2017, que antecedeu a greve geral. Os protestos do #Elenao ocorreram aos sábados, sem paralisação da categoria e sem convocação oficial da APEOESP.

Além de demonstrar a força do #EleNã dentro as professoras, a análise desse caso concreto revela que o sujeito social das lutas feministas recentes se intersecciona, em alguma medida, com a base social das organizações tradicionais. Ou seja, há um processo de múltipla militância que precisa ser considerado.

Dentre as dificuldades da massificação da Greve Internacional de Mulheres no trabalho produtivo está o fato de que a legislação dos diferentes países estabelece prerrogativas para a interrupção do trabalho, que, no geral, implica na decisão

11 Disponível em <http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2018/mulher-trabalhadora-vai-engrossar-protestos-contrabolsonaro/>

12 Disponível em <http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2018/bolsonaro-e-escola-sem-partido-querem-educacao-que-ensine-a-ideologia-da-direita/>

coletiva e voluntária dos trabalhadores representados por determinado sindicato. Uma trabalhadora, de forma individual, poderia faltar ao trabalho para aderir ao movimento, porém, sofreria de forma individual o ônus da falta. Em relação à greve no trabalho reprodutivo, os altos índices de violência doméstica em países como o Brasil dificultam sua concretização. Nesses casos, vê-se a importância da articulação entre o movimento feminista e entidades coletivas de representação no nível local, como, por exemplo, o sindicalismo.

Assim, ao mesmo tempo que a onda de protestos feminista tensiona os limites das organizações tradicionais de representação da classe, ela também necessita se articular com elas para se enraizar e se consolidar. O sindicalismo, apesar de impactado em seu poder de mobilização, ainda não foi superado. Ele segue sendo a principal organização para travar a luta pelos direitos das mulheres na esfera da produção. (BHATTACHARYA, 2019). Assim, o recente ascenso feminista oferece ao sindicalismo e ao movimento feminista a possibilidade de se fortalecerem mutuamente.

Considerações finais

A amplidão da crise capitalista exige a reflexão sobre como colocar em movimento as diversas organizações da classe trabalhadora, em especial, seus setores mais oprimidos. Frente aos exemplos que tem dado mundo afora, é possível afirmar que as Greves Feministas têm se apresentado como a atual vanguarda no impulsionamento de ações unitárias entre movimentos sociais, sindicais e de luta contra as opressões, funcionando como um “o catalisador e o modelo para iniciativas abrangentes”. (ARRUZZA et al, 2019, p. 42).

Nas experiências concretas de luta os mais diferentes ativistas compreendem contra quem e com quem devem lutar. Identificam seu inimigo comum ao mesmo tempo que fortalecem a solidariedade dentre as diversas pautas, formas de ação e organização. Por isso o feminismo deve atuar em conjunto “*com outros movimentos anticapitalistas mundo afora – com movimentos ambientalista, antirracistas, anti-imperialista e LGBTQ+ e com sindicatos.*” (ARRUZZA et al, 2019, p. 93).

Com esse novo ascenso global de luta das mulheres abrem-se potencialidades, mas também desafios. O feminismo anticapitalista poderá assentar suas bases em setores bastante consolidados de mobilização do setor produtivo se tiver a capacidade e a disposição de entender o sindicalismo como um aliado e não como um adversário.

Há um processo de múltipla militância que deve ser considerado, uma vez que é possível encontrar uma base sindical de mulheres em manifestações feministas não dirigidas pelo sindicalismo e nem convocadas diretamente por ele. Ao mesmo tempo, é possível encontrar nessas manifestações trabalhadoras não sindicalizadas, para as quais o sindicalismo poderia se tornar uma referência.

O sindicalismo pode se renovar e se fortalecer abraçando a Greve Feminista como parte da sua estratégia de ação e inserindo-a em seu calendário de lutas. Para isso, é necessário viabilizar a participação da classe trabalhadora nos protestos protagonizados pelas mulheres, convocando paralisações nos locais de trabalho e aderindo à manifestação de rua.

Sendo a classe trabalhadora mundial diversa e não majoritariamente masculina, branca e heterossexual, a emancipação das mulheres é parte da emancipação da classe trabalhadora e as Greves Feministas são uma expressão da luta de classes. Para que haja o fortalecimento mútuo entre o feminismo e o sindicalismo, é fundamental que as feministas anticapitalistas ampliem o diálogo com outras organizações da classe trabalhadora, e que o sindicalismo incorpore em seu cotidiano militante não apenas a discussão, mas uma prática verdadeiramente feminista.

Referências:

APEOESP Vídeos – Assembleia 8 de março. Publicado em 09/03/2017. Disponível em <http://www.apeoesp.org.br/videos/tv-apeoesp/reuniao-na-see-assembleia-8-de-marco/>

APEOESP Notícias – Assembleia estadual 8 de março. Publicado em 03/03/2017. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2017/assembleia-estadual-8-de-marco-quarta-14h30-vaio-livre-do-masp/>

APEOESP Vídeos_ETV 780 - Assembleia de 8 de março / Boletim das Mulheres / Web Reforma da Previdência / Ato Público. Publicado em 02/03/2017. Disponível em <http://www.apeoesp.org.br/videos/tv-apeoesp/assembleia-de-8-de-marco-boletim-das-mulheres-web-reforma-da-previdencia-ato-publico/>

APEOESP Notícias - Professores paulistas farão assembleia em 8 de março com indicativo de greve. Publicado em 20/02/2017. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2017/professores-paulistas-farao-assembleia-em-8-de-marco-com-indicativo-de-greve/>

APEOESP Vídeos – Assembleia com Paralisação 8 DE MARÇO - 14H30. Publicado em 04/02/2017. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/videos/tv-apeoesp/assembleia-com-paralisacao-8-de-marco-14h30/>

IBGE. PNAD Contínua, 2017. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20911-pnad-continua-2017-realizacao-de-afazeres-domesticos-e-cuidados-de-pessoas-cresce-entre-os-homens-mas-mulheres-ainda-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo> . Visitado em 09/04/2020.

ARRUZZA, C.; Bhattacharya, T.; Fraser, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. *Feminismo e Socialismo: entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Edições Combate, 2010.

_____. *Das greves das mulheres a um novo movimento de classe: a terceira onda feminista*. Publicado originalmente na Wave. Viewpoint Magazine. Dezembro, 2018. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/12/13/das-greves-das-mulheres-a-um-novo-movimento-de-classe-a-terceira-onda-feminista/> . Visitado em 09/04/2020.

_____. *From Social Reproduction Feminism to the Women's Strike In “Social reproduction theory: remapping class, recentering oppression”*, Bhattacharya, T. (org.) (Pluto, 2017)

BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? Revista Outubro, n. 32, 1º semestre de 2019.

Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf Visitado em: 09/04/2020.

O feminismo marxista tem uma história? Breve estudo do caso francês

Annabelle Bonnet*

O fundo da felicidade é feito desta liberdade de dispor da sua vida.
Madeleine Pelletier, *Capitalisme et communisme*, Nice, Imprimerie
Rosenstiel, 1926, p. 15.

Como a conseqüente filósofa feminista e militante Geneviève Fraisse o lembra, “entender não é só buscar soluções, mas é também buscar pôr problemas” (FRAISSE, 2020). Esse texto submete a exame e põe em discussão, a partir de um estudo introdutório do caso francês, um dos problemas do nosso tempo e um dos desafios para as novas gerações de feministas marxistas. Trata-se da narrativa segundo a qual os movimentos sociais classistas, desde o século XIX, teriam falhado em organizar as mulheres e em reconhecer suas demandas, o que teria conduzido à necessidade de autonomização das reivindicações feministas.

O conhecimento histórico adquirido hoje, no campo acadêmico francês, sobre as relações entre movimentos feministas e movimentos sociais classistas se formulou, em grande parte, na chamada “história das mulheres”. Hoje em dia, esta última apresenta as características de um verdadeiro campo institucional: possui revistas, editores, centros de pesquisa, associações, bibliotecas, cursos dedicados, programas de rádio, entrevistas na televisão, prêmios, etc.¹³. No interior desse campo legitimou-se, em cinquenta anos

* Doutora em sociologia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS / Paris), mestre em filosofia pela Université de Franche-Comté (UFC / França) e pesquisadora associada CESPRA/CNRS-EHESS. Email: annabelle.bonnet7@orange.fr.

¹³ Vários índices de produções acadêmicas permitem identificar a institucionalização deste campo de pesquisa: como livros, o principal e mais famoso é certamente *A história das mulheres no Ocidente*, dirigido por Michelle Perrot. Desde os anos 1970, foram também vários seminários e colóquios que testemunharam esta nova dinâmica, tais como “As mulheres têm uma história?” (1973), “Mulheres, feminismo, pesquisas” (1982), “Uma história sem as mulheres é possível?” (1997). Várias revistas foram também criadas, entre as quais *A revista do lado*, *O boletim de informação dos estudos femininos*, *Pénélope*, para a história das mulheres e também *CLIO*, história, mulheres e sociedades. vale mencionar a criação de duas revistas pioneiras: *Les cahiers du GRIF*, primeira revista feminista acadêmica em língua francesa criada em 1973 pela filósofa Françoise Collin, e *Questions féministes*, fundada em 1977 por Christine Delphy e Simone de Beauvoir. Pode-se também notar em 1974 o estabelecimento do primeiro grupo de estudos feministas na Universidade de Jussieu pelas historiadoras Michelle Perrot e Françoise

de existência, uma narrativa que tornou possível a criação de uma tradição de pensamento reconhecendo as mulheres como atrizes da história, até então amplamente esquecidas. Já existe também uma narrativa sobre a própria história da sua criação e do seu desenvolvimento, solidificando, assim, através da busca de unidade, coerência, exposição de divergências e correntes, a sua estabilidade simbólica (FRAISSE, 1999; PERROT, 2001; THEBAUD, 2007).

Esse campo de pesquisa se tornou, portanto, uma referência de ampla divulgação, incontornável, herdada inescapavelmente pelas novas gerações. Isso é verdade tanto na pesquisa acadêmica quanto na militância feminista – à qual, através do *Mouvement de Libération des Femmes* (MLF), pesquisadoras da “história das mulheres” pertenceram. Como a historiadora pioneira desse campo, Michelle Perrot, o afirma, a história é o que acontece, os eventos, mas é também a narrativa que se constrói dela, e é nesse sentido que esse campo de pesquisa se define também como uma disputa política pela memória coletiva (PERROT, 2006, p. 16). E a história é, sim, marcada por um corte de gênero.

Foi exatamente nessa perspectiva que, a partir dos anos 1970, essa mesma historiadora organizou, junto com outras, um seminário chamando a atenção diante de uma evidência não tão óbvia e que precisava ser resolvida de uma vez por todas, intitulado: “As mulheres têm uma história?”. Buscou, através dessa pergunta provocativa – como, de fato, a metade da humanidade não teria história? – criticar a historiografia francesa, até então masculina, bem como resgatar figuras de mulheres e movimentos feministas. Assim, pôs fim à injustiça da sua invisibilidade, na medida em que eventos e figuras que não aparecem explicitamente na memória coletiva acabam correndo o risco de não ter reverberação no presente. Aqui se situa de fato o coração do desafio historiográfico em relação a todos os silêncios.

E é na linha direta dessa disputa pela memória coletiva que pretendemos dialogar neste texto, perguntando, por nossa vez: “O feminismo marxista tem uma história?”. Essa questão, do mesmo modo que aquela posta por Michelle Perrot, parte de uma evidência não tão cristalina: como, de fato, o pensamento marxista, que movimentou desde o século XIX tantos projetos políticos e partiu, ao longo do século XX, o mundo em dois campos, não teria tido relações com o feminismo, para não dizer

Basch. Centros voltados a essa especialidade foram criados na Universidade, como o primeiro Centro de Estudos femininos em 1972, vagas foram abertas na Universidade sobre o tema desde 1982, e em 1983 o CNRS abriu 68 programas para pesquisas sobre as mulheres. Foram financiados, além disto, um Centro de arquivos, bibliotecas e livros didáticos feitos por historiadoras.

o seu próprio feminismo? Ou, dito de outro modo: como é que o pensamento de Marx, que “abriu caminho ao estudo universal e completo do processo do nascimento, desenvolvimento e declínio das formações econômico-sociais, examinando o conjunto das tendências contraditórias” (LENINE, 1914), não teria impactado, nem dialogado com a vida de metade da humanidade?

Tais problemas têm sido rodeados pela neblina da desacreditação do papel histórico emancipador do marxismo, que se expressou, desde os anos 1970, na França, dentro da própria narrativa da “história das mulheres”. De fato, ao concentrar-se sobre o conteúdo dessa “história das mulheres”, qualquer um hoje em dia se confronta com uma tendência comum afirmando a insuficiência histórica do marxismo e de sua ênfase na luta de classes, suas supostas incapacidade e inação diante da história do feminismo na França. Os movimentos feministas são apresentados como movimentos coletivos massivos desde a época da Terceira República francesa, a partir de 1880, e como se tivessem se desenvolvido *apesar* do marxismo e dos movimentos classistas, isto é, principalmente, do sindicalismo da *Confédération Générale du Travail* (CGT) e do partido comunista francês (PCF).

Assim, um levantamento da narrativa no âmbito da “história das mulheres” sobre os movimentos classistas e as suas relações com as diferentes reivindicações das mulheres ao longo dos dois últimos séculos permitiu identificar, em outra publicação (BONNET, 2016), a existência de um ponto de vista acadêmico, unitário e coerente, crítico às relações entre movimentos sociais clássicos e mulheres, que valem ser relembradas através das falas de umas das principais historiadoras e figuras francesas da “história das mulheres”. Identificou-se, de modo geral, supostos limites, que elas nomearam através de termos reveladores. Para Sylvie Chaperon (2012), tratou-se, entre marxismo e feminismo, de uma relação em si “conflituosa”. Françoise Thébaud (2009, p. 5) criticou uma postura classista que teria interpretado o feminismo como “solúvel” na luta de classes, o que teria gerenciado conflitos perpétuos. Michelle Perrot (1999) focou a sua atenção no aspecto da “discriminação” (PERROT, 1999) que o marxismo teria provocado contra as mulheres, tanto na teoria quanto em exemplos históricos. Historiadoras pioneiras do sindicalismo de classe sublinharam, quanto a elas, um incômodo do sindicalismo quando posto “à prova” (MARUANI, 1979), bem como a “resistência operária” manifesta em um sistema masculino (ZYLBERBERG-HOCQUARD, 1978), que seria “recriado e perpetuado” (FRADER, 1996) nas organizações.

Do mesmo modo, o feminismo comumente chamado de “materialista” sustentou como base do seu pensamento a impossibilidade teórica do movimento classista em, por um lado, levar em conta as especificidades das mulheres e em, por outro lado, analisar “outro modo de produção”, que não faça “obstáculo” (DELPHY, 2013) à igualdade entre os sexos. Cabe lembrar que Delphy, em suas conclusões, chega a afirmar que o próprio marxismo “É um obstáculo quase por definição”, já que ele teria enganado as mulheres ao longo do século 20. O feminismo que se desenvolveu nos anos 1970 teria, para ela, nascido da “vontade das feministas de não serem mais enganadas e de se organizarem de modo independente de todos os partidos ou grupos políticos existentes” (DELPHY, 2005). Françoise Colin (2011), no mesmo sentido, lembra que a junção do feminismo ao marxismo durante o século XX o teria conduzido a “um idealismo terrível”, remetendo à história da União Soviética. Um reducionismo marxista estaria intrinsecamente presente na própria teoria e teria impedido o surgimento das mulheres nos espaços políticos.

Assim, a própria Michelle Perrot afirmou que a queda do paradigma marxista na universidade francesa durante os anos 1970 foi o primeiro fator que permitiu a visibilidade das mulheres na história de França: “Acontece, em torno dos anos 1970, uma renovação do questionamento, ligada à crise dos sistemas de pensamento (marxismo, estruturalismo), à modificação das alianças disciplinares e à subida da subjetividade” (PERROT, 2006, p. 21), afirma a historiadora como explicação política e epistemológica. Assim então, *a “crise” do sistema de pensamento fundado por Marx é apresentada como uma condição da emergência da história do feminismo.*

Deste modo, estaríamos diante de uma obviedade. Ao escolher o ponto de vista do marxismo como vertente teórico-política que teria sido, por princípio, insuficiente, e ao tomar como ponto de partida a supostamente evidente necessidade da superação do seu reducionismo para inventar outra epistemologia, essa narrativa tem consequências profundas – dentre elas, a de influir de modo decisivo nas posições das novas gerações e em sua leitura da história dos últimos dois séculos¹⁴. Assim, tal narrativa participou certamente, e continua participando, nas novas gerações, da formulação e do reforço da narrativa de um impasse, um confronto insolúvel entre movimentos sociais clássicos e novos movimentos sociais, o novo que estaria enfrentando, na sua essência, o velho – categorias com as quais esses debates são propostos até hoje.

14 Agradeço a Victor Neves, que foi quem me chamou a atenção para este ponto.

No entanto, bem sabemos que muitos trabalhos procuraram, no mundo todo, confrontar esses julgamentos, e já analisaram em que medida uma crítica da economia política do capitalismo é a condição *sine qua non* de qualquer tipo de emancipação e superação da sociedade burguesa. Mais especificamente no caso da história das conquistas feministas na França ao longo do século XX, ocorreu uma retomada desta questão que só aconteceu após os anos 2000, através, entre outros, de redescobertas históricas buscando entender o papel concreto dos movimentos classistas no feminismo francês.

O trabalho da historiadora Jocelyne George foi, nesse sentido, um exemplo pioneiro e significativo, já que abriu o debate para outro ponto de vista dentro da “história das mulheres” (GEORGE, 2004, 2008, 2011, 2012). Procurando contribuir para uma reconstrução e uma relegitimação de uma história das mulheres marxistas feministas na França, a historiadora demonstrou que o espaço sindical da CGT foi, historicamente, uma das áreas de produção de resistência social fundamental para o desenvolvimento do feminismo. Buscou, nos próprios arquivos do Instituto de História Social da CGT – criado em 1982 diante da constatação de uma falha universitária relativa à história do sindicalismo – reabrir tal possibilidade teórica e histórica. E foi assim que se deparou com iniciativas esquecidas, mas fundamentais na história do feminismo.

Pode-se recordar, a título de exemplo, que, já em 1895, o congresso constitutivo da CGT dirigiu-se aos “trabalhadores e funcionários de ambos os sexos e das colônias” (n. 1, item 1). Do mesmo modo, existe um debate dentro do sindicato, até 1914, sobre como reagir à evolução das mulheres no mercado de trabalho. Cabe ainda notar que, desde 1914, a Confederação lançou uma campanha de sindicalização das mulheres e criou um comitê para cada união departamental, regional e central, para discutir e organizar as trabalhadoras, notadamente com o apoio de várias feministas professoras no ensino básico¹⁵.

Podem ser adicionados aos pontos desenvolvidos pela historiadora três pontos, pouco estudados até então. Primeiro, quando Marguerite Durand, uma das maiores representantes do movimento feminista republicano, tratou de organizar em 1907, junto com o Ministério do Trabalho, um Congresso do Trabalho das Mulheres, poucas responderam positivamente, *interpretando esta ação como uma estratégia de cooptação*

15 O assunto é aprofundado em Bonnet (2016) em que apresento diversos exemplos que demonstram esse ponto. Alguns deles serão retomados a seguir.

política frente a um feminismo sindical classista que estava se organizando cada vez mais. Segundo, em 1917, foi criado La Voix des Femmes, jornal que se autodefiniu como “feminista, pacifista, socialista, internacionalista”, e que não foi estudado de modo sistemático até hoje. Organizado por feministas marxistas ligadas em boa parte à CGT e depois ao Partido Comunista, ele foi o único, antes de 1945, a falar abertamente sobre sexualidade, aborto e divórcio – temas que o feminismo dominante na época, o feminismo republicano, se recusou a abordar nesses termos. Terceiro, cabe ainda recordar o fato de que o primeiro uso da expressão “relações sociais de sexo”¹⁶ se deve, na França, a Madeleine Pelletier, figura essencial do feminismo revolucionário que escreveu nesse jornal e combateu por um feminismo que passasse necessariamente pela luta de classes. A vida toda, a revolucionária procurou dar respostas práticas e imediatas à desconsideração de importantes setores do movimento socialista pela condição das mulheres, trabalhando para construir métodos, para as mulheres, de saírem parcialmente da sua condição de submissão, com objetivo de juntar-se às forças revolucionárias e favorecer a derrubada do sistema capitalista.¹⁷

Voltando para o sindicalismo, o feminismo sindical intensificou-se após a segunda guerra mundial, e um exemplo dos avanços é nesse sentido muito revelador: depois de 1945, o sindicalismo se desenvolveu em três frentes no que diz respeito às mulheres trabalhadoras: a luta salarial, em continuidade com as reivindicações de antes da guerra; a organização de espaços de formação, na medida em que a força de trabalho feminina era paga, em geral, no valor de um trabalho sem qualificação e a formação era nesse sentido considerada como uma maneira de combater as diferenças salariais; a proteção social das mães e das crianças, desafio para o sindicalismo, luta que passou pela criação e pelo fortalecimento da proteção social, assim como pela obtenção de políticas públicas – puericultura para crianças, apoio às famílias para atender às necessidades, redução do tempo de trabalho, considerando que as mulheres fazem uma jornada dupla etc. Ainda um exemplo pode ser apresentado. Em 1948, o Congresso da Federação de Metalurgia da CGT colocou no centro das suas preocupações a realização de cursos de formação para as mulheres, afirmando que “chegou a hora das mulheres metalúrgicas”, para acabar com a discriminação de sexo.

16 Cf. Pelletier (1907).

17 Texto aprofundado, de minha autoria, sobre a teorização de um feminismo marxista dessa figura e sobre o jornal *La voix des femmes* aguarda publicação nos anais do evento I Seminário internacional Marxismo Feminista pela USP, 2020.

Mas a inovação certamente a mais impressionante e reveladora da abertura da Confederação às especificidades das mulheres na sociedade residiu na primeira aplicação, na Europa Ocidental, do chamado “parto indolor” (GEORGE e CARON-LEULLIEZ, 2004). Ela ocorreu na policlínica dos metalúrgicos dita “Les Bleuets”, criada durante os anos 1930 pela Federação dos Metalúrgicos, com finalidade de acolher e cuidar de suas famílias, em uma época na qual o sistema de seguro de saúde nacional era precário. Após a Segunda Guerra mundial, durante a qual havia sido militarizada, ela é retomada pela Confederação, e nela é aplicado o parto indolor. Em que consiste esse método e como é que se implementa na Federação? Foi trazido à França pelo Doutor Lamaze, após uma viagem à União Soviética onde ele descobriu as aplicações do método: tratava-se de considerar que parto e dor não eram necessariamente dois sinônimos. Através de técnicas de respiração e de cursos para mulheres sobre o funcionamento do corpo humano e as diferentes etapas da gravidez, se testou a hipótese de que tal preparação mental ajudava a reduzir várias dores durante o parto. Do mesmo modo, os companheiros eram também convidados às aulas, com finalidade de serem envolvidos no parto. O método entendia popularizar uma prática até então reservada às camadas superiores da sociedade, bem como considerar que os homens também faziam parte do processo da gravidez. O doutor Lamaze, até se aposentar, realizou assim mais de 2000 partos com a ajuda dessa experiência inédita – ocorrida, cabe sublinhar, em uma clínica do sindicato dos metalúrgicos.

Outro fato esquecido, mas não sem interesse, deve ser considerado. Em maio de 1973, juntando os trabalhos de suas organizações confederadas, durante a quinta Conferência Nacional chamada “Ter os filhos que desejamos” (“Avoir les enfants que l’on désire”), a CGT reivindicou “o uso de contraceptivos, a revogação da legislação repressiva sobre o aborto e o desenvolvimento de uma nova legislação suscetível de responder a este problema dramático e cruel”. Jocelyne George nota o caráter inédito dessa reivindicação, já que “dois anos e alguns meses separaram esta tomada de posição da irrupção do MLF” (GEORGE, 2008), à qual a “história das mulheres” atribui unilateralmente o projeto.

Em outras palavras: a CGT levou esse projeto à frente antes do próprio movimento feminista. A autora também recorda que, no mesmo ano, o Congresso Nacional da CGT afirmou claramente a especificidade do combate que as mulheres têm de enfrentar:

O programa de ação adotado pelo 38o Congresso da CGT é feito para todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras de qualquer categoria. No entanto, o papel das mulheres no trabalho, o papel que têm na família, seu lugar inferiorizado na sociedade, suscita motivações específicas de luta para a satisfação das reivindicações gerais e envolvem conjuntamente uma atividade para a defesa das reivindicações que são específicas a elas. O programa reivindicativo, portanto, contém as declarações mais aptas a contribuir para a mudança de sua situação.

Assim, pode-se constatar *a variedade e a importância das lutas conduzidas no âmbito do feminismo classista até 1973*, momento da criação do ramo universitário da “história das mulheres” em plena construção do MLF (Mouvement de Libération des Femmes). Como George o lembra, *as lutas coletivas do sindicalismo classista e as lutas feministas são historicamente relacionadas*. Cabe notar que o trabalho de George levantou uma polêmica, já que foi acusado de ser um trabalho de “ideologia”, de “propaganda” e baseado na “teoria do complô”¹⁸. Mas a questão central, independente da avaliação que se faça de cada ponto dos trabalhos de George, permanece de pé: como é que aguardamos os anos 2000 para escrever sobre as iniciativas citadas, algumas de vanguarda, e como é que não aparecem no discurso proposto pela “história das mulheres”? De onde vem esse silenciamento e como explicá-lo?

Essa rejeição do marxismo precisa ser esclarecida no seu contexto através de elementos histórico-sociais. Apontamos alguns desses para repensarmos essa história.

Primeiro: o que essas autoras da “história das mulheres” chamam de “marxismo”? Cabe lembrar que, durante os anos 1970, o debate entre as chamadas feministas marxistas e antimarxistas chegou a seu auge na França – e nos países ocidentais, de forma mais geral –, debate que desapareceu, em grande medida, da historiografia da “história das mulheres”. De fato, a “história das mulheres” se formulou, na França, no meio de uma disputa universitária para desqualificar, sob a apelação de “marxismo”, o conjunto de estudos sobre lutas de classes e revoluções – disputa essa largamente estudada e documentada em Christofferson (2004). Esse autor mostra como, a partir da formulação de uma abstração em torno do termo de “marxismo”, esse último passou a ser progressivamente sinônimo de “totalitarismo”, com finalidade de desqualificar o conteúdo do próprio pensamento de Karl Marx e todos os pesquisadores universitários que o consideravam uma referência (CHRISTOFFERSON, 2004). Esse elemento essencial ajuda a pensar como o que é

18 Ver por exemplo Zancarini-Fournel (2013, pp. 333-335).

chamado de marxismo na “história das mulheres” é rodeado por uma definição vaga, como se o marxismo fosse um todo que não possui correntes, diversas tentativas e experiências; como se, afinal, o marxismo fosse um conceito abstrato que não se desenvolveria, ele próprio, numa dimensão histórica. Esse clima parece ter influenciado os estudos feministas.

Segundo ponto. A autora Jennifer Sweatman, que propôs um estudo sobre as estratégias usadas por uma parte das mulheres vinculadas ao MLF (Movimento de libertação das mulheres) com o objetivo de ganhar espaço editorial, revela a instabilidade do feminismo acadêmico de então, que tinha, muitas vezes, de se adaptar à evolução do mercado editorial. Ela chama a atenção, deste modo, à virada liberal dada pela coleção *Éditions des femmes* de Antoinette Fouque, uma das figuras centrais do MLF, devida menos a suas opiniões políticas pessoais do que a uma estratégia geral do campo editorial dos anos 1980 visando à adaptação aos novos ventos da opinião pública hegemônica neoliberal (SWEATMAN, 2014). Do mesmo modo, cabe questionar em que medida e até que ponto a institucionalização do feminismo na França, através do chamado “feminismo de Estado” instaurado durante os anos 1980, pode ter contribuído a reforçar a criação de uma história nacional do feminismo alijado de sua diversidade interna e do debate em torno de questões de classe.

Terceiro ponto. É também preciso analisar em que sentido a posição de debilidade da “história das mulheres” no campo acadêmico, no seu início, contribuiu para uma reapropriação dessa história por outros campos. De fato, no campo universitário francês, no qual as mulheres chegaram com força só nos anos 1970 – correspondendo ao momento de massificação da universidade –, é verdade que a história das mulheres não era conhecida nem transmitida e que as mulheres tinham muito pouca legitimidade. A década de 1970 apareceu, por consequência, para muitas historiadoras, como o momento histórico de tomada de consciência a respeito da opressão das mulheres. Do mesmo modo, Geneviève Fraisse recorda o significado de sua abordagem:

Primeiro o movimento feminista acreditou em seu nascimento espontâneo, irrupção em uma história que sempre nos tinha ignorado (...). Mas se os tempos fortes do início do movimento sugeriram-nos que nós inventamos tudo, os tempos de dispersão questionavam mais nosso lugar no passado (FRAISSE, 2012, p. 21).

A historiadora Françoise Picq (2012) afirma, da mesma maneira, que “se a primeira publicação do MLF foi intitulada ‘libertação das mulheres, ano zero’, é que estávamos inconscientes da história do feminismo e que não nos situávamos na sua continuidade”. Constatar esse desconhecimento do passado coloca, ao mesmo tempo, outra pergunta quanto ao grau de conexão dos movimentos feministas universitários em relação aos movimentos feministas sindicais e a outros movimentos políticos que apoiaram a luta pelos direitos das mulheres. Jocelyne George aponta que os grupos feministas da Universidade, nascidos em 1968, principalmente nas universidades parisienses, “tinham muito pouco contato com feministas e grupos de trabalho”, apesar de reivindicarem um caráter político (GEORGE, 2008).

Essa exposição de certos fundamentos da “história das mulheres”, tal como foi escrita até o presente, coloca alguns desafios que devem ser considerados para continuar o caminho das lutas feministas marxistas.

O primeiro desafio remete à necessidade de prosseguir na reconstrução e na legitimação de uma narrativa da história do feminismo marxista à luz da crítica da “história das mulheres” – e entenda-se *crítica* aqui no sentido marxiano, ou seja, de recuperação simultaneamente construtiva e destrutiva dos fundamentos. Tal necessidade se afirma, por um lado, para que obtenhamos o quebra-cabeça na sua totalidade, pondo fim às injustiças historiográficas e considerando concretamente os desafios e contradições que percorreram esses espaços, ao mesmo tempo em que assimilamos importantes avanços contidos nessa elaboração. Por outro lado, é a partir dessa assimilação crítica que nos colocamos na posição mais bem informada para propor contribuições diante dos desafios que estão por vir. Cabe lembrar, por exemplo, que o maior movimento feminista da segunda parte do século 20 na França, o *Mouvement de Libération des Femmes* (MLF), que, com muito orgulho, afirmou-se sem compromisso de classe, desligado de críticas à economia política capitalista, tornou-se, hoje em dia, apenas uma marca depositada. Fato pouco conhecido por não ser prestigioso, essa integração à lógica do mercado foi, várias vezes, interpretada como uma mera traição da parte de algumas feministas que teriam se apropriado do movimento com fins pessoais¹⁹. Não seria mais oportuno repensar esse evento, interpretá-lo como um sinal

19 Ver sobre este episódio a controversa após a morte de Antoinette Fouque, que depositou a marca : <http://re-belles.over-blog.com/article-le-dossier-antoinette-fouque-122776832.html>

que marcou um limite importante desse movimento, em sua recusa de abraçar a história tal como aconteceu, isto é, com lutas de classes?

O segundo desafio remete a respostas e atitudes possíveis e necessárias diante da convivência com desrespeitos ao princípio universalista que a teoria de Marx pretende desenvolver. A solução da “história das mulheres” foi certamente de culpar o marxismo, entendido como um todo, como principal responsável por tais desrespeitos. Apesar do erro contido em tal acusação, tal abordagem nos coloca diante de um problema de vivência que precisa ser levado em consideração, mesmo que em outros termos. De fato, cada desrespeito a esse princípio universalista do ponto de vista de gênero – seja de natureza partidária, amistosa, amorosa – se vive como uma decepção, uma injustiça e uma incoerência. Otto Braun, ciumento, forçou a ruptura com Olga Benario; Edward Aveling, diante da sua atitude com Eleanor Marx, a precipitou no suicídio; Louis Althusser, no dia 16 de novembro de 1980, estrangulou a militante comunista Hélène Hyrtman, que era sua esposa. Isso para citar só alguns exemplos famosos, cabendo ainda considerar, no que diz respeito à vida cotidiana das mulheres trabalhadoras, em todas as esferas da vida social, as que, pelo simples fato de serem mulheres trabalhadoras, vivem “absorvidas em outras individualidades”, como o afirma com justeza a materialista Colette Guillaumin. Sempre cuidando dos outros.

A revolucionária Madeleine Pelletier, condenada em 1939 por ser uma revolucionária que praticava abortos, costumava dizer, com muita irritação e escândalo diante da constatação da dominação masculina dos revolucionários, cuja dimensão de conforto ela se recusava a ignorar, que “a classe operária tem as mulheres que merece” (PELLETIER, 1912). Entendia que não se pode nunca esquecer que esse conforto masculino na classe trabalhadora organizada, se não for conscientizado, tem um preço histórico a pagar: o de sacrificar tempo de vida das mulheres e, ao tomá-lo, de enfraquecer sistematicamente as forças revolucionárias.

Referências:

BONNET, Annabelle. “Feminismo, política, transformação social. História das mulheres e luta sindical na França dos anos 1960-1970”, *Crítica e sociedade: revista de cultura política*, v. 5, p. 1-27, 2016.

CHAPERON, Sylvie, *Féminisme et socialisme, une histoire conflictuelle*, Université Populaire de Toulouse, 4 de dezembro de 2012 : <http://www.universitepopulaireretoulouse.fr/spip.php?article147>

COLLIN, Françoise, conferência dada em 19 de março de 2011, durante o ciclo *Quarante ans de recherche sur les femmes, le sexe et le genre*, auditorium de la Grande Galerie de l'Évolution, Muséum national d'Histoire naturelle : <http://www.dailymotion.com/video/xjh7ph>

CHRISTOFFERSON, Michael, *French Intellectuals Against the Left: The Antitotalitarian Moment of the 1970s*, Berghahn Monographs in French Studies, 2004.

DELPHY, Christine, *Le féminisme matérialiste*, conferência na Sorbonne em 11 de dezembro de 2013 : <https://www.youtube.com/watch?v=QKboHv8V2ig>

FRAISSE, Geneviève, “Comment penser la question des sexes”, *Les chemins de la philosophie*, France culture, 21/02/2020: <https://www.franceculture.fr/emissions/les-chemins-de-la-philosophie/profession-philosophe-5674-genevieve-fraisse-comment-penser-la-question-des-sexes>

FRAISSE, Geneviève, *Les femmes et leur histoire*, Paris, Gallimard, 1999.

FRAISSE, Geneviève, *La fabrique du féminisme, Textes et entretiens*, Le Passager clandestin, 2012.

GEORGE, Jocelyne e Caron-Lelliez, Marianne, *L'accouchement sans douleur, Histoire d'une révolution oubliée*, Paris, Les Éditions de l'Atelier, 2004.

GEORGE, Jocelyne, “L'action de la CGT pour l'émancipation des femmes travailleuses entre 1966 et 1984”, Paris, 2008, *Institut d'Histoire Sociale CGT*: http://www.ihs.cgt.fr/IMG/pdf_contributionJGEORGE.pdf

GEORGE, Jocelyne, *Les féministes de la CGT. Histoire du magazine Antoinette (1955-1989)*, Paris, Éditions Delga, 2011.

GEORGE, Jocelyne, “Les femmes travailleuses”, Paris, Librairie des Tropiques, 7 de março de 2012: <https://www.dailymotion.com/video/xq0s6g>

LENINE, Vladimir Ilitch, “Karl Marx: breve esboço biográfico seguido de uma exposição do marxismo”, 1914. Fonte: *The Marxists Internet Archive*

MARUANI, Margaret, *Les syndicats à l'épreuve du féminisme*, Paris, Syros, 1979.

PELLETIER, Madeleine, “La classe ouvrière et le féminisme”, *La Suffragiste*, Julho de 1912.

PELLETIER, Madeleine, “Les facteurs sociologiques de la psychologie féministe”, *La revue socialiste*, Maio de 1907.

PERROT, Michelle, *Il était une fois... l'histoire des femmes*, Paris, Editions Lunes, 2001.

PERROT, Michelle, *Mon histoire des femmes*, Paris, Seuil, 2006.

PICQ, Françoise, “Féministes des années soixante-dix et d’aujourd’hui, quid de la troisième vague?”, *La Revue du Projet*, n° 15, Março de 2012.

SWEATMAN, Jennifer L, *The risky business of french feminism: publishing Politics, and Artistry*, Lexington Books, 2014.

THEBAUD, Françoise, *Écrire l’histoire des femmes et du genre*, Lyon, ENS Éditions, 2007.

THÉBAUD, Françoise, *Socialisme, femmes et féminisme*, Paris, Jean Jaurès Fondation, 2009.

ZANCARINI-FOURNEL, Michelle, “Jocelyne George, Les Féministes de la CGT. Histoire du magazine Antoinette (1955-1989)”, *Clio. Femmes, Genre, Histoire*, 38, 2013:<https://journals.openedition.org/clio/11733?lang=en>

O dilema das desigualdades frente ao marxismo

*Daniele Cordeiro Motta**

Introdução

No debate atual do campo da esquerda nos encontramos diante de um dilema que é como fazer para que algumas lutas da diversidade, das demandas ditas identitárias, não sejam incorporadas pela lógica capitalista, mas também não sejam invisibilizadas pelas análises de esquerda, que tendem a privilegiar a questão do trabalho, da classe.

Para tal, o feminismo marxista pode trazer importantes contribuições mostrando a importância analítica materialista, que contenha uma leitura sobre o modo de produção, sem, no entanto, derivar tudo dele em última instância. Esse texto partirá de duas questões que consideramos necessárias de serem enfrentadas pelo marxismo e pelo feminismo na atualidade: 1) a assimilação do debate identitário, refletindo sobre a formação capitalista e a assimilação das hierarquizações anteriormente existentes, enfrentando o debate das imbricações; 2) o combate ao conservadorismo ascendente que invadiu não só o Brasil mas o mundo de maneira geral. Para tanto, refletiremos tais questões a partir da realidade brasileira.

Primeiro é importante colocar um pressuposto nesse debate. É fundamental entender e articular as ideias de diferença e desigualdade social, e compreender a relação entre as desigualdades estruturantes e as diferenças que se articulam com elas. As desigualdades se estruturam ao longo do tempo, e dizem respeito a um acesso desproporcional aos recursos primordiais.²⁰ Analisando o Brasil, as diferenças associadas a cor da pele e ao sexo determinam acessos desequilibrados a tais recursos, tornam-se portanto desigualdades. Estamos partindo da ideia de que as desigualdades

* Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Email: daniele_motta@hotmail.com.

²⁰ Segundo Carlos Moore (2012), esses recursos seriam: o acesso à educação, aos serviços públicos, aos serviços sociais, ao poder político, ao capital de financiamento, às oportunidades de emprego, às estruturas de lazer, e até ao direito de ser tratado equitativamente pelos tribunais de justiça e pelas forças incumbidas da manutenção da paz e o acesso aos bens materiais, como a propriedade e a renda.

que estruturam todas as relações são as de classe, raça e gênero, sendo que outros aspectos da diversidade humana (como geração, religiosidade, capacitismo, etc.) podem ser lidos como desigualdades apenas a partir do contexto, não estruturando todas as relações. Por fim, é importante reter que as estruturas também são dinâmicas, se transformam ao longo do tempo e se relacionam com os contextos e conjunturas. Como já defendido anteriormente, entendemos que o importante é compreender o movimento histórico que permite desvendar como alguns aspectos das diferenças existentes entre as pessoas (que podem estar inscritas no campo do natural, como o sexo, a cor da pele, os desejos, o corpo de uma maneira geral) se transformaram em desigualdades sociais (assim, a cor da pele fundamenta uma posição social, o gênero como uma condição feminina subalterna, etc.). Os processos de diferenciação provocados pela ação humana ao longo da história determinaram desigualdades e exclusões; por isso originaram discriminações de identidades que tem consequências nos processos políticos, econômicos, culturais e sociais até hoje (MOTTA, 2018, 2017).

Esses processos são complexos e se cruzam, alimentando as transformações capitalistas. Por isso, iremos trabalhar com a ideia de que no Brasil gênero, raça e classe estruturam todas as relações sociais, atuando como desigualdades que se perpetuam no tempo. Por outro lado, é importante compreender, ainda que não seja o objetivo desse texto, quais diferenças entre as pessoas também criam hierarquias e opressões, sem contudo estruturar a sociedade, atuando nos contextos em que se inserem e interferindo na vida das pessoas.

A imbricação das relações sociais

Feminismo e marxismo são aportes teórico-políticos que há décadas formulam conceitos e explicações sobre os fenômenos sociais. Suas elaborações auxiliam a compreensão das relações de exploração e dominação, mas também procuram alternativas para combater as desigualdades de classe e gênero. Entretanto, é importante ressaltar que nem o marxismo nem o feminismo são correntes teóricas unificadas, ambos contêm diferentes perspectivas políticas, analíticas e teóricas. Isso é fruto da permanente tensão entre, de um lado, a realidade social/os movimentos sociais e, de outro, as buscas pelas explicações sociais que deem conta de responder à realidade, às demandas políticas elaboradas pelos sujeitos sociais.

Entendemos dessa forma que marxismo e feminismo são propostas teórico-políticas que articuladas apresentam um terreno fértil. O feminismo que se reivindica marxista se propõe a trabalhar a relação capital trabalho, desvendando as relações de exploração capitalista entre as classes, refletindo sobre as desigualdades de gênero existentes nas relações capitalistas, demonstrando inclusive como elas ocorrem e transformam as relações de trabalho. As feministas materialistas²¹ explicitaram a dimensão estrutural das relações de gênero, evidenciando os dois sexos da classe trabalhadora e a necessidade de analisar as diferenças sociais construídas em torno disso (HIRATA e KERGOAT, 1994). Ainda ampliaram a noção de trabalho, a partir da formulação sobre a divisão sexual do trabalho, explicitando a importância dos serviços domésticos no capitalismo, prestados majoritariamente por mulheres, ainda extremamente invisibilizados e desvalorizados (HIRATA e KERGOAT 1994; KERGOAT, 2009).

A teoria feminista ao perceber a ausência das mulheres na história e apontar a relevância da questão de gênero para desvendar o capitalismo e a exploração de classe questionaram os temas e sujeitos da ciência. Dessa maneira, o feminismo botou o dedo na ferida não só do marxismo mas da ciência de um modo geral quando explicitou a necessidade de revisar os paradigmas e o método para a análise dos temas sociais (as categorias), tornando as atividades e as relações sociais das mulheres analiticamente visíveis. Explicitaram dessa forma, uma objetividade científica (e feminista) dos saberes localizados (HARAWAY, 1995), e o feminismo como uma ciência dos sujeitos múltiplos, mostrando que os sujeitos sociais têm um posicionamento de classe, de gênero e racial e que isso se reflete nas motivações da pesquisa, no método utilizado e nos conceitos elaborados e difundidos. A crítica ao “universal” que foi gestada na interior do feminismo questionava a ideia da mulher universal mas também a ideia da ciência universal.²² Era preciso partir do universal para o particular e do particular para o universal.

A teoria formulada por Marx sobre o funcionamento do capitalismo trouxe importantes questões para compreensão do modo de produção capitalista e das

21 As feministas materialistas são da tradição francesa, e se intitulam materialistas e não marxistas (mesmo trabalhando com os conceitos e categorias de tal teoria) para deixar marcado uma crítica a tal teoria, tendo em vista um não olhar para as questões das mulheres. Entre elas destacamos: Danièle Kergoat, Colette Guillaumin, Helena Hirata, Jules Falquet.

22 Ideia de uma lei universal incorre no risco de não perceber as especificidades das formações sociais de cada país, fazendo uma leitura da relação capital trabalho equivalente em todos os lugares do mundo. Além disso, desvaloriza os conhecimentos populares. Uma teoria universal não explicou como o capitalismo se apropriou das desigualdades preexistentes.

desigualdades que ele formula, a partir de uma leitura das classes sociais. Para Marx, o lugar, a hierarquia que as pessoas vão estabelecer no capitalismo se constitui a partir da propriedade dos meios de produção, estando, de um lado, os proprietários, a classe burguesa (classe dominante), e, de outro, os não proprietários, a classe trabalhadora (classe dominada). Essa leitura formou base para a difusão da ideia da primazia das relações de produção sobre as demais. Essa foi importante para que diversas análises sobre as hierarquizações na sociedade visse a classe como a principal relação social, sendo as outras determinadas por ela em última instância. Ainda que as classes sejam importantes para a análise das hierarquias, e que Marx tenha sido um teórico fundamental para desmistificar as desigualdades sociais, o desenvolvimento das teorias sociológicas e as demandas dos movimentos sociais demonstraram que olhar só para a classe não era suficiente, que outros nexos eram fundamentais para a análise das relações desiguais na sociedade capitalista, com os culturais, os morais, simbólicos. As teóricas feministas tiveram um importante papel nesse questionamento.

Se, por um lado, o marxismo necessita do feminismo para ampliar e fortalecer a análise sobre a luta de classes, o feminismo sem a leitura marxista é facilmente incorporado aos interesses do mercado capitalista. É necessário fortalecer uma leitura que combata as explicações que partam somente do indivíduo para compreender as desigualdades de gênero.

Essa mão dupla na análise está em consonância com a disseminação recente de temas antes considerados identitários e menos importantes nas agendas políticas de esquerda. As últimas décadas demonstraram uma efervescência no debate em torno da relação entre desigualdade e diversidade, sobretudo por conta dos questionamentos que ativistas dos movimentos Negro, Feminista e LGBT fizeram em torno das diferentes facetas da dominação na sociedade que vivemos. Nesse contexto, emergiram teorias para pensar as relações de poder de forma a não hierarquizá-las. Um dos dilemas para o feminismo marxista é refletir sobre a forma como lidar com tais teorias de maneira a ampliar as discussões dos processos históricos estruturais nas formações dos sujeitos, contribuindo com uma leitura das teorias imbricacionistas.

No debate feminista, as diferenças entre raça, classe, gênero e sexualidade são colocadas como eixos de diferenciação ou marcadores de diferença. Segundo Brah (2006, p. 331) devemos pensar as “inter-relações das várias formas de diferenciação social, empírica e historicamente, mas sem necessariamente derivar todas elas de uma só instância determinante”. As diferenças estão inscritas num conjunto de relações

sociais (determinadas pela formação histórica e social), que a partir da experiência vivida de cada sujeito criam uma subjetividade e uma identidade. Brah, ao tratar das conceituações de diferença, discute a dinâmica das relações sociais, que “são constituídas e operam em todos os lugares de uma formação social. Isso significa que, na prática, a experiência como relação social e como o cotidiano da experiência vivida não habitam espaços mutuamente exclusivos” (IBIDEM, p. 364). As definições desenvolvidas por Brah são importantes para contextualizarmos as diferenças e os processos de diferenciação, situando-os em sua dinâmica histórica.

Diante desse debate surgem formas de explicação das relações que eram vistas como menores; do campo da cultura e da identidade; de forma articulada. As ideias de Interseccionalidade, Consustancialidade e Nó²³ surgiram com a proposta de tratar das inter-relações entre gênero, raça, classe e outros marcadores, de maneira a não hierarquizá-los. Muito debate e polêmica se instauraram a partir de então. Os conceitos de interseccionalidade, consustancialidade e nó ganharam repercussão e passaram a ser acionados de forma a questionarem métodos e paradigmas anteriores. A disseminação dessa teoria nas universidades fez com que ela ganhasse diferentes contornos e formas de utilização. Não queremos aqui entrar nas diferenças entre elas, apenas apontar para a necessidade de enfrentar esse debate como um dos dilemas analíticos para pensar a emancipação. O desafio que se coloca é a compreensão da relação entre a diversidade (humana, cultural, religiosa, etc) e as desigualdades sociais construídas ao longo da humanidade. Estas enquanto construções históricas e sociais são passíveis de transformação.

As leituras imbricionistas quando trabalhadas a partir de uma perspectiva marxista, evidenciando uma leitura da classe social enquanto desigualdade, disputam a perspectiva da ação, acenam para uma possibilidade emancipatória, presente nas origens da formulação da interseccionalidade.²⁴ Dessa forma, é necessário disputar esse debate não apenas como uma possibilidade analítica, mas como um horizonte político.

23 Interseccionalidade, Consustancialidade e Nó são teorias formuladas em diferentes locais no âmbito do feminismo que trabalham de diferentes maneiras a imbricação das relações sociais. Para saber mais sobre a interseccionalidade, ver: CRENSHAW, 1989; sobre a Consustancialidade, ver: KERGOAT, 2010; e sobre o Nó, ver: SAFFIOTI, 2015.

24 Ainda que o termo Interseccionalidade tenha sido cunhado em 1989 por Kimberle Crenshaw, a ideia da imbricação das relações de gênero, raça, classe e sexualidade já vinha sendo discutida entre ativistas afro-americanas e mulheres negras intelectuais, como Angela Davis, Bell Hooks, Audre Lorde, Patricia Hill Collins, entre outras ativistas. A origem dessa ideia está na busca por justiça social e liberdade, pensada a partir da situação de classe, raça e gênero.

No Brasil, tal leitura trouxe mais elementos para pensarmos em torno da sociedade multicultural que vivemos. É importante atentar, entretanto para as hierarquizações presentes na construção social brasileira, sem cair na armadilha de que o multiculturalismo é representativo da democratização das relações sociais.

Para dar continuidade a esse texto, iremos refletir brevemente sobre como as questões de gênero e raça interferirem (e ainda interferem) na formação do capitalismo brasileiro. Pousando na história poderemos entender melhor como a articulação teórica de feminismo e marxismo podem orientar a compreensão da realidade. As feministas que se propõem marxistas, ainda que de maneira crítica à cegueira do gênero no marxismo, sempre trabalharam com suas categorias, no entanto, é chegada a hora de o marxismo fazer o mesmo caminho e enfrentar os debates da teoria feminista, refletindo sobre as desigualdades de gênero de maneira estruturante.

Pensando o Brasil

No Brasil, analisar a formação da sociedade de classes a partir da nossa particularidade histórica é entender as heranças do passado escravista, das relações de raça no processo de consolidação do capitalismo. Isso inclui na análise a racialidade como critério de classificação. O processo de formação de uma classe trabalhadora assalariada não rompeu com os estigmas associados à população negra (ex-escravizada), reproduzindo racismo e exclusão (FERNANDES, 2008 [1964]).

Também é fundamental frisar a lógica patriarcal, para que possamos situar e entender o papel das mulheres, sobretudo as negras. A questão de gênero, a partir das relações patriarcais atravessou a história brasileira, vinculando as mulheres à família, aos trabalhos mais desvalorizados (geralmente na esfera doméstica), à desigualdade salarial, marginalizando-a dos importantes papéis econômicos e políticos, controlando a sexualidade e a capacidade reprodutiva. O patriarcado é “um complexo heterogêneo, mas estruturado, de padrões que implicam desvantagens para as mulheres e permitem aos homens dispor do corpo, do tempo, da energia de trabalho e da energia criativa destas. É ativado de forma concreta, nas instituições e nas relações cotidianas” (BIROLI, 2018, p. 11).

O olhar para a formação histórica brasileira, considerando o racismo e o patriarcado como nexos explicativos, trazem os processos de diferenciação de gênero e raça e mostram a marginalização histórica de parte da população brasileira. Racismo e

patriarcado interferem nas relações sociais, de modo que a organização do trabalho no Brasil também apresenta uma divisão racial e sexual.

Segundo dados do IBGE (2019), Pretos e pardos correspondem a 64% dos desempregados e 66% dos subutilizados no país. A diferença do salário médio chega a 73%, com destaque para os homens brancos, que têm vantagem quando comparados às mulheres brancas e às mulheres e homens pretos e pardos. As mulheres de cor recebem menos da metade do salário de um homem branco (44%). Segundo IBGE (2018), as mulheres ganham, em média, 75% do que os homens ganham. Isso para ficarmos apenas em poucos dados relacionados ao mercado de trabalho, se ampliarmos para a representatividade política, acesso a saúde veremos a reprodução dessas desigualdades em ampla escala.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sem romper com a dependência e o subdesenvolvimento, demonstrou que o crescimento econômico não eliminou tais desigualdades. Assim, o avanço do processo de industrialização no Brasil foi aliado a um processo crescente de concentração de renda, e a consolidação do capitalismo dependente reciclou as segregações sociais, raciais e de gênero. Classe, raça e gênero são categorias históricas e portanto foram se alterando ao longo do tempo. Um dos desafios postos hoje para a teoria marxista feminista, que se propõe também antirracista, é perceber como tais desigualdades foram sendo redefinidas e redesenhadas na sociedade brasileira.

A organização dos movimentos sociais no Brasil se deu em meio a períodos de legalidade e clandestinidade. Desde o processo de redemocratização, no final dos anos 1980 que as lutas dos diversos movimentos sociais organizados no Brasil se tornaram mais visíveis e ganharam fôlego com a constituição de 1988. Os esforços dos movimentos organizados na sociedade brasileira passaram a pressionar cada vez mais por políticas públicas que pudessem melhorar a vida da população. A diversidade desses movimentos trouxeram novos questionamentos para as pautas políticas e reivindicações que nos forçaram a rever concepções. Esses questionamentos trouxeram novas visões e interpretações sobre as relações de poder, o combate as desigualdades e o respeito às diferenças. Ganharam relevância na agenda política brasileira os primeiros indícios do que seriam as “ações afirmativas”, focalizando o combate ao machismo, ao racismo e à homofobia, aprofundando-se a participação do movimento organizado na implementação e no controle das políticas públicas.

Essas novas políticas fomentaram a discussão em torno da desigualdade e da diferença, enriquecendo o debate teórico em torno do que seria mais importante, debater a questão de classe ou as de raça, gênero (chamadas de pautas identitárias)?

Vivenciamos com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência (de 2003 a 2016) uma outra atenção às demandas de gênero e raça, que alcançaram certo grau de institucionalização nunca antes visto. Foram criadas a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Secretaria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) no ano de 2003. Esse cenário no Brasil, no entanto, ainda que não tenha avançado para uma alternativa anticapitalista, expôs o debate, alcançando um patamar nunca antes visto.

Foram implementadas políticas de combate à desigualdade racial, de valorização da produção cultural das periferias e de promoção da equidade de gênero. Ainda que insatisfatórias do ponto de vista do passivo histórico a ser enfrentado e das demandas dos movimentos sociais, representaram progressos que não podem ser negados (MIGUEL, 2019, p. 80).

Além disso, foram implementadas políticas compensatórias, dando acesso à parte da população brasileira aos benefícios da modernização capitalista (como luz, moradia, emprego) e aquecendo o mercado interno. Esse momento do crescimento econômico, trouxe consigo uma série de consequências que pareceram melhorar a vida do povo brasileiro. Estas, no entanto, não fizeram um enfrentamento anticapitalista, sendo a mágica do Lulismo exatamente essa: “dar aos pobres sem tirar dos ricos” (MIGUEL, 2019, p. 72).

Diante disso, perguntamos: até que ponto as políticas na área de gênero e raça podem ser sustentadas sem uma alteração substantiva na base do sistema? É possível alterar questões fundamentais como a representatividade, a valorização cultural, o combate as violências machistas e racistas. No entanto, a organização do trabalho, imbricada com a questão de gênero e raça, permanecem sem alterações substantivas.

Com o passar dos anos e o fim do crescimento econômico capaz de manter as políticas dos governos do PT, mais uma vez na história brasileira a resposta conservadora da crise política e econômica veio rápida e com um caráter autoritário. Já no segundo mandato de Dilma Rousseff, a oposição as políticas implementadas pelo PT foram fortemente confrontadas pelos setores mais conservadores do congresso. Um dos exemplos disso é a recuada do governo para implementar o projeto Escola sem Homofobia (ficou conhecido como kit gay), a partir da pressão de parlamentares. Esse é

apenas um exemplo, pois os capítulos seguintes expressaram uma forma de fazer política fortemente amparada numa visão masculina, branca e patriarcal que culminou na derrocada da Dilma em 2016. Tendo sua imagem explorada a partir de um ideal de feminino percebemos o retorno dos mitos sobre a personalidade feminina no centro do debate político. É interessante perceber que essa estigmatização das mulheres como recurso político não é novidade. Em obra de 1969, Heleieth Saffioti (2013 [1969], p. 179) elaborou da seguinte maneira:

era chegado, portanto, o momento de reviverem os mitos. É deles que a sociedade costuma lançar mão para impedir ou retardar a emancipação de uma categoria social que se impõe a tarefa da libertação. Assim aconteceu com os negros, assim ocorreu com as mulheres, assim é com os nativos dos países sob o colonialismo. (...) Cria-se, então, a imagem da feminista como um monstro que visa a destruir a família e a reduzir os homens à escravidão, numa completa subversão das leis divinas.

Mulheres, negros, quilombolas, indígenas, população LGBT seguem resistindo há séculos contra os mitos e estereotipações que atuam no sentido de manter intactas as relações sociais.

Impressiona perceber como a visibilidade e o atendimento a algumas demandas das mulheres, da população pobre e negra incomodou os setores dominantes no país. As políticas que buscavam fazer o combate as desigualdades históricas, ainda que insatisfatórias foram cessadas. O cenário que se vislumbra é de desmonte, das políticas compensatórias, de gênero, de combate ao racismo. Resta saber a potência que os movimentos sociais terão para articulação e resistência diante desse cenário.

Considerações finais

Explicitamos ao longo do texto uma crítica a ideia de que uma análise concentrada apenas nas esferas da produção possibilite a totalidade da compreensão das complexidades das relações sociais. Por isso, para nós, raça e gênero devem ser tratados, para fins de análise na sociedade brasileira, como relações sociais estruturantes, tal como a classe social. Sendo todas elas fundamentais para a compreensão do modo de produção.

Analisar a potência das questões de classe, gênero e raça nas políticas brasileiras é refletir sobre as possibilidades da democracia, sobre o quanto de desigualdade cabe na democracia (MIGUEL, 2019).

Assistir a eleição de Jair Bolsonaro, baseada em fake news majoritariamente voltadas às questões de gênero e sexualidade, e perceber todo o retrocesso na política relacionado não só às reformas estruturais (que tem como exemplo a reforma da previdência), mas também ao constante ataque ao combate às desigualdades de gênero e raça, reforça a importância do debate de maneira articulada. O retrocesso que vivemos hoje não se refere apenas às pautas moralistas e pentecostais relacionadas às mulheres (mais uma vez colocadas no âmbito da família, da maternidade, da casa e da religião), mas à ascensão de um antifeminismo que ataca mulheres de maneira específica e a todas as conquistas que foram feitas no campo do combate às desigualdades de gênero. Infelizmente o debate que o marxismo feminista no Brasil encara hoje é esse.

O movimento feminista na atualidade vem se destacando, fazendo frente as pautas conservadoras que se instauram com o Governo Bolsonaro. A manifestação do “Ele não” em 2018 precedendo as eleições teve uma capacidade de articulação nacional que demonstra a importância do movimento, e a resposta conservadora a ele. Mesmo diante de uma articulação feminista poderosa, estamos enfrentando um enorme retrocesso, o ano de 2019 mostrou que é possível perder muitos direitos, conquistados em longos anos de luta e resistência, em pouco tempo. Segundo Biroli (2018, p. 17), “acumulam-se, no contexto atual, investidas contra as mulheres na política, contestações à sua competência como atores políticos e ações contrárias a direitos que foram estabelecidos como resultado de demandas e lutas históricas”.

Delineou-se um cenário que explicita os enormes desafios do marxismo feminista, que além de se rever teoricamente, isso é corriqueiro e normal a toda teoria que queira trabalhar com a realidade e não com dogmas, tem que enfrentar um cenário do “anti”: o antifeminismo, o antimarxismo (e o combate ao marxismo cultural), a anticiência. O que se desenha é um cenário de desmonte: com nova rodada de privatizações, de precarização das relações de trabalho (com a reforma da previdência), aumento da informalidade, corte nas políticas de combate à violência contra as mulheres, contra a população negra, fim da demarcação das terras quilombola e indígenas, corte na educação e no orçamento para ciência e pesquisa.

A antiga Secretaria de Políticas para as mulheres, que durante anos atuou bravamente na defesa da igualdade de gênero, agora passou para a pasta do Ministério

da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, comandada por Damares Alves, defensora de ideais religiosos na formulação de uma política para as mulheres que vem se tornando cada vez mais patriarcal. Desde sua posse, com a famosa frase “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”, a ministra acumula gafes no que se refere à política de gênero. Sob seu comando é nítida a transformação da agenda de políticas para as mulheres como uma agenda da família monogâmica, heteronormativa, pentecostal. Isso é problemático porque normatiza a noção de família, sem levar em conta a diversidade das famílias, e universaliza as mulheres novamente. A família passa a ser o guarda-chuva que abarca todas as pautas das diferenças. Cria-se um ambiente de pânico moral para que tais assuntos não possam ser tocados, pois representam um inimigo do país e das “pessoas de bem”. Dessa forma essas questões sequer podem ser temas de políticas públicas.

A análise articulada permite que possamos compreender que essas trapalhadas da ministra não são uma cortina de fumaça para fazer a população esquecer das “pautas principais”, como foi muito falado durante o período da reforma da previdência, por exemplo. É fundamental compreender que se gênero, raça e classe estruturam a sociedade, os projetos políticos e econômicos para o país compreendem uma ideia de sociedade que é mais complexa que a explicação das relações de produção e precisam ser articuladas com ela. Além de que, desvendar os aspectos do trabalho, revelando quem são esses(as) trabalhadores(as) nos auxilia a compreender que pessoas serão mais afetadas pela reforma trabalhista, da previdência, por exemplo. Ou até entender que uma parte da população tem uma relação de trabalho que não conta com direito trabalhista. Articular gênero, raça e classe para desvendar as dinâmicas sociais é explicitar que a classe trabalhadora não é um conceito abstrato, ela existe na realidade, são homens e mulheres, brancos e negros, geralmente moradores de alguma região periférica na cidade. Por isso,

a ideia do nó auxilia a entender os processos sociais em suas dimensões micro e macro, pois aponta o emaranhado dos processos macrossociais, nas estruturas históricas nas quais elas se criaram e se consolidaram e permite a observação dessas perspectivas nas identidades e na resistência dos sujeitos, percebendo a agência a partir das suas vivências pessoais e interações sociais, nas suas relações dinâmicas (MOTTA, 2017, p. 87)

Desde o golpe de 2016, estamos diante de um cenário de crise política, um questionamento em torno das instituições políticas e dos agentes do Estado. Essa crise,

aliada a uma crise econômica (que chegará com tudo nos próximos meses) trouxe como consequência o autoritarismo corporificado na figura de Bolsonaro. Governo dismantelador de políticas públicas “traz à tona para as demandas dos movimentos populares a luta pela democracia, ainda que não haja possibilidade de democracia real em um país como o Brasil sem o enfrentamento das desigualdades”. (MIGUEL, 2019, p. 189). A luta é longa e o caminho precisa ser aberto, para tanto, se abrir para as pautas de gênero, raça, sexualidade, etnicidade articulada com a classe social traz um fermento de transformação que fará a massa crescer ainda mais. Por esse caminho quem sabe não conseguiremos de fato dividir esse bolo.

Referências:

BIROLI, Flavia. Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil. 1^a ed. - São Paulo, Boitempo, 2018.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. Cadernos Pagu (26), jan-jun de 2006: pp. 329-376.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das mulheres no Brasil, 2018.

Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, 2019.

Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics; University of Chicago Legal Forum: Vol. 1989, Article 8. 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>

FERNANDES, Florestan. A Integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça braça, Vol. I. 5^a Ed. São Paulo: Globo, 2008A. (1^a Ed. 1965).

_____. O negro no mundo dos brancos. 2^a edição: São Paulo: Global, 2007 [1972].

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: cadernos pagu (5) 1995 (pp. 7-41).

HIRATA, Helena e KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: Cadernos de pesquisa, v. 37, n. 132, set/dez 2007 pp. 595-609.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. Revista de Estudos Feministas, n. 1/94, p. 93-100; 1994.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Dicionário crítico do feminismo. HIRATA, H. et al (orgs). São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Novos Estudos Cebrap (86), março de 2010, pp. 93-103.

MIGUEL, Luis Felipe. O Colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016. 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MOORE, Carlos. Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte, 2ª edição, Nandyala, 2012.

MOTTA, Daniele. Desvendando o nó: A Experiência de auto-organização das mulheres catadoras de materiais recicláveis no Estado de São Paulo. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2017.

_____. Desvendando Heleieth Saffioti. Revista Lutas Sociais, vol. 22, n. 40, 2018 (p. 149-160).

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Heleieth Saffioti. 3a edição. Editora expressão popular, São Paulo, 2013 [1987].

_____. Gênero, patriarcado e violência. 2ª edição, São Paulo: Expressão popular: fundação Perseu Abramo, 2015 [2004].

A revolução será feminista, ou não será!

Elaine Bezerra*

Introdução

O tema do feminismo e do lugar da luta das mulheres na emancipação da sociedade sempre se colocou (em maior ou menor grau) como centralidade nos principais processos revolucionários de que temos conhecimento. Embora a reivindicação dos direitos das mulheres tenha uma origem liberal, há um importante legado do feminismo socialista e marxista na construção de uma teoria e prática feministas. Já no início do século XIX, por exemplo, Flora Tristán trouxe uma contribuição importante para o contexto de surgimento do feminismo ao defender que o avanço dos direitos das mulheres estava diretamente ligado ao avanço da classe trabalhadora. Tristán foi uma liderança forjada a partir do contato com as ideias do socialismo utópico, entretanto, como afirma Heleieth Saffioti (2013), ela avança nas suas formulações aproximando-se mais do que ficou conhecido posteriormente como o *socialismo científico*. Para Saffioti (2013, p.162),

Ela vinculou, teórica e praticamente, a libertação da mulher à causa do proletariado. Não vê outra maneira de promover a unidade da humanidade senão proclamando a igualdade dos direitos de homens e mulheres... entende que a obra de libertação dos trabalhadores e das mulheres deva ser realizada pelos próprios interessados.

Não nos resta dúvidas de que os socialistas sempre trataram a dimensão da libertação da mulher e foram os que mais dedicaram esforços para enfrentar esse debate (GONZÁLEZ, 2010; SAFFIOTI, 2013). Ainda na primeira metade do século XIX, os socialistas utópicos denunciaram a subordinação da mulher e defenderam a igualdade formal desta com o homem. Alguns de seus teóricos, como Robert Owen, propunham

* Jornalista, doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal de Campina Grande e militante da Marcha Mundial das Mulheres.

abolir o matrimônio tradicional, apontado como o responsável pela escravização da mulher no interior das famílias (GONZÁLEZ, 2010). Contudo, eles ficaram apenas no aspecto descritivo da inferioridade da mulher, e é com as obras marxistas da segunda metade do século XIX que a análise da situação da mulher ganha outros contornos. A produção teórica de Marx, Engels e, posteriormente, de August Bebel, tornaram-se uma referência para o feminismo socialista porque alicerçaram as bases para interpretar a situação da mulher na sociedade capitalista.

A difusão das primeiras obras marxistas coincide com o avanço da organização das mulheres na Europa e nos Estados Unidos, consolidando o que compreendo como o “campo” ou o “leito histórico” do feminismo socialista. Utilizarei aqui os termos “campo” e “leito histórico” em detrimento das noções de “correntes” ou “ondas”, sem grandes pretensões de definição, fundamentalmente, porque essas duas últimas expressões, por vezes, limitam a compreensão da experiência concreta da organização das mulheres, seja quando partem de uma linha teórica definida para classificar sua ação coletiva, seja quando propõem uma leitura do feminismo a partir de “grandes pautas” datadas em determinado período histórico. Em especial, a noção de 1ª e 2ª “ondas”, largamente utilizada pelas estudiosas do feminismo, é insuficiente porque, além de periodizar a história do movimento em torno de pautas proeminentes como o sufrágio, a violência, o direito ao corpo, por exemplo, sugere a existência de *gaps* entre o término de uma “onda” e o surgimento da outra.

Partindo do pressuposto de que o feminismo socialista é um movimento de reflexão, organização e luta das mulheres trabalhadoras que forjou uma nova práxis política no interior do feminismo e das organizações da classe trabalhadora é possível entendê-lo com um *leito histórico* ou um *campo político* cujas características contêm expressões próprias, construídas de acordo com cada contexto histórico onde estão sendo travadas as lutas pela emancipação humana do jugo do capitalismo. Uma dessas características é a base marxista para leitura da realidade e conseqüente compreensão dos pilares que sustentam a subordinação das mulheres. A priori, ele não pode ser definido como um feminismo marxista, no entanto, sua construção teórica guarda suas principais premissas. Entretanto, não considero como feminismo socialista e marxista apenas as experiências organizativas ligadas aos partidos comunistas, socialistas e marxistas clássicos, não somente a participação das mulheres em algumas revoluções como a russa e a cubana, mas um conjunto de outros processos relativos a organização

das mulheres populares que compartilham desses acúmulos, mas avançam nas formulações políticas e nas estratégias de organização e luta.

Dito isto, dois elementos são fundamentais para caracterizar o feminismo socialista de base marxista. O primeiro é a premissa da indissociabilidade da luta de classes com o fim da opressão das mulheres de forma combinada. Essa tem sido uma questão controversa entre as feministas e seus pares dentro das organizações de esquerda até os dias atuais. Ainda é muito comum ouvir expressões como: “a centralidade da luta é a classe e não o gênero...”; “primeiro toma-se o poder, depois resolvemos a questão das mulheres...” ou “em última instância, é a classe quem determina...”. Tal postura demonstra uma estreiteza na leitura marxista, além de uma leviandade com uma questão séria e que pode custar o triunfo ou não de um processo revolucionário.²⁵ Também, a depender de como se analisa essa questão, há diferenças nas estratégias organizativas e nas formas de luta.

O outro legado desse campo do feminismo é a assertiva da necessidade de construção de um movimento de mulheres forte, massivo, internacional e que seja perene, não limitado a uma ação em torno de conquistas pontuais, mas uma luta emancipatória de toda a humanidade. A mobilização em torno do que se tornou o Dia Internacional de Luta das Mulheres é a expressão, na prática, da importância desse segundo elemento.

Assim, as próximas seções estão organizadas de forma a dialogar com esses dois pontos. A primeira, mais no campo teórico, traz uma interpretação sobre o problema da opressão das mulheres no capitalismo a partir de algumas autoras que oferecem uma abordagem marxista. A seção seguinte, debate como a experiência organizativa construída pelas precursoras do feminismo socialista deixou um legado que ainda inspira processos de organização das mulheres, mesmo quando não há uma referência direta a ele. Cito, particularmente, a expressão, na atualidade, do feminismo popular, encontrada nos processos revolucionários nicaraguense e, mais recentemente, no venezuelano, além de ser reivindicado por alguns coletivos de mulheres do Brasil e da América Latina.

25 Algumas das interpretações sobre a derrota eleitoral sofrida pela Frente Sandinista em 1990 dão ênfase ao peso do voto das mulheres atribuindo a elas uma postura mais conservadora em relação ao governo socialista. No entanto, o que essas interpretações invisibilizam é que a postura mais refratária das mulheres deveu-se a ausência de políticas mais assertivas em relação à melhoria da vida das mulheres.

A opressão da mulher na sociedade capitalista

Friedrich Engels, em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, afirma que a primeira opressão de classe dá-se com a opressão do masculino sobre o feminino. Para Alexandra Kollontai, também, há uma intrínseca ligação entre propriedade privada e a família, que incide sobre todas as mulheres, inclusive as burguesas e, “se um desses pilares do mundo burguês se vê abalado, a solidez do outro torna-se questionável” (KOLLONTAI, 1982, p.17). No entanto, para Marx, embora a propriedade seja o elemento fundante da sociedade de classes, é a partir da organização do modo de produção que ele vai basear sua análise, derivando daí a opressão da mulher dentro do capitalismo. Para Kautsky, a incorporação da força de trabalho feminina nas fábricas aumentou a sobrecarga para a mulher da classe trabalhadora.

O modo de produção capitalista, na maioria das vezes, não suprime, para o operário, de organizar sua vida particular; mas suprime todos os aspectos agradáveis desta vida só para lhe deixar os aspectos sombrios, principalmente o esgotamento da mulher e seu isolamento da vida social. Hoje, o trabalho da mulher na fábrica não a liberta do trabalho doméstico; acrescenta um novo fardo ao antigo (KAUTSKY *apud* KOLLONTAI, 1982, p. 25).

Uma das consequências das elaborações marxistas sobre a questão da mulher, conforme postula González (2010), é a compreensão de que ela está submetida a uma dupla opressão: subordinada à autoridade masculina dentro da família e a superexploração dos empresários capitalistas. Samora Machel, por exemplo, vai afirmar que:

De uma maneira geral, no seio da sociedade, ela [a mulher] aparece como o ser mais oprimido, mais humilhado, mais explorado. Ela é explorada, até pelo explorado, batida pelo homem rasgado pela palmatória, humilhada pelo homem esmagado pela bota do patrão e do colono (MACHEL, 1976, p. 18).

Sinteticamente, pode-se dizer que, para o pensamento marxista, a origem da opressão da mulher tem origem com: a propriedade privada, a família e a exploração do trabalho assalariado. Dá-se, assim, uma articulação entre exploração e opressão, funcional para a reprodução da sociedade de classes.

É importante ressaltar que o marxismo teve o grande mérito de afirmar um pressuposto fundamental: o de que “a opressão das mulheres não é uma invariante na história, mas sim produto de formações sociais; as relações entre os sexos não são

naturais mas sociais” (VINTEUIL, 1989, p. 8). Existe um conjunto de polêmicas e desacordos em torno das afirmações de Marx e Engels sobre a questão da subordinação da mulher. As críticas vão desde a centralidade do econômico na definição do modo de produção (deixando invisível a dimensão da reprodução), até a acusação de que há uma supremacia da classe social em detrimento das dimensões de gênero, raça, entre outras. Não é objeto do artigo entrar nessas polêmicas, visto que já há uma vasta literatura sobre o tema,²⁶ mas trazer outras contribuições que desvendam os mecanismos que organizam as desigualdades entre homens e mulheres no capitalismo.

Heleieth Saffioti, importante intelectual marxista e feminista, adverte que Engels errou ao atribuir à propriedade privada a fonte exclusiva da inferioridade das mulheres, uma vez que, a dominação, comum tanto às relações de sexos como às de classe, tem uma amplitude muito maior que o fenômeno da propriedade. Nas suas palavras:

Se, por um lado, a propriedade condiciona certas formas de domínio, podendo-se mesmo afirmar que a dominação economicamente condicionada decide dos destinos de uma sociedade competitiva em épocas normais, por outro, existem formas de domínio que não derivam diretamente da propriedade privada (SAFFIOTI, 2013, p. 121).²⁷

Para a autora, o fato histórico que deu mais poder aos homens e que permitiu a implantação de um regime de “dominação-exploração” das mulheres é o surgimento do *patriarcado*. Dois fatores foram determinantes para que isso ocorresse: a produção do excedente econômico (cerca de 11.000 anos atrás) e a descoberta de que os homens eram imprescindíveis para a reprodução (SAFFIOTI, 2004). Nesse sentido, Saffioti entende que a base material que sustenta o patriarcado não está apenas na discriminação salarial das trabalhadoras, na segregação ocupacional ou na marginalização das mulheres de importantes papéis políticos-deliberativos, mas, também, no controle que os homens exercem da sexualidade das mulheres e da sua capacidade reprodutiva. Esse controle dá-se, tanto pela ideologia (valores machistas, sexistas e misóginos), quanto pela violência. Assim, o patriarcado é uma relação de dominação e exploração das mulheres, cujo vetor vai do masculino para o feminino (SAFFIOTI, 2004, p. 106). O patriarcado capilarizou-se e está em todas as instituições capitalistas: estado, igreja, escola família, entre outras. Ele organiza um modelo de família que é monogâmica e

26 Nicholson (1987); Saffioti, (1992, 2018); Vinteuil (1989).

27 Saffioti exemplifica que nos casos dos países socialistas onde a propriedade privada deu lugar a propriedade coletiva, o poder político e a dominação tradicional e burocrática continuaram a ser exercidos (BEZERRA, 2018).

torna a experiência da sexualidade masculina heterossexual como padrão hegemônico para toda a sociedade, de forma que, todas aquelas formas de expressão do desejo e da afetividade fora desse padrão, que é heteronormativo, é considerado desviante e reprimido duramente (BEZERRA, 2018).

Saffioti entende o patriarcado como um fenômeno social em permanente transformação, anterior ao capitalismo e que se molda para coexistir e potencializar o processo de dominação/exploração capitalista. É uma categoria fundamental para compreender o movimento histórico que conformou o capitalismo e, nele, a situação de desigualdade e opressão de gênero e de raça (MOTTA & BEZERRA, 2018). A raça, também, é aqui entendida como uma relação de dominação anterior a sociedade de classes, mas que, junto com o sexismo e o patriarcado, foi reapropriada potencializando a exploração do sistema capitalista. Essa fusão, provocou o que Saffioti denominou de simbiose entre patriarcado-racismo-capitalismo, que mais tarde seria o nó entre raça, classe e gênero (MOTTA & BEZERRA, 2018).

Para as pensadoras feministas marxistas, a novidade inaugurada pelo sistema capitalista é a cisão entre as esferas públicas e privada. A separação entre a fábrica e o espaço doméstico fortaleceu a hierarquia e a desigualdade entre os homens e as mulheres. No capitalismo, o público é a esfera da valorização que, por sua vez, é um lugar masculino, onde se realizam as funções de forte valor social agregado (a produção da riqueza e da política). O privado, lugar da reprodução social, é desvalorizado e considerado um espaço feminino. Essa operação fortaleceu a divisão sexual do trabalho²⁸ e a tornou um mecanismo tão poderoso de reprodução da sociedade de classes que está presente na maioria das sociedades de que temos conhecimento.

O modo de produção capitalista-patriarcal combinou a subjugação dos trabalhadores enquanto classe social e a opressão das mulheres. Este processo ao mesmo tempo em que se apropriou da divisão sexual do trabalho para mais explorar as trabalhadoras, alijou-as dos espaços de poder e de decisão, relegando-as à cidadãs de segunda categoria. Consolidou assim uma ideologia liberal-patriarcal, que sustenta uma separação entre as esferas pública e privada e, ainda, fez parecer que uma esfera não possuísse relação alguma com a outra (BEZERRA, 2014).

28 De acordo com Danièle Kergoat (2009, p. 67), “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado”.

Em sociedades que vivenciaram processos de colonização e escravização como a brasileira, o tipo de desenvolvimento capitalista ali desenvolvido exacerbou a imbricação gênero, classe e raça na atualização do desenvolvimento da sociedade capitalista, de modo que a luta antirracista, antissexista ganham conteúdo de enfrentamento ao capital.

A construção de um movimento feminista massivo e internacional

O feminismo é um movimento de auto-organização das mulheres que busca a sua emancipação como sujeito social e a transformação da sociedade como um todo. Ele foi um dos principais movimentos emancipatórios do século XX. Suas primeiras manifestações ocorreram após a Revolução Francesa, quando as mulheres denunciaram que a “Declaração dos Direitos do Homem” as desconsiderava como sujeitos de direitos na nova sociedade. A partir daí, pode-se falar de um feminismo como um movimento político organizado, com teoria e práxis próprias (BEZERRA, 2010). A aproximação das mulheres aos movimentos operários e as correntes de pensamento anarquista e socialista no final do século XIX trouxeram tensões que até hoje são perceptíveis na ação do feminismo em todo o mundo.

O movimento de mulheres socialistas liderado por Clara Zetkin e Alexandra Kollontai foi uma das principais expressões de organização e luta das trabalhadoras, responsável por instituir o Dia Internacional de Luta das Mulheres que se tornou uma data central de construção de unidade em torno do feminismo. Dessa experiência, gostaria de destacar duas questões que nos ajudam a pensar sua contribuição para a luta feminista.

A primeira delas é a importância da auto-organização das mulheres como movimento próprio, mas também, no interior das organizações dos trabalhadores. Conscientes da opressão sofrida pelo fato de serem mulheres e de que o capitalismo era um sistema que as explorava e perpetuava sua condição de ser humano de segunda classe, as socialistas imprimiram um trabalho de conscientização das operárias e de convencimento dos homens de que a igualdade política era uma condição para pôr fim ao sistema capitalista. Elas trabalhavam em duas direções: com os homens, pela causa geral, e juntas pelos objetivos do feminismo (GONZÁLEZ, 2010). Organizavam as operárias em células, que possuíam estruturas independentes, mas serviam como espaços de recrutamento para a causa socialista. Clara Zetkin instruía as trabalhadoras

no marxismo como forma de preveni-las dos limites do feminismo burguês e aproximá-las da perspectiva da revolução socialista. Desse modo, elas demonstravam, na prática, que não havia uma dicotomia entre a luta pela revolução socialista e a emancipação das mulheres. Para González (2010), esse processo auto-organizado demonstrou-se de grande valor, pois:

Lutando juntas, as mulheres tinham mais possibilidades de êxito na hora de defender seus interesses do que se lutassem separadas. Além disso, as mulheres entendiam melhor os problemas e as demandas das outras companheiras (...) sentiam-se mais livres para se expressarem e darem suas opiniões no meio de outras mulheres, livres dos preconceitos (GONZÁLEZ, 2010, p. 65).

Com isso, elas conseguiram ter capilaridade no seio das trabalhadoras e avançaram entre o movimento socialista geral. Aprovaram uma resolução na 1ª Conferência Internacional de Mulheres Socialistas que comprometia os partidos socialistas a lutar pela implantação do sufrágio universal para as mulheres. Entretanto, essas conquistas esbarraram na dominação masculina presente nas estruturas partidárias que queriam manter sob sua supervisão as atividades realizadas por elas. Ou seja, aos partidos interessava ter as mulheres nas suas fileiras enquanto defensoras do socialismo, mas sua ação não poderia ir demasiado longe. Além do mais, nem todos os homens estavam confortáveis com o desejo de emancipação das suas companheiras. Muitos continuavam defendendo que as mulheres eram inferiores social e intelectualmente e que seu lugar seguiria sendo em casa, cuidando da família (GONZÁLEZ, 2010).

Uma segunda contribuição das socialistas foi o exemplo de que é possível construir um movimento massivo, internacional em aliança com as demais expressões do feminismo, sem abandonar o horizonte socialista. Ao contrário, a história demonstrou que, mesmo em torno de uma pauta que era liberal, a luta pelo direito ao voto foi capaz de gerar uma unidade no interior do movimento feminista e avançar na organização das trabalhadoras: “o direito de voto para as mulheres unificará nossa força na luta pelo socialismo” (KOLLONTAI, 1920).

À bandeira do direito ao sufrágio universal, as socialistas associavam as reivindicações pelo acesso à educação, a um sistema educativo baseado na coeducação, uma reforma legal para facilitar o divórcio, o reconhecimento do direito das mulheres de limitar o tamanho de sua família como seu direito pessoal mais inerente e a socialização das tarefas domésticas, por meio de serviços como lavanderias, restaurantes populares e creches (GONZÁLEZ, 2010). Com exceção do direito ao voto e a educação para as

mulheres, as demais bandeiras questionavam o *status quo* da sociedade capitalista, por isso, não fazia parte da luta do feminismo burguês. As feministas burguesas almejavam outro sistema de relações humanas com igualdade de direitos, no entanto, sem provocar transformações na ordem social vigente, ao passo que para o feminismo socialista isso só seria possível com uma revolução.

As mulheres operárias estão totalmente convencidas de que a questão da emancipação das mulheres não é uma questão isolada. Sabem claramente que esta questão na sociedade atual não pode ser resolvida sem uma transformação básica da sociedade (...) A emancipação das mulheres, assim de como de toda a humanidade, só ocorrerá no marco da emancipação do trabalho do capital. Só em uma sociedade socialista as mulheres, assim como os trabalhadores, alcançarão seus plenos direitos (ZETKIN *apud* GONZÁLEZ, 2010, p. 61).

O movimento internacional das mulheres socialistas foi extremamente ousado e à frente do seu tempo ao unir a luta política e econômica a partir de um método de trabalho concreto com as mulheres da classe trabalhadora. A combinação desses elementos gestou uma poderosa organização de mulheres, capaz de fortalecer um chamado internacional em torno de um Dia Internacional de Luta que se tornou a principal agenda de unidade do movimento feminista e foi o estopim da primeira revolução socialista em 1917.

Resumidamente, destaco algumas questões que são aprendizados do feminismo socialista para a história de luta das mulheres: a) a viabilidade da construção de um movimento forte (internacional) capaz de combinar a luta pela libertação das mulheres com a luta pela transformação global da sociedade, com argumentos e força para convencer os camaradas homens que a opressão das mulheres, sua permanência no estreito círculo da família e o trabalho doméstico eram contrários às propostas de igualdade defendidas pelo socialismo; b) o tema das alianças com as outras linhas ideológicas do feminismo é uma condição para o avanço da luta das mulheres como um todo, ou seja, é possível aliar-se, sem flexibilizar a estratégia socialista; c) demonstrou os limites do feminismo liberal como horizonte de emancipação das mulheres; d) foi ousado ao pautar a questão da sexualidade e do aborto; e) a auto-organização foi o elemento que possibilitou as condições para que as mulheres avançassem como sujeitos políticos e f) sofreram na pele os enfrentamentos machistas das suas organizações que, muitas vezes, impuseram derrotas ao trabalho realizado pelas mulheres.

De Clara Zetkin ao Feminismo Popular

A experiência inaugurada pelas feministas socialistas não acabou com o fim da União Soviética e nem está encerrada apenas em alguns partidos de esquerda e de orientação marxista, mas segue inspirando processos amplos de organização das mulheres populares. Um exemplo disso, foram as revoluções cubana e nicaraguense que apontaram ser o trabalho auto-organizado um elemento fundamental para o triunfo dessas revoluções. Esse acúmulo construído a partir do feminismo socialista, mas que na atualidade tem incorporado outros elementos, é o que pode ser entendido como feminismo popular.

Embora numa perspectiva teórico-acadêmica, o feminismo popular possa ser considerado como uma “corrente”, prefiro tratá-lo de um “leito histórico”: um leito histórico em construção, mas que, na prática, já existe como “campo político” de luta, como método de trabalho de base, como bandeira e como símbolo (BEZERRA, 2018).²⁹ De forma sintética, o feminismo popular é a práxis coletiva construída por mulheres trabalhadoras em luta e em movimento, inserida num projeto de transformação da sociedade mais amplo, num projeto de emancipação humana protagonizado pelas mulheres, que rompe com o nó capitalismo-racismo-patriarcado e é ancorado nos contextos nacionais onde as lutas são desencadeadas. Ele parte do feminismo socialista e incorpora as experiências dos movimentos populares, especialmente da América Latina, onde a herança da colonização faz com que a luta das mulheres seja portadora de um conteúdo anticolonial, antipatriarcal e anticapitalista.

Nessa expressão do feminismo estão presentes as duas características que apontei anteriormente como centrais do feminismo socialista: a indissociabilidade da luta contra o capitalismo e a opressão patriarcal e a auto-organização das mulheres enquanto princípio. Somam-se a essas, outras: sua construção no interior de organizações não classicamente “feministas”; a não dicotomização das “pautas feministas” x “pautas econômicas”, pois as lutas econômicas perpassam a opressão e as pautas feministas contestam a organização das relações de produção; associa as lutas pela defesa dos territórios, da ancestralidade e etnicidade e é um movimento construído

29 Distinto das correntes feministas mais clássicas, os estudos sobre feminismo popular são recentes e estão mais ligados aos movimentos que o reivindicam como perspectiva. Ver Táboas (2018), Alvarez (2014).

em aliança com as organizações mistas da classe trabalhadora (partidos, sindicatos, movimentos populares).

Essa forma de construir o feminismo estava presente nos processos revolucionários cubano, nicaraguense e bolivariano. Eles contaram com a organização de coletivos e movimentos de mulheres fortes que faziam o trabalho popular de apoio aos movimentos revolucionários e de recrutamento de companheiras para a luta armada (CARVALHO, GUEDES & MONTEIRO, 2017). Também, no Brasil, desde o período da redemocratização, há um processo de reorganização e luta das mulheres que envolve coletivos populares, associações de bairros e movimentos mistos. Essa característica se fortaleceu num período mais recente com o surgimento de movimentos feministas anticapitalistas, com o fortalecimento da auto-organização das trabalhadoras rurais e a construção de uma agenda unitária de lutas, ainda que difusa.³⁰ Há também uma nova força em torno do Dia Internacional de Luta das Mulheres que retomou a crítica mais estrutural à sociedade capitalista e tem ampliado sua força.

A construção desse feminismo de caráter popular tem enfrentado as seguintes questões: a problematização dos modelos de desenvolvimento e o impacto para a vida das mulheres, a construção de aliança com outros movimentos sociais, a ênfase feminista na construção do movimento (ALVAREZ, 2014) e, sobretudo, tem se mostrado com alternativa de resistência à fragmentação das lutas sociais. Essa tem sido uma importante contribuição desse campo para o conjunto do movimento feminista na atualidade.

Por fim, o feminismo popular tem se construído como um movimento de transformação do mundo, ancorado nas bases do feminismo de origem socialista e aglutinando bandeiras de luta protagonizadas por setores populares da sociedade.

Considerações Finais

O momento que atravessamos, de crise acentuada do neoliberalismo e de ataque à democracia na América Latina, tem agudizado as consequências da articulação capitalismo, racismo e patriarcado na vida da classe trabalhadora. As propostas de saída da crise impostas pelo poder econômico passa pela adoção de medidas de arrocho e

30 Refiro-me à Marcha Mundial das Mulheres, a Via Campesina, a Marcha das Margaridas e as agendas de luta entorno do 8M, da Greve das Mulheres, da Primavera Feminista e dos Atos “Ele Não!” aqui no Brasil.

retirada de direitos, associada a uma ofensiva ideológica conservadora contra as conquistas das mulheres, de negros (as), da população LGBTQ+, entre outros.

No interior do movimento feminista, ao mesmo tempo em que vemos renovada a força da luta das mulheres, acirra-se uma disputa com uma concepção liberal. Essa vertente prega saídas individuais e mercantilizadas para a vida as mulheres, numa tentativa de pôr em xeque a disputa dos projetos políticos em torno do feminismo.

A força da organização das mulheres tem demonstrado que o feminismo é incontornável e que temos tido a capacidade de iniciativa e de convocação massivas. Entretanto, segue sendo um desafio a construção de uma ação feminista que dê conta de articular as demandas mais concretas da vida das mulheres em seu cotidiano, ao mesmo tempo em que esteja engajada na construção de um projeto de sociedade sem classes, sem opressões e sem discriminação. Uma ação feminista onde a solidariedade seja uma prática cotidiana de fortalecimento das mulheres da classe trabalhadora. Isso demanda um trabalho de base real, capilarizado, com linha política e método popular.

Uma sociedade onde não haverá a mercantilização da vida, onde o patriarcado, o racismo, a lesbo-homofobia seja apenas uma referência nos livros de história como algo suplantado, só será possível se mantivermos como horizonte a premissa de que é necessário *“mudar o mundo pra mudar a vida das mulheres e mudar a vida das mulheres pra mudar o mundo”*.³¹

Referências:

ALVAREZ, Sonia. Engajamentos ambivalentes, efeitos paradoxais: movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/contra o desenvolvimento. Revista Feminismos. Salvador, 2014

BEZERRA, Elaine. Feminismo popular: a relação entre capitalismo e patriarcado. In: Boletim Especial Mulheres de Luta do CRESS – MG, 2018. Disponível em: <https://cress-mg.org.br/Conteudo/b5e39571-f3da-4881-b3be-b14b78238ba3/Feminismo-popular-a-rela%C3%A7%C3%A3o-do-capitalismo-e-o-patriarcado>, acesso: 11/04/2020

_____. A disputa das feministas pelo poder político como bandeira histórica do 8 de março. In: Blog da Marcha Mundial das Mulheres, 2014. Disponível

31 Lema da 2ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (2005).

em: <https://marchamulheres.wordpress.com/2014/03/10/a-disputa-das-feministas-pelo-poder-politico-como-bandeira-historica-do-8-de-marco/>, acesso: 11/04/2020.

CARVALHO, Letícia; GUEDES, Maíra & MONTERO, Maria Júlia. Feminismo Popular: História e contextos da luta das mulheres pelo poder. Mimeo, [S.l.: s.n.], 2017.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. As origens e comemoração do Dia Internacional das Mulheres. São Paulo, Expressão Popular; SOF: Sempreviva Organização Feminista, 2010.

KOLLONTAI, Alexandra. Marxismo e revolução sexual. São Paulo: Global Editora, 1982.

MACHEL, Samora. A libertação da mulher é uma necessidade da Revolução, garantia da sua continuidade, condição de seu triunfo. In: A libertação da Mulher. São Paulo: Global Editora, 1979.

MOTTA, Deniele & BEZERRA, Elaine . A originalidade de Heleieth Saffioti na análise crítica da situação da mulher na sociedade capitalista no Brasil. Anais IX Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas. Centro de Estudos Marxistas - Unicamp, 2018.

NICHOLSON, Linda. Feminismo e Marx: integrando o parentesco com o econômico. In: BENHABIB, Seyla & CORNEL, Drucilla (orgs), *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Buongiovani. A mulher na sociedade classes: mito e realidade. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

_____. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINNI, C. (Orgs), *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos Editora e Fundação Carlos Chagas, 1992.

VINTEUIL, Frédérique. Marxismo e Feminismo. In: Cadernos Democracia Socialista. São Paulo: Editora Aparte, 1989.

Da produção à reprodução: um olhar do feminismo crítico para o trabalho das mulheres.

*Iriana Cadó**

Introdução

Que as mulheres detêm uma trajetória específica de inserção no mercado de trabalho e ocupam uma posição diferenciada e, na maioria dos casos, desigual no acesso aos recursos econômicos, incluindo: o emprego, a terra, recursos naturais, os espaços de poder, a partilha dos tempos de trabalho e as tarefas do espaço doméstico, não é novidade para ninguém, ou pelo menos, é melhor crer que não.

As interpretações das origens e causas desta desigualdade são diversas e por vezes conflitantes. A materialização do campo da teoria feminista joga luz à profunda heterogeneidade do debate, e do quanto a interpretação, descrição e apontamentos sobre a condição feminina bem como a caracterização das origens e as possibilidades de transformação são múltiplas e heterogêneas. Contudo, há um ponto comum entre as teorias feministas, o desvendamento do “ser mulher” como algo natural, do âmbito biológico e pré-determinado.

Para nós, em um momento como este que vivemos, de abalo sistêmico do modo de produção capitalista e do questionamento dos paradigmas de políticas econômicas liberais, as contradições das relações sociais e de poder são escancaradas, em meio a uma crescente cooptação das pautas feministas pelos agentes dessa política hegemônica, como grandes bancos e empresas multinacionais.

Nesse sentido, a busca pela gênese da reprodução da situação de vulnerabilidade das mulheres é fundamental, e o resgate da valiosa contribuição que as feministas marxistas/socialistas materializaram, na busca por respostas a esses questionamentos, é um dever para nós pesquisadores e militantes críticos. Além disso, desnudar a aparência

* Economista e cientista social, especialista em economia social e do trabalho; mestranda e pesquisadora do Centro de Estudo Sindicais e do Trabalho no Instituto de Economia da Unicamp. Email: Iriana.cado@gmail.com.

“natural” das relações e papéis de gênero na sociedade capitalista é, também, desnudar uma importante estrutura de sustentação do funcionamento deste sistema econômico.

Situando a emergência do feminismo Marxista e Socialista.

A partir da década de 1970, as feministas da segunda onda³² logo se depararam com o viés androcêntrico que permeava as teorias econômicas e políticas tradicionais e, com isso, diversas áreas do conhecimento estiveram sujeitas a mudanças a partir da crítica metodológica e epistemológica elaborada pelo pensamento feminista. Conforme Costa & Sardenberg (2008), esse período é um momento de redefinição da atuação do movimento de mulheres, o qual traz muito forte a ideia de práxis – conjugação da teorização e atuação política – a partir da troca de experiência e vivência das mulheres, e de sua reflexão coletiva.

É neste momento, com avanço da discussão epistemológica com viés de gênero e melhor estruturação do arcabouço da teoria feminista, que se desenha de forma mais delimitada as correntes de pensamento feminista. Valendo-se das grandes discussões teóricas do século XX, como o marxismo e o liberalismo, avançam as interpretações sobre as origens, efeitos, consequências e estratégias de superação da condição das mulheres. As divergências existentes entre as correntes de pensamento e as políticas correspondentes não devem ser subestimadas, e se tornaram ferramentas importantes para entender o campo de disputa política que se coloca de maneira ampliada pós-anos 1960. (BARRETT e PHILLIPS, 1992).

O desenvolvimento da perspectiva materialista de feminismo é resultado da efervescência política dos anos 60, ao questionar a invisibilização das mulheres nas teses dos partidos comunistas, as mulheres decidem se organizar tanto politicamente como teoricamente para disputar este campo. Embora as origens da condição feminina para as socialistas/marxistas resida numa dimensão estrutural da sociedade, a interpretação desta condição é distinta entre marxistas e socialistas.

A corrente marxista do feminismo, segue de modo mais ortodoxo os escritos de Marx e Engels. Pauta-se na formulação de Engels (1985) de que a opressão de sexo surge na consolidação da propriedade privada, ou seja, a opressão sexual tem sua

32 A primeira onda do feminismo se caracteriza pela reivindicação da ampliação dos direitos civis às mulheres e data do final do século XIX e início do século XX. Esse movimento é conhecido pela atuação das "suffragettes" (em português, sufragistas), primeiras ativistas do feminismo, que tinham como bandeira prioritária o sufrágio (o direito de votar) universal.

origem na constituição de uma sociedade de classes. É disso que se desdobra a divisão sexual do trabalho e os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Para elas, o capitalismo se vale da subordinação das mulheres para a sua reprodução, e só seria possível sua superação com a estruturação de outra organização social que abolisse a propriedade privada e destituísse as classes sociais.

Muitas foram as críticas a essa interpretação, inclusive do próprio campo da esquerda. O feminismo radical, por exemplo, questiona o caráter essencialmente economicista desta análise, apontando que a subordinação das mulheres não tem como fonte exclusiva a propriedade privada, ela é anterior ao capitalismo e muito mais ampla que a noção de propriedade privada.

Engels deixou-se iludir por um elemento comum às relações entre as classes sociais e às relações entre os sexos: a dominação. Este fenômeno, entretanto, apresenta muito maior amplitude que o fenômeno da propriedade. Se por um lado, a propriedade condiciona certas formas de domínio, podendo-se mesmo afirmar que a dominação economicamente condicionada decide dos destinos de uma sociedade competitiva em épocas normais, por outro, existem formas de domínio que não derivam diretamente da propriedade privada (SAFFIOTI, 2013, p. 121).

Para as feministas radicais a opressão das mulheres repousa no funcionamento do patriarcado, sendo este uma formação social supra-histórica, ou seja, anterior ao capitalismo e, que os homens detêm o poder, ou ainda, o poder é dos homens. “Ele é, assim, quase sinônimo de dominação masculina ou de opressão das mulheres” (DELPHY, 2009, p. 173). Nesse sentido, a superação deste sistema seria a destruição do patriarcado e o controle da reprodução pelas mulheres. (FIRESTONE, 1976).

As feministas socialistas entendem que há lacunas na interpretação ortodoxa do marxismo sobre a condição feminina, mas não rompem com ele. Por outro lado, também divergem das feministas radicais, por considerarem equivocado a ideia de que o patriarcado se reproduz inalteradamente e de forma autônoma. Para as socialistas, é preciso compreender o patriarcado sob a luz do desenvolvimento histórico, reivindicam o materialismo histórico dialético, e que ele deve ser entendido a partir da sua localização temporal. Em outras palavras, o feminismo socialista se vale das discussões de ambas as vertentes e forma seu próprio arcabouço de interpretação.

Baseando-se nessas experiências, essas correntes mostram que considerar o sexo como “contradição secundária” e “a produção como força motriz principal da mudança social” não é suficiente para promover as mudanças necessárias. As causas originárias da opressão feminina são colocadas, portanto, na associação capitalismo/patriarcado, considerando produção e reprodução como igualmente determinantes. (PISCITELLI, 2002, p.3)

Heidi Hartmann (1981), mostra que o feminismo socialista na verdade se vale dos preceitos fundamentais das duas vertentes, apontando uma saída consensual, nos chamados “sistemas duais”, para ela, o capitalismo e o patriarcado são sistemas semiautônomos, ora de forma harmoniosa e ora de forma conflitante.

não existe nem puro patriarcado, nem puro capitalismo. Produção e reprodução são combinados em uma totalidade da sociedade da forma que ela é organizada e daí temos o que ela denomina como capitalismo patriarcal. Neste sentido, há uma grande parceria entre o patriarcado e o capitalismo. Ela considera que o marxismo subestimou a força e a flexibilidade do patriarcado e superestimou a força do capital. O patriarcado se adaptou e o capital é flexível quando encontra modos de produção anteriores e os adaptou para que supram as necessidades de acúmulo de capital. (GANDHI, 2018, p. 71, grifo nosso)

As análises da condição das mulheres sob o prisma da tradição marxista tomaram diversos caminhos, e não será nosso papel se debruçar minuciosamente sobre essas divergências, as duas análises – a marxista ortodoxa, com o rigor do método histórico e materialista e o feminismo radical, pautado na análise das relações patriarcais – vão dar subsídio para a conformação de um viés interpretativo que, por um lado, questiona a subordinação pelo marxismo ortodoxo das outras formas de opressão (gênero, etnia e orientação sexual) na luta contra o capital e, por outro, não abrem mão de pensar a condição de exploração feminina e sua superação dentro de uma visão sistêmica e ancorada nas categorias marxistas. Nesse sentido, é no pensamento de Marx e Engels que as feministas socialistas vão buscar ferramentas teóricas para explicar as raízes históricas da opressão das mulheres e a sua reprodução no processo desenvolvimento do capitalismo.

Da produção à reprodução: o “lugar” do trabalho das mulheres.

Uma grande contribuição do pensamento marxista para a interpretação do funcionamento do sistema capitalista consta na última seção do volume I de “O

Capital”, “A chamada acumulação primitiva”, após ter ao longo do livro desnudado minuciosamente a lógica de funcionamento do sistema capitalista, Marx (2013) questiona na última seção: de onde teria vindo o capital? Ou sob quais bases ele teria se materializado? E a resposta é: sob a expropriação e a violência.

O desenvolvimento de uma sociedade capitalista se dá na dissolução do modo de organização social e econômico do feudalismo. A destruição da velha ordem, para Marx, foi na prática um processo de expropriação dos trabalhadores dos seus meios de subsistência e produção. A produção passa a ser voltada para o mercado e regida por meio da exploração do trabalho³³ como o motor que gera valor.

Assim, o capitalismo depende da existência de um mercado de trabalho livre e, portanto, a força de trabalho é uma mercadoria essencial. Nesse sentido, a primeira grande contribuição teórica das feministas marxistas foi apontar que, para existir um mercado de trabalho livre havia por trás um contingente enorme de tarefas realizadas, que possibilitavam a concretização das condições para os sujeitos venderem sua força de trabalho, os chamados trabalhos de reprodução. Para Fraser (2020, p. 46):

A atividade reprodutiva é absolutamente necessária à existência do trabalho assalariado, à acumulação de mais-valor e ao funcionamento do capitalismo como tal. Afinal, o trabalhador assalariado não poderia existir nem ser explorado na ausência do trabalho doméstico, da criação das crianças, da formação escolar, do cuidado afetivo e de um conjunto de outras atividades que produzem novas gerações de trabalhadores, repõem as gerações existentes e mantêm vínculos sociais e compreensões compartilhadas. **Assim como a “acumulação original”, portanto, a reprodução social é condição de fundo indispensável à possibilidade da produção capitalista.**” (Grifos nossos)

De acordo com as feministas marxistas,³⁴ o processo de acumulação primitiva engendrou um mecanismo metódico de funcionamento, que “naturalizou” uma condição social subordinada das mulheres em função das diretrizes do desenvolvimento do capitalismo, concebendo-o como um sistema de relações de poder. Para elas, a estruturação das forças de mercado, separou e antagonizou a esfera produtiva e

33 Para autores clássicos do pensamento econômico, como Adam Smith e David Ricardo, o trabalho é a fonte de riqueza (teoria do valor). Marx em o “O Capital” procura ir mais a fundo e olhando criticamente para essa proposição, sinalizando que a exploração do trabalho através do mecanismo da mais valia é o *centro* da acumulação do capital e, conseqüentemente, do funcionamento do capitalismo.

34 Para apreender mais detalhadamente o debate sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo e subsunção das mulheres em perspectiva histórica, ver: Costa (2008); Mies (1986); Federici (2004).

reprodutiva, localizando a segunda fora da esfera das relações econômicas e, assim, tendo sua importância obscurecida. Ou seja, a divisão entre produção e reprodução “*é um artefato histórico do capitalismo, não um estado “natural” das coisas*” (FRASER,2020, p. 51).

Karl Polanyi (2000), em seu célebre livro “A Grande Transformação”, reconhece que uma economia de mercado depende da existência de relações sociais não mercantis de produção. É o que ocorre com a expropriação do trabalho reprodutivo que é executado pelas mulheres no âmbito doméstico, ou seja, só é possível explorar a mão de obra na forma capitalista, através do mecanismo de mais-valia, porque existe uma relação de expropriação³⁵ do trabalho executado pelas mulheres na esfera privada.

A partir dos anos 1960, a sociologia francesa, alicerçada pela efervescência dos debates das feministas marxistas/socialistas, materializa uma importante contribuição: o conceito de “Divisão Sexual do Trabalho” que buscou romper com os paradigmas dominantes de análise das relações sociais, incorporando a dimensão gênero à interpretação da sociedade. Para isso, alargou a noção do que era entendido como sendo trabalho, reposicionando as tarefas executadas na esfera doméstica à categoria trabalho como entendido pelo pensamento mainstream.

Segundo Hirata e Kergoat (2007), o sentido deste conceito tem por objetivo procurar as nascentes das desigualdades de gênero e, portanto, compreender a natureza do sistema, isto porque, para elas, falar de divisão sexual do trabalho “desprovido de qualquer conotação conceitual, remete apenas a uma abordagem que descreve os fatos, constata as desigualdades, mas não organiza esses dados de forma coerente (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 599). Sendo assim, para elas, a divisão sexual do trabalho é:

a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, **é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente.** Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (...) Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher) (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 599).

35 Expropriação no sentido marxista é o uso do valor produzido sem nenhuma contrapartida contratual como salários ou direito de uso.

Para Hirata (2002), o princípio da “divisão sexual do trabalho”, portanto, acaba por materializar a ideia da não admissão de que a esfera produtiva seja um “lugar de pleno direito” das mulheres, ou seja, que a inserção das mulheres na esfera produtiva é consequência de uma demanda conjuntural, como a necessidade de complementação de renda familiar por um certo período de tempo. Sendo essa inserção circunstancial não necessitaria gozar dos mesmos direitos que os homens, justificativa para a precarização nas formas de contratação e nos diferenciais de rendimentos.

Para Saffioti (2013, p. 36), a condição inferior das mulheres na esfera produtiva é benéfica para o capitalismo, pois promove a extração do “máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho e da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que o masculino”. Deste modo, o próprio processo de desenvolvimento das forças produtivas passa a se utilizar desta subordinação de forma a otimizar a acumulação do capital. Marx em “O Capital” também levantou uma discussão sobre o uso da força de trabalho feminina pelo capitalismo. Para ele, o sistema capitalista usa da mão de obra feminina para incentivar a competição entre os trabalhadores, estimulando o ingresso das mulheres no mercado de trabalho a fim de rebaixar o nível geral dos salários.

Rubery (2014) também aponta para o uso funcional da força de trabalho feminino no processo de otimização do funcionamento do capital. Em período de recessão, por exemplo, as empresas diante da necessidade de repensarem os seus custos veem na desvalorização da mão de obra feminina uma possibilidade de ampliarem suas taxas de lucro, o que pode explicar a manutenção e a maior contratação de mulheres nos setores historicamente masculinizados.

Deste modo, a divisão sexual do trabalho tem a capacidade de se transformar em função da valorização do capital, e ela assume outras modalidades, que variam grandemente no tempo e no espaço “o que é estável não são as situações (que evoluem sempre), e sim a distância entre os grupos de sexo” (HIRATA & KERGOAT 2007, p. 600). Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho não é neutra (NOGUEIRA 2006), ela tem uma dimensão intencional que serve para que a discriminação de sexo possa ser melhor explorada no ambiente doméstico e do trabalho.

As mulheres, portanto, por nunca prescindirem de exercer as tarefas reprodutivas na esfera privada, condicionam sua inserção na esfera produtiva a possibilidade de conciliação da carga de trabalho no âmbito doméstico. Esta realidade acaba sendo usada

de forma intencional pelo próprio processo de acumulação de capital, segundo Federici (2017 [2004]), a exploração e a expropriação do trabalho feminino são uma constante acumulação primitiva. Como resultado o que vemos é uma histórica condição de vulnerabilidade social e econômica a qual as mulheres estão submetidas, sendo as maiores entre a população mais violentada, pobre, desempregada, trabalhando na informalidade e, que, detém os menores rendimentos.

Considerações finais

A materialização de um campo da teoria feminista fomenta preocupações no sentido de compreender as nascentes da desigualdade entre homens e mulheres. Na busca por incorporar a realidade das mulheres às teses do partido, as feministas marxistas elaboram uma grande contribuição para entender o processo de subordinação das mulheres.

A compreensão da separação da esfera produtiva e reprodutiva, como algo funcional ao desempenho do capitalismo, joga luz às relações de poder que são base do pleno funcionamento de uma economia de mercado. Ao relegar as tarefas do âmbito doméstico às mulheres, ancorado pelo sistema patriarcal de relações sociais, o capitalismo consegue manter exitosamente a exploração da força de trabalho na esfera produtiva.

A “naturalização” da divisão sexual do trabalho se desdobra para as formas de organização da sociedade, conformando o que seria trabalho de homem e trabalho de mulher. Além disso, a designação dos trabalhos reprodutivos às mulheres conforma uma condição que subordina a inserção delas na esfera produtiva que é, inclusive, usada de forma intencional pelo próprio capital.

Pensar a condição da mulher a luz da teoria crítica/marxista é fundamental para tecer interpretações acerca da própria superação do capitalismo. Num momento de crises como o que vivemos e de cooptação das pautas feministas, apontar a funcionalidade da opressão de gênero para a vitalidade do sistema de exploração capitalista é escancarar os caminhos pelos quais o capitalismo se vale. Nesse sentido, recolocar a luta das mulheres tendo como norte o questionamento estrutural que reproduz relações de poder de raça, classe e gênero, torna o feminismo uma força latente de desestabilização da ordem de acumulação vigente.

Referências:

- BARRETT, Michèle. *Women's Oppression Today*. London: Verso, 1980.
- COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria (orgs.). *O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.
- COSTA, Mariarosa Dalla. "Capitalism and Reproduction." In *Bonefeld, W., Holloway, J., Psychopedis, K. (ed.), Open Marxism – vol. 3: Emancipating Marx*. 2008.
- DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H. et al (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. Editora UNESP: São Paulo, 2009, p. 173–178.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa. Mulheres, o Corpo e Acumulação Primitiva*. São Paulo, Elefante, 2017 [2004].
- FRASER, N; JAEGGI. R. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. 1ª ed. São Paulo. Boitempo, 2020.
- GANDHI, Anuradha; *Sobre as Correntes Filosóficas dentro do Movimento Feminista*. 2ª Edição. Nova cultura, 2018
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Editora: Alfa-omega. 1985.
- FIRESTONE, S. *A dialética do sexo*. Labor, Rio de Janeiro. 1976
- HARTMANN, Heidi. *The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union*. In: SARGENT, Lydia (ed.). *Women and revolution*. Boston: South End Press, 1981. (versão em português mimeo, 1979)
- HIRATA, Helena. *Nova Divisão Sexual do Trabalho?* São Paulo, Ed. Boitempo, 2002.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37. n. 132, p. 595-609. set/dez 2007.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Vol. I, Tomo 1. (Col. Os Economistas).
- MARX, KARL. *A chamada acumulação primitiva*. In: *O Capital: para a crítica da economia política*. Livro I, volume II, RJ: Civilização Brasileira, 2013. p. 833-885.
- MIES, Maria. *Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women in the International Division of Labor*. London and Antlatic Heights, NJ., Zed books Ltda, 1986.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. (2010). *As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução*. In: *Revista AURORA*, ano IV, número 6– AGOSTO DE 2010

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

POLANYI, KARL. A grande Transformação – As origens da nossa época. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

RUBERY, Jill (eds.) Women and Austerity–The Economic Crisis and the Future for Gender and Equality. Londres, Routledge, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade. 3ª ed. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2013.

A política identitária como parte fundamental do projeto revolucionário

Joana El-Jaick Andrade*

Em 1977, um grupo de jovens mulheres de Boston identificadas como feministas negras, lésbicas e socialistas, reunidas no Coletivo Combahee River, publicou um manifesto notabilizado por apresentar pela primeira vez o conceito de “política identitária” (*identity politics*). Naquele momento, a sociedade americana ainda vivia um período de acentuada tensão social e progressiva radicalização política que conduziu ao gradual distanciamento de um considerável número de feministas negras em relação às organizações feministas de caráter liberal e reformista, como a Organização Nacional de Mulheres (*National Organization of Woman – NOW*), e as aproximou de grupos revolucionários que faziam uma contundente crítica não somente ao patriarcado, mas a todas as formas de opressão presentes na sociedade capitalista.

Após a consternação e convulsão sociais deflagradas pelo assassinato de Martin Luther King em 1968, o governo americano acirrou a repressão à comunidade negra mediante o direcionamento de seu aparato de segurança para atuar na “guerra contra as drogas” – inaugurando uma política de encarceramento em massa de minorias – e o acionamento de seu programa de contrainteligência (COINTELPRO) para promover o assassinato ou prisão de ativistas e dissidentes políticos. À medida que a pressão sobre os militantes negros se intensificava e as críticas ao prolongamento da Guerra do Vietnã elevavam o descontentamento com o governo, verificou-se um processo de rearticulação e renovação de parte do movimento negro significativamente inspirado na tradição marxista e nas experiências revolucionárias na América Latina e na Ásia, bem como nas lutas anticolonialistas nos países da África.

Embora, seja impossível desatrelar a história da luta do movimento negro nos Estados Unidos da luta levada à frente por socialistas, comunistas e anarquistas – considerando que tal interpenetração foi fundamental nas primeiras décadas do século

* Professora no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP/FFLCH). Email: joana.andrade@iftm.edu.br.

XX na criação de associações de trabalhadores e sindicatos negros e na aprovação da legislação antidiscriminatória na indústria –, também não é correto menosprezar os obstáculos interpostos à integração das lutas, muito menos atribuí-los exclusivamente às Leis Jim Crow. Conforme foi apontado por Angela Davis, não era infrequente que membros das organizações socialistas se opusessem à incorporação dos direitos dos negros à sua agenda, ou mesmo à inserção de pessoas negras em suas fileiras:

Enquanto ambos, o Partido Socialista e os IWW [*Industrial Workers of the World*³⁶] admitiam mulheres nas suas fileiras e encorajavam-nas para se tornarem líderes e agitadoras, apenas os IWW abraçaram uma política complementar e sem rodeios de luta contra o racismo. Debaixo da liderança de Daniel DeLeon, o Partido Socialista não teve conhecimento da opressão do povo negro. Apesar da maioria do povo negro ser trabalhador agrícola, rendeiros, e trabalhadores rurais – os socialistas argumentaram que apenas os proletários eram relevantes para o seu movimento. (DAVIS, 2016, cap.10)

Neste sentido, a despeito da “questão negra” ter sido incorporada à pauta da Internacional Comunista³⁷, sendo vista como imprescindível para o enfraquecimento do capitalismo e declínio do imperialismo – destarte, condição necessária à revolução mundial –, a adesão da classe trabalhadora “branca”³⁸ à luta pela liberação negra foi, até a II Guerra Mundial, em geral tímida e titubeante. Devido à eclosão da guerra e à inafastável tarefa de se construir uma ampla oposição ao fascismo, o movimento de trabalhadores americanos recrudescceu a denúncia do regime segregacionista, passando a adotar um posicionamento inequivocamente antirracista. Ademais, a difusão do anticomunismo na era marcarthista exigia um empenho extra de mobilização que fizesse frente à repressão e propaganda do governo. A partir de então viu-se o florescimento de todo um espectro de estudos marxistas e humanistas focados na opressão e exploração dos negros sob o capitalismo e de um ativismo coerente com os princípios socialistas.

36 “Trabalhadores Industriais do Mundo”, criado em 1905.

37 “i) O IV Congresso considera essencial apoiar todas as formas do movimento negro que visam minar ou enfraquecer o capitalismo e o imperialismo ou impedir a sua expansão. ii) A Internacional Comunista lutará pela igualdade racial de negros e brancos, por salários iguais e igualdade de direitos sociais e políticos. iii) A Internacional Comunista vai fazer todo o possível para forçar os sindicatos a admitirem trabalhadores negros onde a admissão é legal, e vai insistir numa campanha especial para alcançar este fim. Se esta não tiver êxito, irá organizar os negros nos seus próprios sindicatos e então fazer uso especial da tática da frente única para forçar os sindicatos gerais a admiti-los. iv) A Internacional Comunista vai tomar imediatamente medidas para convocar uma conferência ou congresso internacional negro em Moscovo”. (COMITERN, 2000, s/d, apud GOES, 2017, p. 85)

38 Na realidade, composta majoritariamente por imigrantes pobres, também considerados pelas classes superiores como não-brancos, como era o caso de irlandeses, poloneses e italianos, embora não fossem afetados pelas leis de segregação.

Se os trabalhadores negros começavam a ganhar maior visibilidade no movimento socialista, o mesmo não pode ser dito a respeito das mulheres negras. O esforço realizado de recrutamento e organização destas mulheres era quase nulo, sendo em grande medida ignoradas, tanto por parte das organizações tradicionais de classe, tanto por associações de negros ou de mulheres brancas trabalhadoras. Conquanto participassem de greves, protestos, apoio organizativo ou mesmo ações violentas, sua atuação não era reconhecida como historicamente relevante. Como foi exposto por Angela Davis (2016, cap. 10), “a postura de indiferença perante as mulheres negras era um dos infelizes legados que o Partido Comunista tinha de superar”.

Apesar da condição de invisibilidade, o fortalecimento do movimento negro revolucionário no início da década de 1970 pode contar com o crescente engajamento político de jovens negras da classe trabalhadora que começavam a ter acesso à universidade e que tinham fresca na lembrança a experiência das lutas no movimento pelos direitos civis e dos cenários libertários e antiautoritários da contracultura. Estas passaram a participar de organizações políticas de classe, como o Partido Comunista Americano e o Partido Socialista de Trabalhadores, como também de grupos recém-estruturados vinculados ao *black power*, aos nacionalistas negros, aos Panteras Negras ou a diferentes associações feministas e de defesa dos direitos dos homossexuais. A prisão e o julgamento de Angela Davis, em 1971, serviram de catalisadores deste fenômeno, ao dar destaque para a ação das mulheres negras na arena política, como a própria Davis, viria a notar:

Alguma coisa aconteceu durante o período de minha perseguição pelo governo e o FBI e outros. Quando eu estava na clandestinidade, um enorme número de mulheres negras foram presas e agredidas. Eu passei a perceber que o governo temia o potencial político das mulheres negras – e isto era a manifestação de um plano mais amplo para nos afastar do envolvimento político, do envolvimento político militante (DAVIS, apud BARRETO, 2005, p.94).

A perseguição política e a campanha difamatória na mídia conduzidas contra Davis trataram de expor e reforçar os estereótipos negativos associados às militantes negras, reproduzidos não apenas pela classe dominante, mas inclusive pelos próprios membros dos grupos de esquerda. Se para muitos militantes ela se tornara um símbolo de luta, coragem e resistência, para outros ela seria motivo de embaraço para o movimento, na medida em que sua liderança representaria a emasculação dos seus

companheiros. Como Davis expôs em seu artigo de 1972, “Reflexões sobre o papel da mulher negra na comunidade de escravos”, a visão misógina de que a mulher negra seria uma força essencialmente conservadora que impeliria os homens à resignação e submissão, como uma “matriarca castradora”, estaria ainda muito presente entre os revolucionários negros, que atribuíam aos homens o papel de vanguarda, protagonistas da luta, relegando às mulheres uma função secundária de coadjuvantes.

A autorreflexão acerca da reprodução das hierarquias de gênero e do papel relegado às mulheres negras dentro dos diferentes grupos de esquerda levou à criação de grupos feministas negros autônomos, como a Organização Nacional de Feministas Negras³⁹ e o Coletivo Combahee River⁴⁰, cujo manifesto dispõe:

Foi nossa experiência e desilusão com estes movimentos de liberação, assim como a experiência na periferia da esquerda dos homens brancos que nos levou à necessidade de desenvolver uma política que era antirracista, diferente daquela das mulheres brancas, e antissexista, diferente daquela dos homens negros e brancos (THE COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 1979).

Tais grupos combinavam militância política, agitação e propaganda com discussões acadêmicas, culminando em importantes colaborações teóricas⁴¹ e práticas⁴², não apenas no campo do feminismo, mas para a concepção de um olhar singular sobre o projeto revolucionário socialista, visto por elas como a concretização de uma democracia radical que contempla a individualidade e a diversidade e promove, através da autoemancipação, a demolição de todas as estruturas de poder que engendrem opressão.

39 National Black Feminists Organization (NBFO), criada em 1973 por Michele Wallace.

40 O Combahee River Collective foi fundado em 1974 e durou até 1980.

41 Esses trabalhos resultaram na publicação de coletâneas para difusão da teoria feminista negra, como por exemplo: HULL, Akasha Gloria; BELL-SCOTT, PATRICIA; SMITH, Barbara (org.). *All the Women Are White, All the Blacks Are Men, But Some of Us Are Brave: Black Women's Studies*. Old Westbury, New York: Feminist Press, 1982.

42 Convém notar que as integrantes do Coletivo também não limitavam seu ativismo às questões específicas das mulheres negras, levantando-se por exemplo contra a esterilização forçada, a restrição ao direito de aborto, a violência contra mulheres, o estupro e a falta de assistência médica: “Podemos, por exemplo, nos envolver na organização do local de trabalho em uma fábrica que emprega mulheres do Terceiro Mundo ou em piquetes de um hospital que está cortando os cuidados de saúde já inadequados para uma comunidade do Terceiro Mundo ou criar um centro de crise de estupro em um bairro negro. Organizar as preocupações com o bem-estar e a creche também pode ser um foco. O trabalho a ser realizado e as incontáveis questões que este trabalho representa meramente refletem a difusão de nossa opressão” (THE COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 1979).

Ao cunharem o termo “política identitária”, as feministas negras do Coletivo Combahee River buscavam, assim, ressaltar a importância de se dar lugar a vozes silenciadas historicamente e atentar para a contribuição daqueles que trazem experiências específicas de opressão dentro da sociedade patriarcal-racista-capitalista. À luta anticapitalista, antirracista, antisexistista, anti-heteronormativa, anti-imperialista, pacifista, juntavam-se ainda inúmeras outras que estão entremeadas no tecido social. Deste modo, a coalizão com demais grupos e movimentos progressistas torna-se não somente uma tática de luta interessante, por ser capaz de empoderar os vários movimentos e integrar suas demandas, mas o caminho de conscientização acerca das diferentes e complexas relações de exploração e subordinação existentes e da forma como estas se apresentam interligadas; isto é, permite que se assuma o ponto de vista da totalidade.

A sobreposição e intersecção de identidades sociais e dos sistemas relacionados de opressão, dominação, discriminação, injustiça social e desigualdade ⁴³ – que se expressam no racismo, sexismo, xenofobia, homofobia, transfobia etc. – não se apresentam num vácuo histórico. São constructos sociais dinâmicos, interdependentes, interrelacionados e contraditórios, e, por esta razão, a sua compreensão exige o exercício de permanente reflexão e reelaboração dialética, conforme expresso no manifesto do Coletivo: “estamos comprometidas com um exame contínuo de nossas políticas à medida que elas se desenvolvem através da crítica e da autocrítica como um aspecto essencial de nossa prática” (THE COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 1979). Esta preocupação em compreender a dinâmica de tais relações e o contexto em que se encerram é crucial, pois, consoante ensinara Leandro Konder (1981, p. 36):

A visão de conjunto – ressalve-se – é sempre provisória e nunca pode pretender esgotar a realidade a que ele se refere. A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que temos dela. Há sempre algo que escapa às nossas sínteses; isso, porém, não nos dispensa do esforço de elaborar sínteses, se quisermos entender melhor a nossa realidade. A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é

43 Nesta mesma linha, o artigo "Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra à doutrina antidiscriminação, teoria feminista e política anti-racista", escrito pela jurista Kimberlé Crenshaw introduziu o conceito de interseccionalidade, que leva em conta sistemas sobrepostos de opressão relacionados a diferentes categorias sociais ou culturais (gênero, raça, classe, orientação sexual, religião, casta, idade...), que interagem em múltiplos níveis e muitas vezes simultaneamente. Deste modo, injustiça e desigualdade social ocorrem em uma base multidimensional sistêmica (CRENSHAW, 1989).

essa estrutura significativa – que a visão de conjunto proporciona – que é chamada de totalidade.

A tática empreendida pelo Coletivo, portanto, amparava-se em uma perspectiva materialista histórica que buscava enxergar, por trás da aparência dos fenômenos, os processos e interrelações que compõem a realidade. Através do pensamento dialético visavam identificar “as contradições concretas e as mediações específicas que constituem o ‘tecido’ de cada totalidade, que dão ‘vida’ a cada totalidade” (KONDER, 1981, p. 44).

Sob esta perspectiva, é possível compreender, por exemplo, a condição específica das mulheres negras na sociedade patriarcal-racista-capitalista, imersas em lutas que por vezes as posicionam contra membros de sua própria classe, gênero ou grupo racial. Sua condição econômica e política, que as situa na base da pirâmide social, impõe igualmente uma comunhão de interesses e laços de solidariedade para com os homens negros:

Apesar de nós sermos feministas e lésbicas, nós sentimos solidariedade com os homens negros progressistas e não reivindicamos o fracionamento que as mulheres brancas separatistas demandam. Nossa situação com negros exige que tenhamos solidariedade com a raça, que as mulheres brancas não necessitam ter com os homens, a não ser que seja sua solidariedade negativa como opressores raciais. Nós lutamos junto aos homens negros contra o racismo, enquanto nós também lutamos contra homens negros sobre o sexismo. (THE COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 1979)

A existência de tais contradições, no entanto, não são sinais de que a superação das variadas relações de opressão não seja possível. Pelo contrário, como totalidades interrelacionadas dialeticamente, as relações sociais patriarcais, de dominação racial e capitalistas estão entrelaçadas historicamente, de modo que a modificação das partes afeta o todo – como sugere Engels em seu “Anti-Dühring”, ao descrever o princípio da lógica dialética da transformação da quantidade em qualidade. Da mesma forma que não podem ser concebidas isoladamente, sua derrocada também deve ser vislumbrada de forma sistêmica, conforme indicam as feministas negras do Coletivo:

Percebemos que a libertação de todos os povos oprimidos requer a destruição dos sistemas político-econômicos do capitalismo e imperialismo, bem como do patriarcado. Somos socialistas porque

acreditamos que esse trabalho deve ser organizado para o benefício coletivo daqueles cujo trabalho cria os produtos, e não para o lucro dos patrões. Os recursos materiais devem ser igualmente distribuídos entre aqueles que criam esses recursos. Não estamos convencidos, no entanto, de que uma revolução socialista que não é também uma revolução feminista e antirracista possa garantir a nossa libertação. (THE COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 1979)

Nesse aspecto, as feministas negras ecoariam a perspectiva das feministas revolucionárias da Segunda Internacional, que pretendiam combinar a luta pela igualdade de gênero à luta de classes, sem desconsiderar que a emancipação feminina só poderia ocorrer nos marcos da emancipação do trabalho em relação ao capital, consoante defendido por Clara Zetkin, uma das principais lideranças feministas da social-democracia alemã do início do século XX:

Como a “questão da mulher” é só uma parte da questão social e só pode ser resolvida com ela, ou seja, através da supressão do capitalismo e a emancipação do proletariado, da mesma maneira a emancipação política de todo o sexo feminino só pode se realizar através da luta pela completa emancipação política do proletariado”. (ZETKIN apud GONZALEZ, 2010, p.169)

Assim como Zetkin – que considerava que o marxismo não havia apresentado respostas prontas à questão das mulheres, mas oferecido o método mais preciso para a compreensão da questão (ANDRADE, 2011) – as feministas negras do Coletivo Combahee River viam a necessidade de aprofundar seu entendimento de sua condição particular: “embora estejamos essencialmente de acordo com a teoria de Marx no que se refere às relações econômicas muito específicas que ele analisou, sabemos que sua análise deve ser estendida ainda mais para que possamos entender nossa situação econômica específica como mulheres negras” (THE COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 1979).

Na medida em que o método de Marx propositalmente cria categorias históricas gerais que expressam relações sociais mais amplas, para posteriormente reconstituir o sistema de mediações que dão a elas sua substância e concretude histórica – o que nos permite, assim, perceber suas contradições –, o empenho pelo entendimento das condições específicas das mulheres negras está em total acordo com a dialética materialista.

É importante ressaltar, portanto, que a abstração em Marx não é a negação da particularidade. Ela é o caminho para a compreensão dos modos de existência do ser social. Como nos esclarece Leandro Konder (1981, p. 43), “em relação à totalidade, por exemplo, a teoria dialética recomenda que prestemos atenção ao ‘recheio’ de cada síntese, quer dizer, às contradições e mediações concretas que a síntese encerra. Na investigação científica da realidade, começamos trabalhando com conceitos que são, ainda, sínteses muito abstratas”. Logo, através do esforço de abstração deixa-se de se considerar a imediaticidade do objeto, para que se possa em seguida extrair os traços pertinentes e mediações, isto é, a síntese de suas múltiplas determinações.

Como exemplo deste processo cognitivo, podemos apontar para a construção do conceito de trabalho abstrato. Em sua análise do capitalismo, Marx forjou o conceito de trabalho social abstrato como categoria que ao mesmo tempo abrange e apaga a individualização e especificidade de cada trabalhador na produção da mais-valia. Se, por um lado, a ausência de determinações afastava as experiências de vida individuais e identidades particulares dos trabalhadores, tal abstração facilitava sua compreensão das relações estruturais de subordinação do trabalho ao capital. Com o entendimento desta dinâmica fundamental na organização social, poder-se-ia então proceder à concretização do objeto, à busca por determinações que expõem o movimento das relações sociais e suas contradições.

Deste modo, o fato de a força de trabalho atuar como instrumento de valorização do capital, numa relação em que o trabalhador é abstraído de suas especificidades (trabalho abstrato), não significa que fatores particulares não contribuam e determinem a forma como esta relação se realiza. Em outras palavras, as hierarquias sociais e relações de dominação que se manifestam na esfera de produção e reprodução social se encontram articuladas ao processo geral de acumulação da mais valia e expansão capitalista, convergindo para a máxima extração de valor. Quanto mais desvalorizados socialmente, seja em função de raça, gênero, sexualidade, nacionalidade, religião, orientação sexual, ou outras categorizações, amplia-se o contingente de trabalhadores baratos, superexplorados e internamente fragmentados. Minar estas formas de opressão contribuirá, portanto, para desestabilizar o sistema como um todo, ainda que não signifique necessariamente o seu fim.

Em conformidade ao que foi exposto, a rejeição do conceito de classe, por acusações de generalidade e abstração, não faz sentido do ponto de vista marxista. Assim como outras categorizações ela pretende ser abrangente o suficiente para que se

preste à compreensão de suas mediações, que revelam o processo elementar estrutural da sociedade burguesa. Marx não completou seu capítulo sobre as classes no “Capital”, mas tudo leva a crer que aplicaria seu método dialético de elevação da abstração à particularidade, da mesma maneira que procedeu com o exemplo do conceito de população:

Se começo pela população, portanto, tenho uma representação caótica do conjunto; depois, através de uma determinação mais precisa, por meio de análises, chego a conceitos cada vez mais simples. Alcançado tal ponto, faço a viagem de volta e retorno à população. Dessa vez, contudo, não terei sob os olhos um amálgama caótico e sim uma totalidade rica em determinações, em relações complexas.(...) O concreto é concreto porque é a síntese de várias determinações diferentes, é unidade na diversidade. (MARX apud KONDER, 1981, p.43)

Expondo as múltiplas determinações a incidirem sobre a classe, restaria claro o desafio da classe trabalhadora em enxergar, para além das suas experiências individuais e condições particulares, seu lugar nas relações sociais de produção, sua oposição a outras classes e a identificação de seu interesse comum na superação do modo de produção capitalista. A necessidade de encontrar unidade na diversidade, por conseguinte, é a condição *sine qua non* de qualquer projeto revolucionário.

Neste sentido, a tentativa de articular a situação real de classe dos trabalhadores, levando em consideração uma multitude de relações de opressão e dominação que são significativamente determinantes em suas vidas, condizente com a perspectiva de uma “política identitária” (*identity politics*), pode ser uma arma poderosa para a revolução social. Como exposto no manifesto do Coletivo Combahee River:

Nós acreditamos que a política mais profunda e potencialmente mais radical deriva diretamente de nossa própria identidade. A libertação das mulheres negras implica a libertação de todas as pessoas, fim do racismo, sexismo e opressão de classe. (...) Podemos usar nossa posição na base, no entanto, para dar um salto claro na ação revolucionária. Se as mulheres negras fossem livres, isso significaria que todos os outros teriam que ser livres, pois nossa liberdade exigiria a destruição de todos os sistemas de opressão (THE COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 1979).

Ao longo das últimas décadas, no entanto, verificamos a distorção do termo “política identitária” (*identity politics*) e o esvaziamento de todo seu potencial verdadeiramente transformador. Em lugar de análises complexas, radicais e multi-

dimensionais, aliadas a práticas coordenadas, baseadas na solidariedade entre grupos vulneráveis e oprimidos, vimos surgir a tendência ao sectarismo e isolacionismo nas diferentes organizações de esquerda centradas na ideia de identidade.

Conforme Barbara Smith, intelectual e co-fundadora do Coletivo Combahee River, havia notado ainda no início da década de 1990, a política de liberação da era anterior, que confiava numa radical estratégia de base para erradicar a opressão, foi substituída em grande medida por uma pauta de direitos assimilacionista (SMITH, 1993). A demanda por inclusão, levada adiante pelos diferentes movimentos e organizações identitários, aplacaram seu caráter contestador e os aproximaram de uma perspectiva liberal-burguesa reformista. Seu trabalho de base foi substituído por iniciativas eleitorais e legislativas e pela crescente exposição na grande mídia e plataformas sociais. Outrossim, a própria noção de identidade foi commodificada, tornando-se uma marca (“*brand*”) e um estilo de vida a ser consumido por aqueles que cumprem os requisitos para a admissão no grupo.

A instrumentalização da política identitária pelo sistema tornou-se mais evidente nos Estados Unidos a partir do governo Clinton, que colocou em prática uma política econômica impiedosamente neoliberal – com o desmantelamento dos programas de assistência social, exportação de empregos industriais, enfraquecimento dos sindicatos e desregulamentação dos bancos –, combinada com uma agenda culturalmente mais progressista, em acordância com a estratégia formulada pelo Democratic Leadership Council (DLC) desde 1985.

Deste modo, a adoção da “terceira via” pelo Partido Democrata, que nada mais seria do que a continuidade do Reaganismo sob uma capa de “tecnocracia”, tornava necessária a sua distinção em relação ao Partido Republicano. A solução encontrada foi a aposta na atração de uma classe média branca mais educada dos subúrbios, através de um discurso de inclusividade e tolerância, e na cooptação de lideranças oriundas entre as comunidades negras e grupos minoritários. Embora na prática a política econômica e criminal adotadas continuassem a prejudicar estes grupos desproporcionalmente, a retórica apropriada pelo governo reproduzia os discursos dos movimentos identitários sobre a necessidade de maior visibilidade social. Assim, ao mesmo tempo em que punha em prática uma política de segurança pública punitivista e brutal, privatizava serviços públicos essenciais e desregulava as leis ambientais, pondo em risco a saúde daqueles que viviam nos guetos e bairros pobres, o Partido Democrata passava a investir em campanhas políticas de representantes destas comunidades (viabilizando a consolidação

no Congresso de um *black caucus*) e realizar doações para projetos sociais nos distritos e localidades.⁴⁴

Ao invés de políticas públicas universalistas que efetivassem direitos sociais para as camadas vulneráveis da população, propunha-se “um lugar na mesa” (“*a seat at the table*”) para uma parcela minúscula de seus representantes. Assim, o “tokenismo” político – como prática de recrutamento de um pequeno número de indivíduos pertencentes a comunidades sub-representadas em esferas de poder – visava dar a aparência de ascensão social de grupos inteiros e de incorporação de suas demandas pelo establishment.

A luta política por reconhecimento social nos Estados Unidos tem se transformado, desde então, numa disputa sobre quem apela mais simbólica e emocionalmente para grupos desfavorecidos (“*virtue signalling*”).⁴⁵ Como Adolph Reed (2016) apontou, a retidão performativa (“*performative righteousness*”), a autopromoção, o pedantismo e o moralismo de lideranças, elites, celebridades e figuras midiáticas vinculadas aos grupos identitários passaram a ser confundidas com ativismo. Por consequência, a intransigência e reprovação moral (“*calling out*” ou “*cancelling*”) passaram a ser saudadas como provas de convicção, lealdade e militância, sendo estimuladas nos grandes meios de comunicação, numa espécie de competição para se comprovar quem é mais politicamente correto ou “*woke*”.⁴⁶

Como resposta à entrada de representantes das minorias em novos espaços, a atitude da extrema-direita vem sendo de construir uma caricatura do que seria a

44 A dependência econômica em relação ao Partido mantém os movimentos na linha e impedem a contestação do domínio do *establishment* corporativista dentro da organização. Isto foi evidenciado nas eleições primárias de 2020, quando comunidades negras votaram em peso em candidatos conservadores, com passados de apoio a políticas racistas – como Joe Biden, que trabalhou com segregacionistas contra a integração racial nas escolas, e Michael Bloomberg, que quando prefeito de Nova Iorque introduziu uma política de revista obrigatória contra negros e latinos – contra o candidato progressista Bernie Sanders, que efetivamente fez parte do movimento pelos direitos civis e possuía uma pauta de proposições políticas amplamente favorável às camadas pobres trabalhadoras.

45 Assim, encontramos grandes conglomerados, como o McDonald’s, gastando milhões em propaganda para homenagear o Dia das Mulheres, enquanto paga suas funcionárias salários baixíssimos e dificulta sua sindicalização; ou como a rede Starbucks, que realizou uma campanha antirracista em 2015, propondo “a iniciação de conversas sobre raça” ao determinar a seus funcionários que escrevessem nos seus copos a frase “*Race together*”, ao mesmo tempo em que é acusado de lucrar com a exploração de mão de obra escrava infantil em fazendas de café na América Latina.

46 Em casos extremos, a lógica isolacionista aproxima os grupos identitários de uma postura de direita. É o caso das “feministas radicais trans-exclusionárias” (“*trans-exclusionary radical feminists*” - TERFS), que assumem uma perspectiva essencialista e binária no tocante à sexualidade, promovendo ataques a transgêneros, transsexuais e pessoas não-binárias. Da mesma forma, grupos como o Americanos Descendentes de Escravos (*American Descendentes of Slaves* - ADOS) – que defendem a adoção das políticas de reparações para afro-americanos descendentes de escravos – promovem também um discurso xenófobo, direcionado principalmente contra negros não nascidos nos Estados Unidos, levando-os a apoiar as políticas anti-imigratórias do presidente Trump.

esquerda (que denominam de “liberais”), na imagem depreciativa dos “guerreiros da justiça social” (“*social justice warriors*”). Ao mesmo tempo em que acusam as minorias de vitimismo, censura, irracionalidade e ultrassensibilidade – comparando-os a “flocos de neves” (“*snowflakes*”) – se utilizam destas práticas para difundir uma identidade pautada no nacionalismo branco, antifeminismo, homofobia, transfobia, islamofobia e xenofobia. Este identitarismo de direita tem tido sucesso em arregimentar jovens brancos das classes trabalhadoras, principalmente através da internet. Por sua visão de mundo ser moldada pelos conteúdos alimentados nas novas mídias – que criam bolhas ideológicas que dificultam a entrada de opiniões divergentes –, esses jovens tornam-se suscetíveis a ideias racistas, misóginas e retrógradas. Sua análise da realidade percebe, erroneamente, a maior exposição e visibilidade dos grupos minoritários como uma demonstração de poder social e econômico, de maneira que acreditam serem os únicos a terem sido “deixados para trás” pelo governo e sociedade.

A guinada da política identitária (*identity politics*) da luta coletiva para a responsabilização individual e repreensão moral serviu como um fator de estabilização do sistema, ao apresentar como “progressista” uma época marcada pela retirada de direitos sociais, autoritarismo, concentração do capital, devastação ambiental e individualismo patológico. Os poucos avanços alcançados pelos movimentos negro, homossexual, feminista, dentre outros, em termos de visibilidade e aceitação social, foram acompanhados pela erosão de formas de pressão e solidariedade com caráter genuinamente subversivo e insurgente.

Em seu polêmico artigo “Saindo do castelo do vampiro”, Mark Fisher ressaltou como o identitarismo moralizador consistiria em uma perversão liberal-burguesa e uma forma do sistema se apropriar da energia desses movimentos para sua própria reprodução. Segundo o autor, o “desaparecimento” da classe como elemento de coesão e organização da luta e a ascensão do moralismo tornariam a solidariedade impossível:

O capital subjugou a classe operária organizada, decompondo a consciência de classe, esmagando cruelmente os sindicatos, enquanto seduzia "famílias trabalhadoras" a se identificarem com seus próprios interesses estritamente definidos, em vez dos interesses da classe mais ampla; por que o capital se preocuparia com uma "esquerda" que substitui a política de classe por um individualismo moralizante e que, longe de criar solidariedade, espalha medo e insegurança? (FISHER, 2013)

A saída apontada por Fisher, no entanto, de se abandonar totalmente o identitarismo e reafirmar a condição universal de classe desconsidera a potencialidade revolucionária da política identitária (*identity politics*). Como as feministas negras do Coletivo Combahee River nos mostraram, as experiências comuns, os laços comunitários e as redes de solidariedade não precisam ser necessariamente excludentes. As identidades múltiplas e conexas podem ser inseridas em um projeto amplo, radical e transformador que compreenda a luta dos oprimidos como um movimento único de resistência coletiva, promovendo a unidade na diversidade. A saída é pela totalidade.

Referências:

- ANDRADE, Joana. “O marxismo e a questão feminina: as articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário”. [tese de doutorado.] SP:USP, 2011.
- BARRETO, Raquel. *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. RJ: PUC/Rio, 2005.
- CRENSHAW, Kimberlé (1989). *Demarginalizing the intersection of race and sex: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. University of Chicago Legal Forum. University of Chicago Law School, October 7, 2018, p. 139-168.
- DAVIS, Angela. “Reflections on the black woman’s role in the Community of slaves.”. In. *The Massachusetts Review* Vol. 13, No. 1/2, Woman: An Issue (Winter - Spring, 1972), pp. 81-100. Acesso em <https://www.jstor.org/stable/25088201?seq=1>
- DAVIS, Angela, JORDAN, June. “Woman Talk”. In: *Essence*. n. 21. New York: ECI, May 1990.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. In <https://www.marxists.org/portugues/marx/1877/antiduhring/cap12.htm> Acesso em maio de 2020.
- FISHER, Mark. “Exiting the vampire castle” . In: *The North Star*, 22 de Nov, 2013. Disponível em <https://www.opendemocracy.net/en/opendemocracyuk/exiting-vampire-castle/>
- GOES, Weber Lopes. *Outubro no seio do movimento negro nos EUA: da revolução à política de concessões*. SP: Ponto e Vírgula PUC/SP. n. 21. Primeiro Semestre de 2017,

p. 80-95. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/view/33635/23161>

HULL, Akasha Gloria; BELL-SCOTT, PATRICIA; SMITH, Barbara (org.). *All the Women Are White, All the Blacks Are Men, But Some of Us Are Brave: Black Women's Studies*. Old Westbury, New York: Feminist Press. , 1982.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. SP, Editora brasiliense, 1981.

REED, Adolph. “Splendors and miseries of the antiracist “left”. In: Nonsite.org . 6 de novembro de 2016, Disponível em <https://nonsite.org/editorial/splendors-and-miseries-of-the-antiracist-left-2>

SMITH, Barbara. “Where’s the revolution?” (1993). In HENNESSY, R.(org.) *Materialist Feminism*. NY: Routledge, 1997.

THE COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. “The Combahee River Collective Statement,”. In: EISENSTEIN, Zillah. *Capitalist Patriarchy and the case for Socialist feminism*. NY: Monthly Review Press . Jan. 1979. Disponível em https://americanstudies.yale.edu/sites/default/files/files/Keyword%20Coalition_Reading_s.pdf

WALLACE, Michele, "A Black feminist's search for sisterhood"(1975). In: BELL-SCOTT; SMITH (eds.), *But Some of Us Are Brave*, Feminist Press, 1982.

VARIKAS, Eleni. “Universalismo e particularismo”. In Hirata, Helena (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. SP: Unesp, 2009.

ZETKIN, Clara, apud GONZALEZ, Ana. *As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Epistemologias, práxis e desafios conjunturais nas relações entre feminismo(s) e marxismo

Lívia de Cássia Godoi Moraes e Arelys Esquenazi***

Falar de feminismo marxista, implica necessariamente partir da complexa síntese das epistemologias marxistas e feministas; assim como da possibilidade e necessidade da articulação de ambas para a teoria e a luta revolucionária atual. Implica também entender o processo histórico de construção da relação entre essas perspectivas, marcada por diferentes “matrimônios e divórcios”. De forma geral, defende-se que entre as vertentes mais revolucionárias e críticas dentro marxismo e do feminismo, existem mais encontros do que discordâncias. Sobretudo nos pontos essenciais de chegada, relacionados à superação da exploração, opressão, subordinação, etc. Em outras palavras, existem coincidências essenciais relevantes nos pontos de vista relativos à construção de uma sociedade alternativa; pautada pela igualdade substantiva, que garanta a plena emancipação de todos os seres humanos, e especificamente da mulher.

Nesse sentido, ambas as teorias – nas suas vertentes mais revolucionárias – não se negam ou subordinam. Ao mesmo tempo em que as duas têm ainda muito a aportar para a construção de um conhecimento coletivo transformador no plano teórico, político e prático. O fato de que cada uma delas tenha identificado a outra como um interlocutor necessário – mesmo no confronto agudo de posições divergentes em alguns pontos – é um reconhecimento implícito da relevância das contribuições de cada uma no desenvolvimento da outra; assim como da riqueza que surge das articulações de ambas perspectivas teóricas e práticas. O *feminismo marxista* é precisamente uma vertente que é exemplo destas relações integrativas entre ambas perspectivas.

* Docente do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis. E-mail: liviamoraes@outlook.com

** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis e do Núcleo de Estudos em Movimentos e Práticas Sociais. E-mail: arelyseb@gmail.com

A riqueza do debate no interior do feminismo marxista

Ressaltamos que dentro do denominado feminismo marxista existe uma grande diversidade de autoras e enfoques que seria impossível resumir detalhadamente. Igualmente, destacamos que as linhas de demarcação para diferenciar rigorosamente entre feministas marxistas, socialistas, psicanalíticas, etc. são bem complexas de se identificar. Porém, há duas grandes perspectivas teóricas que agrupam a maioria das autoras dentro deste heterogêneo grupo: a teoria dual e a teoria unitária. A subscrição de uma postura ou outra constitui uma discussão central dentro das vertentes feministas, que inclusive ultrapassa a vertente feminista marxista e tem pontos de concordância e discordância com outras vertentes dentro do feminismo como as feministas radicais, feministas materialistas, entre outras. Por sua vez, esse debate, entre sistema unitário e sistema dual (ou triplo), também constitui um ponto de diálogo com a perspectiva marxista.

No primeiro caso, a postura dualista defende que a cada tipo de opressão/exploração lhe corresponde um sistema autônomo, com regras e leis de funcionamento próprias: capitalismo, patriarcado, racismo – embora estreitamente inter-relacionados.

A *teoria dual* engloba uma boa parte do denominado “*debate sobre trabalho doméstico*”. Dentro dessa seara, participam feministas como Margaret Benston, Mariarosa Dalla Costa, Selma James, Maxine Molyneux, Silvia Federici, dentre outras. Nesse enfoque, são analisadas questões como: a necessidade de entender as atividades envolvidas com as tarefas domésticas (e também de cuidados) como trabalho; a polêmica sobre caráter produtivo ou improdutivo do trabalho doméstico; a capacidade deste trabalho de gerar, ou não, valores de troca e mais-valia.

Também são abordados debates como: se o trabalho doméstico realizado de forma gratuita pelas mulheres deveria ser um trabalho remunerado, e a relevância desta luta para visibilizar a feminização das atividades da esfera reprodutiva; se as mulheres poderiam ser consideradas ou não como uma classe social ou casta; se se trata de exploração, opressão, ou ambas, aquilo que as mulheres vivenciam; se o âmbito da reprodução, aonde esse trabalho doméstico acontece, poderia ser considerado como um modo de produção paralelo ao modo de produção capitalista; dentre outras temáticas.

A *teoria unitária* defende a ideia de que as relações sociais de produção capitalista e as relações patriarcais não constituem sistemas independentes, autônomos; e sim relações internamente integradas. A tese fundamental da teoria unitária é que a opressão de gênero e a opressão racial são partes constitutivas, estruturantes e integradas às relações que determinam a essência do sistema capitalista, tendo por alicerce a divisão sócio-sexo-racial de trabalho. A própria categoria patriarcado é questionada por ser apresentada como um sistema trans-histórico e/ou autônomo ao sistema capitalista; porém isso não significa que não continuem existindo relações patriarcais de gênero, mas estas não constituem um sistema próprio.

A teoria unitária tem sua gênese em Iris Mariom Young, e, posteriormente, consolida-se com as propostas de Lise Vogel. A partir dela vai se desenvolver uma vertente denominada *Teoria da Reprodução Social*, que também inclui autoras mais contemporâneas como: Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya, Susan Ferguson e David McNally. Essa vertente, além de ser um contraponto à visão dualista entre patriarcado e capitalismo, retoma com muita força nas suas análises as bases teórico-metodológicas do marxismo.

Em geral, uma das principais forças do feminismo marxista é a de que, para o desenvolvimento das suas análises e propostas, partem do *arcabouço teórico da tradição marxista*. Os trabalhos de Marx, Engels, Bebel, Lenin, dentre outros marxistas mais contemporâneos constituíram aportes relevantes no sentido de desnaturalizar a opressão da mulher, chamar atenção sobre aspectos específicos da chamada “questão da mulher”, mas colocando-a dentro de um marco de análise, luta e transformação mais amplo.

As apropriações feitas pelas feministas marxistas se produzem não só no resgate desses pontos de vistas, mas também em termos da aplicação do *método dialético, materialista e histórico*; além da utilização e crítica desde uma perspectiva feminista de *categorias* tais como: modo de produção, processo de produção e reprodução, trabalho produtivo e improdutivo, exploração e opressão, classe social, etc. são exemplos desta articulação teórica. Isto não só tem permitido avançar, desde uma perspectiva feminista, na crítica da economia política; mas, ademais, retroalimentar e questionar interpretações dentro do próprio paradigma marxista, a partir dos aportes que esta síntese feminista tem produzido.

Outro elemento que também distingue essa vertente é a intenção de, coerentemente com o método marxista, realizar análises e propostas de mudanças com

um *enfoque de totalidade*. A interpretação de forma cada mais integrada de elementos como: capitalismo, patriarcado, racismo; produção e reprodução; público e privado; macro e microssocial; exploração e opressão. Os intentos de conseguir fazer isso a partir das sínteses do enfoque marxista e feminista, têm permitido a essa vertente desenvolver uma visão ampla e integradora da realidade.

Igualmente, o feminismo marxista também se nutre e tem muitos pontos de coincidência com outras vertentes dentro feminismo revolucionário (anticapitalista); especialmente do *feminismo socialista*, que tem em Clara Zetkin e Alexandra Kollontai algumas de suas principais figuras fundacionais. Vertente posteriormente desenvolvida por outras autoras relevantes como Sheila Rowbotham, Zillah Eisenstein, Heidi Hartman, dentre outras feministas.

Com essa corrente, compartilham a demanda pela necessidade de socialização e redistribuição do trabalho doméstico (e de cuidados); a crítica ao patriarcado e a análise das suas manifestações, instituições, implicações e a sua estreita relação com o modo de produção capitalista; a relevância nas pesquisas das determinações materiais e histórico-concretas dos fenômenos analisados; assim como, a defesa de uma nova subjetividade social e sexual, que se expressa na visão do “homem novo” e da “mulher nova”. Por último, talvez o elemento de maior proximidade com o denominado feminismo socialista, é a partilha de uma *postura essencialmente antissistêmica*. A defesa de que a realidade, tanto objetiva quanto subjetiva, vivenciada por mulheres e homens só pode ser transformada radicalmente a partir da construção coletiva e consciente de uma sociedade alternativa, essencialmente antipatriarcal, antirracista, anti-imperialista e anticapitalista.

Feminismo(s) anticapitalista(s): proximidades e distanciamentos do feminismo marxista

Embora não marxistas, há outras correntes feministas que são anticapitalistas, tais como o feminismo anarquista, o feminismo radical, o feminismo materialista e o feminismo decolonial. De alguma forma, entretanto, o marxismo aparece no debate que embasa tais vertentes, seja para atualizá-lo, seja para contrapô-lo.

O *feminismo anarquista* não se compõe como parte de uma articulação com precisão teórica. Destaca-se na história, como marco do feminismo anarquista, a teórica

e militante Emma Goldman. É recorrente, entre as anarquistas, a ideia de que se libertariam por iniciativa e esforço individuais. Não à toa a noção de empoderamento é tão presente no livro de Ackelsberg, recentemente publicado no Brasil, sobre mulheres anarquistas no período da Guerra Civil espanhola. Assim, revoluções cotidianas no que diz respeito à sexualidade, à maternidade e à educação são centrais.

Apesar de ser anticapitalista, a ditadura do proletariado é inadmissível, porque as anarquistas interpretam tal momento do processo revolucionário como hierarquia e autoritarismo de Estado, bastante diferente da perspectiva socialista, que vê a transição como um momento necessário no sentido de autodesmantelamento, ou melhor, do fenecimento do Estado. Pensar e agir por si, e não por intermédio do capital ou do Estado, convivendo em comunidades, e construindo uma vida libertária, vivendo-a, sem vanguardas, está na base da construção da “nova mulher” e do “novo homem”. No entanto, para a perspectiva do feminismo marxista e do imaginário socialista, uma vida libertária estaria muito distante de uma sociedade que viva a liberdade substantiva.

Nos Estados Unidos das décadas de 1960 e 1970, marcado por movimentos contraculturais e a constituição de uma Nova Esquerda, o tema das opressões aparece com grande força. Tais movimentos que surgiam como uma renovação da política, entretanto, pareciam não se atentar para temas primordiais de parte dos grupos sociais, inclusive no interior dos movimentos e partidos. Foi assim que negros e negras, bem como as mulheres, decidiram se organizar autonomamente. Desse contexto, surge o *feminismo radical*, que busca transformar a sociedade e reestruturar as instituições questionando as relações patriarcais.

Se o feminismo liberal se centrou na conquista do espaço público com pautas de participação política e acesso à educação, o feminismo radical adentra o espaço privado com a consigna “o pessoal é político”. O projeto radical tem o sentido marxista de tomar as coisas pela raiz. As feministas radicais vão se alicerçar em alguns debates marxistas sem, entretanto, serem rigorosas com as categorias e com o método. A reprodução, ao invés da produção, é colocada como a força motriz da história. Nesse sentido, ainda que, no limite, haja uma proposta anticapitalista, o central das análises é o patriarcado.

Há muita heterogeneidade no interior dessa vertente, algumas com acento mais biologicista, outras com acento mais culturalista. Destacam-se Kate Millet, Juliet Mitchell e Shulamith Firestone. O que unifica o debate é que a dominação do homem, o poder que ele exerce, sobre as mulheres, sendo esse o ponto fulcral da teoria.

Em termos de luta política, a sororidade aparece como elemento forte para reunir mulheres contra a opressão masculina. A transformação cotidiana no espaço privado, contudo, teve dificuldade em se transpor em luta política coletiva, bem como uma sororidade que secundariza outras diferenças e desigualdades como classe e raça/etnia não foi bem-sucedida em avançar em qualquer mudança estrutural, sendo, essa última, fundante da práxis política do feminismo marxista.

Influenciadas pelo feminismo radical e pelo marxismo, surge, na França, o *feminismo materialista*, que vai unificar o debate da relação de poder dos homens sobre as mulheres ao tema da divisão sexual do trabalho. Aqui é preciso afirmar que todo feminismo marxista é materialista, mas nem todo feminismo materialista é marxista.

O debate inaugurado por Delphy, na década de 1970, sobre o “inimigo principal”, dá ainda mais acento à reprodução, transpondo a luta de classes para a relação patriarcal. Assim, para as feministas materialistas é possível falar em classe de sexo, em paralelo e imbricada com as classes sociais. É importante destacar que não se trata de adição ou intersecção, mas de relações sociais de sexo imbricadas com relações sociais de produção, o que denominam relações de consubstancialidade.

O caráter dialético da relação entre produção e reprodução, bem como da relação entre capitalismo e patriarcado, tão relevante às feministas marxistas, sofre reveses na medida em que cada uma das mencionadas categorias é tratada como um sistema em separado do outro, para as quais as feministas da teoria unitária vão produzir críticas pela separação em sistemas duplos ou triplos, sendo este último efetivado quando as feministas materialistas avançam no debate racial e apresentam, contemporaneamente, também a classe de raça.

O *feminismo decolonial* foi inaugurado pela estudiosa María Lugones que, em 2010, escreveu o artigo *Rumo a um feminismo decolonial*, em que criticava autores do campo da “colonialidade do poder” – referindo-se ao grupo Modernidade/Colonialidade, de teóricos da América Latina que lecionavam nos Estados Unidos – que deram grande ênfase ao debate racial e menosprezaram ou secundarizaram a questão de gênero e sexualidade. Algo inadmissível, dado que a “missão civilizatória” na América Latina é marcada pela violação sexual de indígenas e, posteriormente, de negras escravizadas. Mas, ela alerta que, para além do controle sexual, a “colonialidade do poder” reduz a mulher ao seu caráter biológico, ignorando as formas de organização da vida social e política próprias das mulheres. Lugones chama a análise dessa opressão

racializada, capitalista e de gênero de “colonialidade de gêneros”, e, para ela, a possibilidade de superar a colonialidade dos gêneros seria o feminismo decolonial.

Trata-se de um debate bastante amplo e complexo, que não poderá ser desenvolvido com a profundidade que merece neste capítulo o desenvolvimento meritocrático, mas que tem relação com os *Subaltern Studies* de origem indiana e de base gramsciana, que, entretanto, chega aos Estados Unidos realizando uma virada pós-estruturalista, distanciando-se cada vez mais das bases marxistas e sob a afirmação de que a categoria de classes sociais não responderia aos problemas próprios da colonização. Os estudiosos do grupo da “colonialidade do poder”, com destaque para Aníbal Quijano, observaram uma relação de dominação epistemológica eurocêntrica e buscaram valorizar produções teóricas de latinoamericanos. A reaproximação com o marxismo se daria pela relação entre cultura e economia, porém a categoria central permaneceria sendo a modernidade, e não o novo imperialismo.

Nessas breves linhas podemos perceber que a relação do feminismo decolonial com o marxismo é uma relação bastante interessada, que absorve algumas categorias rechaçando outras, não cumprindo com o método e nem com o rigor teórico pressuposto pelo marxismo. Com isso, não queremos menosprezar ou diminuir a relevância que tem o debate teórico do feminismo decolonial em dar voz às indígenas e negras latinas, valorizar seus saberes locais e o papel histórico de suas resistências.

Gostaríamos, contudo, de destacar que consideramos equivocada a leitura de que Marx e o marxismo ignoraram tanto a questão racial quanto a colonização. Na introdução do livro *Revolução Africana: uma antologia do pensamento marxista*, Jones Manoel faz uma importante análise de como ocorreu um apagamento – muitas vezes proposital – da análise marxista dos mencionados temas, especialmente pelo potencial revolucionário que produzem.

Com relação ao feminismo negro, que não consideramos uma vertente, mas um movimento, é preciso destacar que se consolida com base marxista, ao romper com organizações políticas de esquerda que não se atentaram para as particularidades de ser mulher negra. Destaca-se, como inaugurador do movimento, o *Manifesto Combahee River*, que expressou pautas de um coletivo de feministas negras e lésbicas que se reuniu de 1974 a 1980, em Boston, Estados Unidos, com a proposta de realizar lutas unificando pautas raciais, de gênero e classista. Desse pleito, coincidente com as demandas das *Panteras Negras*, que, surgiu, posteriormente, no interior das instituições e da academia, a noção de interseccionalidade. Faz-se importante dizer, contudo, que a

noção de interseccionalidade tem sido apropriada por teóricas da pós-modernidade, marginalizando a classe social e perdendo de vista o propósito emancipador proposto pelas feministas negras em sua origem.

Ainda que as feministas da Teoria da Reprodução Social estejam produzindo críticas aos sistemas duplos e triplos, o que incluiria os debates da interseccionalidade e da consubstancialidade, resta ressaltar que as feministas marxistas devem estar atentas para o fato de que muitas estudiosas e militantes têm se utilizado das noções de interseccionalidade em seu sentido revolucionário de origem, qual seja, das feministas negras, e não se deve descartar o diálogo e a articulação por apego ao discurso.

Ainda sobre debate da relação entre feminismo e marxismo, e especificamente sobre o feminismo marxista, podemos observar que todas essas particularidades lhes permitem se diferenciar das outras vertentes do *feminismo liberal* ou daquelas que não compartilham a mesma postura anticapitalista. Estas outras vertentes não-anticapitalistas, com posturas mais convencionais e moderadas dentro do feminismo, no máximo, têm promovido algumas reformas pontuais; visando atender, em geral, aos anseios das mulheres oriundas das classes mais privilegiadas em relação aos seus direitos de cidadania – políticos, econômicos, sociais – nas restritas democracias capitalistas.

São vertentes feministas que não disputam para além das possibilidades que a sociedade capitalista tem a oferecer ao desenvolvimento meritocrático e individual só de algumas mulheres. Vertentes essas muito fortalecidas nas últimas décadas através do projeto neo/ultraliberal, e todo o discurso da igualdade de oportunidades e igualdade de gênero promovido pelas agendas e agências internacionais.

Neo/ultraliberal na economia e conservador na moral e nos costumes. Desafios para as feministas revolucionárias

A crise financeira de 2007/2008, enquanto expressão da crise estrutural capitalista, colocou em cheque as políticas neoliberais. De pronto, esperava-se que as respostas à crise se dessem pelo campo da esquerda reformista, via acento das políticas públicas geridas pelo Estado, ou que se acendessem lutas revolucionárias. Contudo, a

resposta que ganhou hegemonia em âmbito global foi o neo/ultraliberalismo na economia aliado ao conservadorismo na moral e nos costumes.

Depois de um período de institucionalização do movimento feminista, marcadamente na década de 1980, o novo contexto animou fortemente os movimentos feministas em quase todos os países, do Ocidente ao Oriente. As mulheres ocuparam as ruas com pautas diversas: contra a violência dos homens e do Estado sobre seus corpos; contra o genocídio de seus filhos – majoritariamente negros – nas periferias; contra governos de extrema direita; por direitos sexuais e reprodutivos; em greve contra trabalho gratuito que executam diariamente; por creches e escolas para seus filhos e filhas; pela verdade, memória e justiça; dentre outros.

Para além da dita “primavera feminista” ou “nova onda feminista”⁴⁷, os coletivos de mulheres e as organizações feministas têm se constituído nas diversas realidades do mundo como um dos principais sujeitos de mobilização social e política. Como resultado, em muitas partes do mundo as mulheres estão se organizando, saindo às ruas, exigindo seus direitos, propondo soluções de leis e políticas públicas, construindo uma agenda coletiva, questionando a ordem social existente. Não é exagero dizer que as feministas e as organizações/coletivos de mulheres, constituem hoje uma das maiores forças de resistência e oposição às políticas de austeridade impostas por governos em diferentes partes do mundo, Brasil incluso.

Tal ascenso das lutas feministas é resultado de que as mulheres (trabalhadoras, mães, lésbicas, trans, bissexuais, negras, migrantes e periféricas) são as mais atingidas num atual cenário de retrocessos e de crise aguda. Crise, que não é somente econômica, mas avança para toda a práxis social, é sustentada na ofensiva do neo/ultraliberalismo, conservadorismo, fundamentalismo religioso, fascismo social, militarização, e também na perda de direitos e desmonte de políticas públicas em muitos países.

Também não podemos recair no erro de pensar que são meras respostas espontâneas à conjuntura, mas essa movimentação massiva não é senão resultado do acúmulo e amadurecimento, através de décadas, do pensamento, das experiências, das lutas feministas; e de seu reflexo nas novas gerações.

Há uma leitura de que o debate de gênero mais difundido na atualidade – um debate geralmente muito despolitizado e afastado das vertentes mais críticas e

47 Gostaríamos de destacar que consideramos problemática a divisão do movimento feminista por ondas, porque parece haver uma homogeneidade tanto teórica quanto prática em cada onda, o que não condiz com a realidade concreta.

revolucionárias dentro do feminismo e do marxismo – não é senão uma “cortina de fumaça” para facilitar a implementação de políticas econômicas e sociais de cariz neo/ultraliberal. Entretanto, em nossa leitura, trata-se de um mesmo e único projeto do capital. Tanto a guerra declarada à denominada “ideologia de gênero” e ao “marxismo cultural” como as políticas de austeridade, são partes constituintes de mesmo movimento de gestão da crise estrutural do capital.

Em defesa da teoria unitária que não observa capitalismo, patriarcado e racismo estrutural como sistemas em separado, observamos que as mulheres – enquanto unidade na diversidade – cumprem uma atuação fundamental na perpetuação das relações capitalistas ao trabalharem gratuitamente para a reprodução da força de trabalho e do capital. Todas as contrarreformas em curso colocam as mulheres no âmbito doméstico para cumprirem tarefas que eram de responsabilidade estatal, tais como: cuidado dos filhos e filhas, idosos da família, bem como homens em idade produtiva. Estas contrarreformas, se concretizam em propostas altamente feminizadas, tais como: *homeschooling*, ensino à distância desde a educação básica, teletrabalho, incentivo ao trabalho intermitente, as várias modalidades de “trabalho por peça” em contratos mediados por aplicativos, aposentadorias com menor remuneração ou impossibilidade de se aposentar, dentre outros. Mudanças que por sua vez têm rebatimentos diferenciados sobre mulheres brancas, negras, indígenas, trans, migrantes, com deficiência, etc.

Diante deste cenário, o papel do feminismo – de corte mais revolucionário, anticapitalista e antissistêmico – tem sido fundamental na sustentação de muitos movimentos sociais na atualidade. Acreditamos que a integração entre feminismo e marxismo no plano teórico, político e prático pode ser uma arma fundamental na luta revolucionária não só contra a ascensão da extrema direita ultraliberal e conservadora no mundo, com expressões bem evidentes no Brasil; mas também para a construção coletiva e consciente de uma sociedade por ruptura, oposição e superação à lógica do capital

Neste sentido, pensamos que há inúmeros desafios a serem enfrentados, dos quais, elencamos alguns:

- Necessidade de resgatar, difundir, (re)produzir o pensamento feminista (clássico, contemporâneo e atual), sobretudo aquele com uma postura mais revolucionária, antissistêmica (antipatriarcal, antirracista, anti-imperialista e anticapitalista);

- Importância de uma maior articulação, em termos teóricos e práticos, entre feminismo e marxismo; sobre a base de um debate profundo, respeitoso e constantemente renovado. Desprendido de qualquer tipo de economicismo, politicismo, dualismo, hierarquização e etapismo;
- Construção coletiva e consciente do imaginário de uma sociedade por oposição, ruptura e superação da lógica do capital. O que implica necessariamente a construção de uma sociedade baseada na igualdade de gênero, que considere a diversidade; uma sociedade alternativa pautada na emancipação da mulher como parte da emancipação humana.
- Defesa do Socialismo como utopia revolucionária, como transformação desde a totalidade. Reivindicar que a necessidade e possibilidade da luta pelo Socialismo não faz o feminismo irrelevante, pelo contrário cria bases mais amplas para que essas lutas e pautas feministas frutifiquem;
- Relevância de ir além das críticas só restritas ao machismo e atitudes e prejuízos patriarcais. Necessidade de integração de perspectivas classistas, antirracistas, anti-heterossexistas nas análises, práticas e lutas feministas.
- Importância de articular conjuntamente uma crítica tanto à ofensiva neo/ultraliberal, fundamentalista, conservadora, reacionária; como às posturas de um neoliberalismo mais “progressista” ou reformismos de esquerda;
- Necessidade de aglutinar a todos os setores oprimidos e explorados com todos os movimentos anticapitalistas de esquerda: estudantes, camponesas, movimentos eclesiais de base, mulheres de comunidades tradicionais – indígenas, quilombolas –, sindicalistas, etc.
- Relevância da defesa da centralidade do trabalho e de uma visão da classe trabalhadora e do “sujeito da transformação social” mais ampla e heterogênea. Uma visão que incorpore a diferentes setores da população como desempregados, trabalhadores informais, “donas de casa”, camponeses, etc., que – pelas suas reivindicações a direitos e políticas públicas (educação e saúde públicas, gratuitas e de qualidade; terra; moradia; transporte público, etc.) – podem ser parte da construção de uma agenda coletiva de resistências e lutas.
- Urgência de potencializar a greve como um importante instrumento de reivindicação e luta. Articular greves das mulheres e outros setores da sociedade, tanto no trabalho remunerado como não remunerado, para exigir: formalização e maiores direitos para as trabalhadoras domésticas, creches e escolas públicas e

em tempo integral, restaurantes e lavanderias coletivas e públicas, lares de idosos com assistência médica, acesso à cultura, etc. A greve como um instrumento que também permite estabelecer nexos, mobilizar e fortalecer as demandas das trabalhadoras assalariadas dentro movimento da classe trabalhadora “tradicional”, na sua luta por melhoras em termos de horas de trabalhos, salários, pelo fim do assédio sexual e moral, por direitos reprodutivos, dentre outros.

O que diria Heleieth Saffioti (1934-2010), a feminista marxista, pioneira, sobre os dias de hoje?

*Maria Amélia de Almeida Teles**

Uma mulher perscrutadora, cheia de vida, ironia e humor, aguerrida, nos levava a pensar que viveria por mais tempo. (...) Ela provocava um debate constante, crítico, atualizado. (...) Sua crítica bem apimentada sobre o cotidiano da política nos fará muita falta, sem dúvida. Há muito o que falar dela, como feminista, intelectual, política, marxista, como amiga, como cidadã. Um dos aspectos a ser referenciado é sua contribuição teórica para os feminismos emergentes dos anos de 1970 e também os da atualidade.⁴⁸

Introdução

O feminismo ao qual estou vinculada durante quase meio século é o feminismo marxista. Este não deve ser confundido com os feminismos dos partidos políticos de esquerda que se consideram marxistas. O feminismo marxista, formulador de teorias e práticas, articuladas com os movimentos sociais de mulheres se dispõem a levar adiante a luta pela igualdade de gênero, de raça/etnia, anticapitalista, integrada às questões de classes e das desigualdades sociais. Nem sempre carrega o título de marxista.

É um feminismo marxista autônomo do Estado, dos partidos políticos, sindicatos, de instituições tais como famílias e igrejas. Cresce e se articula prioritariamente com os movimentos sociais de mulheres. Atua com homens e mulheres, nos diversos espaços políticos e culturais, defende os direitos humanos, em particular, os direitos humanos das mulheres. Faz constantes alianças temporárias ou permanentes no sentido de atuar contra as opressões e explorações.

* Militante feminista e de direitos humanos.

48 Trecho do memorial de minha autoria sobre a Heleieth Saffioti, feito por ocasião de sua morte em 14/12/2010.

É um movimento político que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres tanto a nível das estruturas como das superestruturas (ideologia, política, cultura, religião). Assume formas diversas conforme as classes e camadas sociais nos diversos segmentos étnicos e culturais, nos distintos territórios e regiões. Contrapõe-se às relações desiguais de poder, às opressões e à exploração. É contrário radicalmente ao poder patriarcal (racista, capitalista e sexista). Propõe novas relações sociais com igualdade, liberdade e dignidade.

No decorrer do tempo se manifestou de formas distintas, todas elas dependentes da sociedade e da condição histórica das mulheres.

O feminismo tem seu começo bem antes do feminismo marxista. Este, nos séculos XIX e XX, se expandiu com a vitória da revolução socialista russa, para a qual a iniciativa das trabalhadoras foi decisiva. As raízes históricas do feminismo, aqui, no Brasil, se encontram em lutas travadas por mulheres populares, as negras nos quilombos e em outros espaços de luta pela sobrevivência, trabalhadoras vinculadas ao mercado de trabalho, mulheres com participação em acontecimentos políticos. Há poucas informações sobre as indígenas que devem ter lutado e ainda lutam muito pela sobrevivência de seus povos.

A minha geração, dos anos de 1970, se inspirou, em Heleieth Saffioti. Contou com o seu apoio em ações, publicamente assumidas. Intelectual e professora universitária, ela se assumiu feminista marxista. Outras feministas também contribuíram. Gerda Lerner (1920 – 2013)⁴⁹ trouxe a história da criação do patriarcado e a História das Mulheres. Angela Davis⁵⁰ fortalece o feminismo revolucionário enfrentando as contradições fundamentais: raça/racismo, classe social e sexo.

Neste ano (2020), faz 10 anos da morte de Heleieth. Lembrar dela é resistir ao autoritarismo e obscurantismo. A situação mundial é assustadora. Agravada, no Brasil, por um governo obscurantista e tacanho. O que diria ela nos dias de hoje?

49 Gerda Lerner (1920-2013), historiadora, escritora e professora. Seu livro: *A Criação do Patriarcado*, publicado em inglês, em 1985, somente, em 2019, teve sua edição publicada em português pela Editora Pensamento – Cultrix Ltda.

50 Angela Yvonne Davis nasceu em 1944, nos Estados Unidos. Teve militância no Partido Comunista dos Estados Unidos e no Movimento Panteras Negras e Black Power. Foi presa nos anos de 1970 e em diversos países, houve uma campanha de solidariedade a ela. É professora, filósofa socialista e escritora. Tem diversos artigos e livros publicados mas só chegaram ser publicados em português, em 2016, pela Editora Boitempo.

Breve histórico

A retomada pública do feminismo, no Brasil, se deu sob a vigência da ditadura militar, em 1975. O jornalista Wladimir Herzog (Vlado) era assassinado sob torturas, em 25 de outubro de 1975⁵¹ no DOI-Codi/SP⁵². Naquele mês e ano, foi lançado o primeiro jornal feminista: Brasil Mulher⁵³. Emergia o feminismo. Seu editorial convocava mulheres e homens a lutarem por igualdade de direitos, ainda que:

Para as mulheres brasileiras tornarem-se feministas não é tarefa fácil, principalmente porque não temos tido uma experiência de vida aberta e democrática, o que dificulta, mas não torna impossível a participação da mulher na discussão de seus problemas.⁵⁴

O termo feminismo incomodava até intelectuais de vanguarda como a própria Heleieth Saffioti (2017 [1982], p. 97):⁵⁵

(...) tenho muito medo que tomem o meu feminismo através dessa adulteração que se fez do termo que interessa muito à ditadura, de entender que esta é uma luta das mulheres contra os homens, e eu não quero de maneira nenhuma ser interpretada dessa forma. (...)

O feminismo incomoda, o que dizer, então, do feminismo marxista, enovelado com o patriarcado, as classes sociais e o racismo? Por ser contrário a todas as opressões, enfrenta muitos obstáculos. As mulheres são oprimidas, mas são desiguais entre si. Há mulheres que exploram e dominam outras mulheres. No entanto, são oprimidas por serem do sexo feminino. Daí a dificuldade de feministas assumirem as lutas contra o racismo e a dominação/exploração.

51 A Organização das Nações Unidas (ONU) lançou o ano de 1975 como o *Ano internacional da Mulher*, o que pode ter favorecido para as mulheres se manifestarem em público sob a violência da ditadura militar.

52 Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) – centro de repressão política, com um corpo de agentes pertencentes ao Exército, Marinha e Aeronáutica, polícias federal, militar e civil e informantes, sob o comando do Exército. Tinham autorização para sequestrar, torturar e eliminar militantes da oposição política. (Nota da Autora)

53 Jornal Brasil Mulher, com formato de tabloide, pertencente à então imprensa alternativa ou democrática, foi publicado de outubro de 1975 até 1980.

54 Jornal Brasil Mulher, maio de 1976, editorial que geralmente era elaborado a partir de um debate coletivo. Este jornal era vendido de mão em mão e também colocado em bancas de jornais.

55 Jornal Mulherio, no. 6, de março e abril de 1982, citado em Teles (2017).

(...) se as mulheres da classe dominante nunca puderam dominar os homens de sua classe, puderam, por outro lado, dispor concreta e livremente da força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada. (...) (SAFFIOTI, 2013 [1969] apud BIROLI, 2018, p. 22)

Saffioti enfatizou a importância do uso do conceito do patriarcado enovelado com classes sociais e racismo. As desigualdades e as diferenças das mulheres não podem ser confundidas. As diferenças são de natureza biológica ou cultural e não significam a superioridade de algumas pessoas em relação a outras. As desigualdades são fruto da arbitrariedade e das injustiças sociais, impondo condições de inferioridade para alguns grupos e classes sociais. Respeitar e proteger as diferenças e rechaçar e eliminar as desigualdades. A proposta é alcançar a igualdade social, econômica e política (TELES, 2006, p. 22). Atenta às desigualdades e diferenças entre as mulheres, Heleieth Saffioti construiu a “teoria do nó”:

(...) Retomando-se o **nó** constituído pelas contradições fundamentais da sociedade brasileira, pode-se afirmar a existência de três identidades sociais básicas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe social. Não se trata, porém de três identidades autônomas, em virtude, justamente, de estarem atados os antagonismos que lhes dão origem (SAFFIOTI, 1997, p. 63).

(...) difícil é lidar com esta realidade, formada pelas três subestruturas: **gênero, classe social, raça/etnia**, já que é presidida por uma lógica contraditória, distinta das que regem cada contradição em separado. Uma voz menos grave ou menos aguda de uma mulher é relevante em sua atuação, segundo o preconceito étnico-racial, e, mais seguramente na relação de gênero e na de classes sociais. O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou enlaçadas em um **nó** (SAFFIOTI, 2015, p. 133).

Preocupou-se em atualizar o feminismo marxista. Entendia não haver hierarquia entre classe social, raça/etnia e sexo/gênero. Não ignorou questões como a geracional, as deficiências e a regional. Não poupou críticas àquelas feministas que, ao adotarem gênero, negaram o patriarcado. As desigualdades entre homens e mulheres têm sido reveladas com o uso do patriarcado, muito antes do uso de gênero. Gênero seria mais palatável e considerado “neutro”, se usado isoladamente. Defendeu, com perspicácia, a utilidade do conceito de gênero por ser mais amplo do que patriarcado, sem contudo, deixar de usar este último. Daí ela usar a expressão: ***gênero sob a ordem patriarcal***”.

O patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. Tratar esta realidade em termos exclusivamente do conceito de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, “neutralizando” a exploração-dominância masculina. Nesse sentido, e contrariamente ao que afirma a maioria das (dos) teóricas (os), o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. É a esta estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta, que o conceito de patriarcado diz respeito. (Saffioti, 2015 [1996],p.145)

As conquistas obtidas no decorrer da revolução russa de 1917, a consagração do dia 8 de março como o dia internacional da mulher, marco histórico e político dos movimentos feministas no mundo inteiro, a igualdade de direitos, direito ao aborto, igualdade salarial entre mulheres e homens, creches e fim do trabalho infantil fazem parte do legado marxista presente nas lutas de hoje. O pioneirismo da Heleieth Saffioti, com seu livro *Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*, publicado em 1969, nos traz aportes teóricos para compreender as razões pelas quais as mulheres brasileiras se encontram desvalorizadas, marginalizadas. O modo de produção capitalista determina a sua marginalização, insiste.

Mesmo que, aparentemente, determinado contingente populacional seja marginalizado das relações de produção em virtude de sua raça ou de seu sexo, há que se buscar nas primeiras (relações de produção) a explicação da seleção de caracteres raciais e de sexo para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade historicamente dada (SAFFIOTI, 2013 [1969], p. 60).

Em tempos de golpe

Em 1964 e em 2016, houve golpe. Começaram com ataques e ofensivas contrárias às ações democráticas, dos direitos e da cidadania. Protagonizaram os golpes as forças mais reacionárias e obscurantistas. Tanto em 1964, como em 2016, as mulheres não foram poupadas. Pelo contrário, foram manipuladas, silenciadas, humilhadas e ridicularizadas. Tiveram muitos de seus direitos sequestrados.

Em 2016, os golpistas se aliaram ao legislativo e ao judiciário. Não suportavam mais ver setores marginalizados serem reconhecidos como sujeitos de direitos. As medidas do governo João Goulart (1964) e dos governos petistas de Lula e Dilma, a partir de 2003, ficaram longe de uma transformação social necessária. Mas as elites descartaram estes governos por terem permitido o uso da liberdade de expressão e de ações políticas por amplos setores populares. Não suportaram ver as mulheres pobres, não brancas, com alguns dos direitos básicos, inclusive o de estudar, ter profissão e exercê-la, com carteira de trabalho assinada, como conquistaram as trabalhadoras domésticas, em 2013. Abriram mão das políticas de gênero, de igualdade racial e de enfrentamento das violações de direitos humanos. Não garantiram a governabilidade. Criminalizaram os movimentos sociais. Tiveram medo do povo nas ruas em 2013. Cedeu em questões como “gênero”, “racismo”, “sexismo”. Não adiantou. São questões que dizem respeito à grande maioria do povo. Não podem ser negociadas. São prioritárias.

A defesa da igualdade, justiça social e liberdade volta a ser considerada subversão, esquerdismo, coisa de comunista.

Golpes de estado e a História das Mulheres!

Em 1964, o golpe de estado cooptou mulheres e as mobilizaram com as marchas com “Deus, pela Família e pela Liberdade”, lideradas pela classe média alta, religiosas, mulheres de políticos e militares, empresários e grandes proprietários de terra. Nos cartazes, carregavam mensagens contra o “perigo comunista”: “Vermelho, só no batom”, exaltavam o “patriotismo” com dizeres: “Nem foice nem martelo, queremos o verde e o amarelo!”. Para isso, os golpistas criaram organizações “femininas” que logo, em seguida ao golpe, foram relegadas ao ostracismo.

Por que se encontravam desorganizadas as mulheres populares?

No governo de Juscelino Kubitschek (JK), foram fechadas as organizações populares de mulheres (1957). Elas atuavam nas favelas, nos morros e nas periferias, em lutas por creche, saúde, escola e no combate ao analfabetismo. JK atendeu ao pedido das “senhoras católicas” que temiam a participação dessas mulheres de esquerda junto às faveladas. Foi proibida de funcionar a Federação das Mulheres do Brasil e entidades afins.

Os comunistas, no entanto, mantiveram a aliança com o JK. Os protestos foram abafados.

Em 2016, a pretexto de *impeachment*, a democracia brasileira foi golpeada. Os grupos de extrema-direita conseguiram cassar o mandato de Dilma Rousseff e o fizeram destilando o ódio na política, com ataques e subterfúgios misóginos de cunho patriarcal, racista e sexista. Formou-se uma opinião pública midiática contrária à Presidenta Dilma, tratando-a como uma mulher descontrolada, “histérica”, sem “habilidades políticas”, “emocionalmente desequilibrada”, “sem condições de governar o país”. Forçaram e conseguiram a retirada das expressões gênero, “identidade de gênero” e “orientação sexual” nos planos de educação e na base curricular nacional de ensino.

Parte da esquerda não reagiu, convencida de que os ataques à Dilma e o seu afastamento da Presidência da República, iriam ser suficientes para saciar a sede e a ganância dos golpistas. Uns até concordaram que ela não tinha mesmo capacidade política, era muito frágil, corroborando assim para reforçar o estereótipo de que as mulheres são pouco hábeis na política. Emocionais e pouco racionais. Enganou-se quem pensou que o golpe iria atingir só a Dilma. Todas forças políticas democráticas e principalmente, os setores populares, foram derrotados.

A História das Mulheres tem mostrado que os direitos da maioria da população são inegociáveis, como mulheres, negras(os), Lgbt, indígenas e setores populares da área rural.

A ofensa ao Estado Democrático de Direito: marco histórico do retrocesso!

Em 2016, no dia 17 de abril, num domingo de sol, a Câmara de Deputados se reuniu, numa sessão extraordinária, para votação se deveria ou não abrir o processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma. A sessão transcorria tensa e grupos organizados pelas ruas acompanhavam a votação, que foi transmitida ao vivo, como se fosse jogo decisivo de um campeonato mundial. Chegou a vez, do então, deputado federal Jair Bolsonaro votar. Ele votou pelo sim, a favor da abertura do processo, “em homenagem à memória do Carlos Alberto Brilhante Ustra”,⁵⁶ “o pavor da Dilma”. A apologia à tortura e ao torturador, ao vivo, ocorrida dentro do parlamento, pelo parlamentar que viria a ser

56 Carlos Alberto Brilhante Ustra foi o único torturador da época da ditadura militar que foi declarado “torturador” pelo estado brasileiro, por meio de ação judicial, cujos peticionários são a Família Teles. A sentença tramitou em julgado em dezembro de 2014. Portanto, quando ele foi homenageado na Câmara Federal de Deputados, ele já estava devidamente sentenciado como torturador.

o Presidente da República. Gravíssima ofensa ao estado democrático de direito. Nenhum(a) parlamentar conseguiu reagir à altura do fato. Nenhum(a) parlamentar do campo da esquerda propôs a suspensão da sessão, ou sua interrupção para que, no mínimo, se fizesse a retratação necessária. A sessão seguiu e, claro, ganhou a proposta de abrir o processo de impeachment contra a Presidenta da República, Dilma Rouseff. Tudo transcorreu num clima de franca desvalorização dos princípios éticos e democráticos. Foi chancelado o golpe de estado. Aqui vale um destaque, o Coronel Reformado do Exército, Carlos Alberto Brilhante Ustra, é o único torturador brasileiro declarado “torturador” pelo estado brasileiro, por meio de ação judicial. No entanto, não houve reação nem das instituições.

Em 2018, na época da eleição presidencial, houve uma manifestação de mulheres, a mais contundente de todos os tempos sob o nome “Ele Não!”.⁵⁷ Algumas feministas marxistas fizeram críticas a este movimento inclusive responsabilizando-o pela vitória da extrema direita.

O feminismo marxista na atualidade

São muitos os feminismos marxistas. Todos se orientam pela luta de classes. Nem todos tratam no mesmo patamar as demais contradições: a questão étnico-racial, o racismo e o sexismo. Não tem sido fácil acolher, por parte de grupos marxistas, por exemplo, o feminismo negro, mesmo que este, em suas diversas vertentes, procura tratar o cotidiano como uma questão política, estrutural diretamente vinculada à luta de classes e às questões do sexismo e racismo. Outros feminismos também são rechaçados como, por exemplo, movimentos de mulheres trans, de prostitutas que lutam pelo reconhecimento legal do seu trabalho. São pautas que não têm entrado nas agendas dos feminismos marxistas.

As manifestações do Dia Internacional da Mulher, no 8 de março de 2019, contou com boa mobilização, em diversas cidades brasileiras. Em São Paulo, Rio de Janeiro e em outras cidades, houve atos bem mobilizados, por ocasião de se fazer um ano do brutal assassinato da vereadora negra, lésbica, mãe, Marielle Franco, executada

⁵⁷ **O Movimento “Ele Não” ou #“Ele Não”** foi um movimento contra Jair Bolsonaro, a época candidato à Presidência da República. As manifestações ocorreram no dia 29/09/2018 e foram o maior protesto de mulheres no Brasil. Houve manifestações em mais de 160 cidades brasileiras, em todos os estados e em outras cidades fora do Brasil como Berlim, Barcelona, Nova York, Lisboa e Paris.

juntamente com o motorista, Anderson Gomes, no centro do Rio de Janeiro, em 14 de março de 2018, por milicianos.

No dia 15 de maio de 2019, houve grandes manifestações, com diversos outros movimentos, inclusive os feministas, para protestar contra os cortes na educação.

Neste 2020, houve manifestação expressiva no Dia Internacional da Mulher, última mobilização pois, em seguida, não houve mais atividades de rua, devido à pandemia do Coronavírus-19 (Covid-19), que impõe o isolamento social, necessário conforme orientação científica da OMS - Organização Mundial da Saúde.

Conclusões

1. Cabe a expressão: “feminismos marxistas”, pois há diversas vertentes. Há feministas marxistas que consideram a questão de classe social prioritária em relação às demais. Há outras que consideram imprescindível enfrentar pelo menos as três contradições fundamentais: raça/etnia, sexismo e classes sociais.
2. Os diversos feminismos (marxista, socialista, anarquista, interseccional, liberal) se aproximam por terem as mulheres na centralidade de suas ações. Todas são oprimidas. Não são iguais. A questão é complexa. Por exemplo, as mulheres negras, pobres são as maiores vítimas do feminicídio e têm tido menos acesso aos serviços e às políticas públicas. As liberais são também vítimas do estupro e do feminicídio, têm suas memórias conspurcadas. Mas têm mais proteção do estado e da sociedade.
3. O conservadorismo moral está presente não só na ofensiva da direita. Há moralismo no campo democrático. Houve críticas, inclusive de feministas marxistas ao Movimento “Ele Não”, o mais expressivo nos últimos tempos. Acusaram-no de estar distante da luta de classes. Acaso aquela multidão de mulheres que ali se encontravam não eram pertencentes à classe trabalhadora, trabalhadoras, desempregadas, assalariadas e/ou militantes políticas?
4. Os feminismos marxistas devem promover o diálogo entre si e com as outras forças políticas. Propor ações unificadoras. Ampliar o apoio de mulheres de outras vertentes, ou não feministas, que estejam dispostas a enfrentar os retrocessos avassaladores e o obscurantismo na política atual.
5. Saffioti (2015, p. 10) nos diria:

O feminismo traz, em seu bojo, um potencial crítico capaz de apontar caminhos, trilhas, picadas para se atingir o alvo expresso e desejado (...) isto não basta; é preciso saber utilizá-lo, selecionando as melhores estratégias em cada momento (...) o objetivo das (os) feministas consiste em transformar a sociedade, eliminando as desigualdades, as injustiças, as iniquidades, e instaurando a igualdade. (...)

Referências:

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo, Ed. Boitempo, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo, Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (3.ed., São Paulo, Expressão Popular, 2013 [1969]).

SAFFIOTI, Heleieth. “Violência de Gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade” In: *Lutas Sociais*, n. 2, PUC/SP, junho de 1997.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve História do Feminismo no Brasil e Outros Ensaios*. São Paulo, Ed. Alameda, 2017.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *O que são direitos humanos das mulheres?.* São Paulo, 2006

Feminismo e Marxismo: uma relação dialética

Maria Betânia Ávila* e Verônica Ferreira**

A tarefa de apreender criticamente o mundo – para transformá-lo – une feminismo e marxismo como perspectivas críticas emancipatórias. Do diálogo crítico entre feministas e marxistas emergem categorias e conceitos fundamentais para apreender hoje como se produzem e reproduzem as desigualdades no sistema de exploração e dominação patriarcal, capitalista e racista: um sistema único, indivisível, mutuamente formado e determinado. E, evidentemente, para as lutas sociais por sua superação e no interior delas. Cada vez mais, no plano da política, a insígnia sem feminismo não há socialismo se afirma e reitera. No plano da crítica, categorias como patriarcado, divisão sexual do trabalho, relações sociais de sexo, reprodução social, se fazem cruciais para compreender não somente a situação das mulheres, mas a própria lógica em que este sistema se reinventa para permanecer.

Vale notar, desde já, que para nós, o feminismo marxista é uma filiação teórica que pode, por sua vez, assumir diferentes matizes. Aqui, assumimos uma das correntes teóricas que emergem da *crítica da crítica da economia política* de Marx, e fortemente ancorada no seu método: o feminismo materialista. Como afirma Falquet (2014), esta corrente se afirma ao mesmo tempo por uma proximidade e distância (crítica) do marxismo. Por sua vez, feministas marxistas podem ter diferentes filiações políticas, de acordo com sua visão sobre os caminhos da transformação, suas formas de organização e seu projeto político. O feminismo marxista, vale dizer, não é para nós uma corrente teórica homogênea, tampouco são os projetos políticos a ela vinculados.

* Socióloga, Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Pesquisadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e militante feminista da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB e da Articulação Feminista MARCOSUR.

** Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Pesquisadora e educadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, militante feminista da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB e da Articulação Feminista MARCOSUR. Atualmente, desenvolve estágio pós-doutoral no Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social – MASS, da Universidade Estadual do Ceará – UECE, com bolsa da CAPES (Prêmio Capes de Teses 2018).

O feminismo faz a crítica ao sistema capitalista/patriarcal/racista e heteronormativo e a crítica à teoria crítica que não considerou as mulheres como sujeito histórico e assim desconsiderou também as relações sociais de sexo/gênero e suas imbricações com as de classe e de raça. Essa crítica feita através de uma prática dialógica se estende a todas as matrizes teóricas mesmo que seja sempre possível para uma análise feminista resgatar uma maior aproximação ou mesmo se situar dentro de uma ou outra corrente. A teoria marxista tem sido, por exemplo, desde o início, uma referência e uma inspiração metodológica para as correntes feministas que desenvolveram e desenvolvem teorias feministas no campo do materialismo histórico. Se “insurgir” através do diálogo crítico contra o *corpus* teórico dominante nas ciências sociais, em qualquer uma de suas correntes de pensamento, foi e continua sendo para o feminismo uma das grandes tarefas de sua práxis.

Um diálogo crítico também acontece no interior da práxis feminista, através do qual a produção feminista de conhecimento é posta sempre em questão pelos próprios sujeitos feministas em sua pluralidade, em um movimento dialético permanente. Feministas negras trouxeram a crítica a um pensamento hegemônico no feminismo calcado na experiência das mulheres ocidentais e brancas, feministas dos países do sul, assim como as dos países orientais trouxeram a crítica ao pensamento eurocêntrico do feminismo que não responde às experiências das mulheres e dos movimentos feministas nesses países, do mesmo modo as feministas lésbicas trouxeram a crítica aos padrões heterossexistas que marcaram a origem da reflexão e das práticas feministas contemporâneas. Na América Latina, as feministas indígenas têm trazido um aporte fundamental para a reestruturação do pensamento feminista e também para uma interpretação mais profunda e crítica dos modos de vida hegemônicos. É um processo permanente e contraditório, no qual novos sujeitos se afirmam e questionam as bases do pensamento e das práticas do próprio movimento, transformando-o e expandindo suas fronteiras.

Uma questão de método

A principal contribuição do marxismo para o feminismo – e da dialética que os articula – diz respeito ao método de apreensão da realidade e suas exigências irreduzíveis: partir do movimento do real, buscando suas determinações e mediações;

tomar o caráter contraditório dos processos sociais; buscar suas particularidades em determinados contextos sociais e históricos. Contradição, historicidade, antagonismos: categorias fundamentais para o feminismo marxista.

O método materialista nos permite apreender a historicidade do patriarcado, suas etapas e mediações sociais na sua imbricação com o capitalismo, e também com o racismo, na particularidade de cada contexto social. Baseado na análise do concreto real, desvenda o movimento contraditório das relações sociais, na produção e reprodução desse sistema consubstancialmente formado. Método que está baseado na história como movimento dialético do tempo e nos leva necessariamente à desnaturalização da categoria mulher como fixidade e essência biológica. Para Martha Gimenez (2001, p. 69), “as intuições metodológicas de Marx nos incita a colocar a desigualdade entre homens e mulheres no seu contexto histórico”.

Uma premissa fundamental diz respeito à unidade entre dimensão material e simbólica e sua mútua determinação. Na perspectiva materialista, as relações sociais de sexo são relações sociais estruturais de exploração-dominação – duas dimensões inextricáveis, duas faces de uma mesma relação.

Duas importantes consequências teórico-políticas decorrem desta concepção: 1) Não se trata de questões específicas (em contraposição às questões “gerais”, mas que estão relacionadas com a totalidade da vida social); 2) As desigualdades entre homens e mulheres não são questões ideoculturais ou de uma dominação puramente simbólica: a exploração-dominação das mulheres repousa sobre uma base material concreta (KERGOAT, 2010), a divisão sexual do trabalho, embora se reproduza, como todas as relações sociais, pela mediação da ideologia e da cultura (GUILLAUMIN, 2014).

As relações sociais de sexo comportam, de maneira indissociável, uma relação de dominação simbólica, opressão física e exploração material (KERGOAT, 2012), e não são redutíveis à dimensão das relações intersubjetivas nem à expressão de crenças e ideias vigentes – embora a ideologia cumpra um papel fundamental na reprodução destas relações.

Esta concepção reitera a dimensão material que subjaz à subordinação entre homens e mulheres e postula a unidade dialética entre exploração material e dominação. A relevância deste enunciado está em que, no desenvolvimento teórico dos estudos sobre as mulheres, a sua condição de subordinação em diversos campos da vida social foi explicada pela determinação exclusiva da ideologia ou, contemporaneamente, da cultura. Vale ressaltar que esta explicação para a opressão das mulheres no capitalismo

exerceu forte influência durante um largo período no âmbito do debate teórico e político marxista e nos espaços da esquerda socialista. Pode-se afirmar, inclusive, que ainda não foi de todo superada a premissa segundo a qual a exploração capitalista é material, enquanto a dominação patriarcal é ideológica (HARTMANN, 1981), restando, portanto, para transformar a condição das mulheres na sociedade, a mudança nas mentalidades e a superação do atraso “cultural” (CURIEL; FALQUET, 2014).

De um lado, a crítica produzida pelas feministas mostrou que a “opressão das mulheres constitui uma dominação *sui generis*” (LOVELL, 1996, p. 321), que tem bases materiais e ideológicas de sustentação, dialeticamente articuladas entre si. De outro, que essa opressão está articulada com a totalidade social e com a constituição das relações sociais de classe, assim como à “raça”. Relações sociais de sexo, raça, e relações sociais de classe se produzem e reproduzem de maneira coextensiva e imbricada no processo histórico e na dinâmica de organização da vida social. Não há, de um lado, dominação patriarcal e discriminação de raça e, de outro, exploração capitalista.

2. Capitalismo, patriarcado e racismo e a imbricação das relações sociais

Grande parte da elaboração teórica feminista de matriz marxista dedica-se a explicar e demonstrar que as desigualdades produzidas pelo patriarcado são não somente reconfiguradas no capitalismo como constituem um de seus elementos de sustentação⁵⁸. Considerar as relações sociais estabelecidas entre os sexos é condição necessária para apreender a totalidade da realidade social no sistema capitalista, patriarcal e racista – um sistema de dominação-exploração mutuamente determinado. Kergoat (2010) propõe o conceito de “consustancialidade” para referir-se ao “entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca” (KERGOAT, 2010, p. 100). As relações sociais de classe e de sexo, e aquelas baseadas na “raça”, se reproduzem de modo imbricado e indissociável; são coextensivas e consustanciais.

A teórica brasileira Heleieth Saffioti – cuja obra está ancorada em uma perspectiva materialista histórica – recorre à ideia de *nó* para abordar a “simbiose” entre as contradições de gênero, classe e raça como constituintes de um “único sistema de

58 Cf. Saffioti (2013), Souza-Lobo (2011); Delphy (2015); Federici (2013); Mies (1986); Kergoat (2012), Cisne(2014).

dominação e exploração”. Para esta autora, “o patriarcado pode ser pensado como um dos esquemas de dominação-exploração componentes de uma simbiose da qual participam também o modo de produção e o racismo” (SAFFIOTI, 1992, p. 194).

Saffiotti foi uma das primeiras teóricas a, nas trilhas do método dialético, analisar a particularidade da opressão-exploração das mulheres no contexto das economias dependentes, em sua tese doutoral, datada do final dos anos 1960.⁵⁹ Para ela, patriarcado, capitalismo e racismo produzem desigualdades que se reforçam mutuamente e se particularizam nos determinados períodos históricos. O patriarcado é, segundo Saffiotti (2004), um dos sistemas de dominação mais antigos, persistentes e onipresentes na história das relações sociais humanas. É, portanto, um sistema de dominação anterior ao capitalismo, porém, com a consolidação deste modo de produção, as relações de exploração-dominação patriarcais são mantidas e reestruturadas, assumindo uma nova forma de organização, mas permanecendo “como constitutiva da sua lógica e necessária à sua reprodução” (ÁVILA, 2009, p. 91).

Consideramos, como Saffiotti (1992), que é no desenvolvimento histórico destas relações sociais que podemos apreender esta imbricação. A emergência e desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista assimilou, reconfigurou e produziu novas expressões da dominação-exploração patriarcal sobre as mulheres, assim como produziu uma forma própria de “racismo” moderno, ancorada na divisão racial do trabalho que teve sua forma primeira na escravização no período colonial.

O sistema patriarcal, historicamente anterior ao capitalismo, é reestruturado como parte do próprio desenvolvimento capitalista, que tendo como centro de acumulação de riqueza e de poder, os países europeus, se estruturou e expandiu suas fronteiras através de um processo de colonização baseado na dominação, exploração, desapossamento, escravização e racialização de povos e no desapossamento, de seus territórios e na exploração e apropriação dos seus corpos, de sua força de trabalho e de seus saberes, culturas, isto é, dos seus bens materiais e imateriais e dos seus modos de vida.

Para Lugones (2014, p. 938),

A transformação civilizatória justificava a colonização da memória e, conseqüentemente, das noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva, da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o

59 Cf. Saffiotti (2013 [1969]).

próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica.

Abordar a relação entre capitalismo e patriarcado é um desafio que se torna ainda maior face à complexidade do contexto de crise atual, como também, devido ao deficit de elaboração teórica e política sobre patriarcado herdados do passado. Várias autoras feministas empreenderam e têm empreendido esse exercício de reflexão teórica (Walby, 1997; Saffioti, 1979, 2004; Hartman, 1981; Mitchel, 1967; Guillaumin, 2014), entre outras. No entanto, deve-se considerar que é só a partir da reemergência do movimento feminista no final dos anos 1960 que a questão do patriarcado/capitalismo começou a ser enfrentada como uma questão política e teórica. Além disso, houve uma perda de interesse pelo conceito desde que a categoria gênero se impôs como “substitutiva” ao conceito de patriarcado, o que do nosso ponto de vista, constitui um desvio conceitual, no sentido de que esses termos não são intercambiáveis, pois um se refere a um conceito descritivo e/ou explicativo de um sistema de poder e o outro a uma categoria analítica referente a uma relação social. É importante salientar que o movimento feminista local e mundial, nos últimos anos, tem resgatado com mais força o conceito de patriarcado em suas lutas como um conceito fundamental para sustentação política e teórica nos seus enfrentamentos ao sistema de poder global. Essa utilização mais intensa, pelo movimento feminista, do conceito de patriarcado como referência política levará, certamente, a um maior investimento por parte dos estudos acadêmicos, sobre este conceito e suas imbricações com o racismo e a heteronormatividade. Há entre movimentos políticos de transformação social e produção de conhecimento uma relação dialética a qual se inscreve no que se denomina “práxis”. A teoria social feminista é desde sempre tributária dessa relação dialética entre prática política e produção do saber.

Partindo do ponto de vista teórico feminista materialista, entendemos que, no processo histórico de formação social do capitalismo, estão imbricados o patriarcado e o racismo. Trata-se de uma relação dialética que se desenvolve historicamente como um sistema de poder econômico, social e político que deve ser apreendido a partir de cada contexto social e histórico. Por contexto estamos, aqui, nos referindo a um espaço-tempo, no qual relações sociais se estruturam e expressam suas particularidades através de práticas sociais concretas.

Articular produção e reprodução social

Marx e Engels afirmam que nesse modo de produção (capitalista) a reprodução, isto é, a produção de pessoas, é tão importante quanto a produção de bens. Entretanto, ao não desenvolverem a primeira, a trataram apenas como um substrato da segunda. Porém, a esfera reprodutiva tem uma estrutura própria e dialeticamente relacionada com a esfera da produção. A divisão sexual do trabalho se estrutura a partir dessas duas esferas.

Conforme afirmam Marx e Engels, e toda a elaboração crítica feminista ao longo do século XX e contemporânea, a produção e reprodução do viver têm como um de seus primeiros atos históricos a relação estabelecida entre os sexos, a divisão do trabalho entre eles e a relação social que aí se estabelece, uma relação de subordinação. Cisne (2014, p. 19), por sua vez, postula que “a história não é determinada apenas no universo da produção, mas resulta das relações sociais associadas às relações de reprodução, ou seja, do movimento dialético entre a produção e a reprodução sociais”.

De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, roupas, habitação e instrumentos necessários para tudo isso; do outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou de determinado país está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro (ENGELS, 1984, p. 2).

Vale ressaltar duas premissas fundamentais de análise sobre a articulação entre produção e reprodução no sistema capitalista e patriarcal: 1) produção e reprodução são indissociáveis e a reprodução está subordinada à produção; 2) a subordinação da reprodução à produção se apoia na subordinação das mulheres aos homens. Disto decorre que a divisão sexual do trabalho é um dos mecanismos de sustentação das relações sociais de sexo, ao estabelecer a designação prioritária das mulheres para a reprodução e a dos homens para a produção.

A dimensão patriarcal e racista do Estado capitalista

Uma contribuição crucial do feminismo marxista e materialista diz respeito ao estudo do Estado, determinado pelas relações sociais de sexo, raça e classe, e mediação fundamental para a manutenção e reprodução dessas relações. Este aporte se torna ainda crucial frente a perspectivas políticas feministas que se centram na defesa de modelos de políticas ou reivindicações de ações públicas, concentrando suas lutas frente ao Estado sem fazer a sua crítica estrutural, ou seja, reivindicando políticas públicas sem tratar dos modelos de Estado nos quais elas podem – ou não – se realizar.

Um aporte fundamental do feminismo marxista é, portanto, revelar a dimensão patriarcal (e racista) do Estado capitalista, desvelando suas mediações cruciais: o papel do Estado na regulação do corpo, da sexualidade e da reprodução das mulheres, na sustentação na divisão sexual do trabalho, na divisão do poder entre homens e mulheres e na forma particular como exerce, regula ou mesmo sanciona a violência contra as mulheres. O controle sobre a sexualidade e reprodução se revela, por exemplo, na legislação que criminaliza o aborto e na orientação das políticas para assegurar – ou reduzir – a sexualidade e reprodução das mulheres.

As políticas públicas do Estado capitalista-patriarcal-racista, de maneira geral, se estruturam na divisão sexual do trabalho e no reforço à permanência do trabalho doméstico e de cuidados sob a responsabilidade das mulheres – com o que o Estado libera recursos públicos e os destina a outros fins, que variam de acordo com as forças no poder. Expressa-se, ainda, no exercício da violência ou na forma como enfrenta a violência sexista contra as mulheres (nossa legislação contra a violência doméstica tem pouco mais de uma década). E na divisão do poder político, seja nos espaços de representação como na forma como atua para reforçar ou coibir a organização política dos grupos oprimidos(as) e suas lutas de resistência.

A dimensão patriarcal se mostra também na forma como o Estado atua na produção de consensos, como se revela agora, na tentativa do governo Bolsonaro de difundir valores conservadores, carregados de misoginia e lesbo-homofobia, para reproduzir a ordem dominante e impor retrocessos. Sem os aportes do feminismo marxista e de sua crítica do Estado, as lutas feministas perdem sua radicalidade e incorrem em dois equívocos estratégicos: 1) confundir Estado com governo e seus rumos com uma questão de “vontade política” dos governantes; 2) tratar suas ações como uma questão de concepção moral ou ideológica, desvinculando-a dos interesses

políticos e econômicos das diferentes forças políticas que disputam este Estado e o hegemonizam em determinado momento histórico.

Trabalho doméstico e a reestruturação do conceito de trabalho

O conceito de trabalho ao longo do tempo foi referido apenas ao trabalho produtivo. Em função disto, foi tratado pelas ciências sociais, pela economia, nos planos de desenvolvimento das políticas nacionais e dos organismos internacionais. O trabalho reprodutivo ou trabalho doméstico, assim definido no contexto da sociedade capitalista patriarcal, esteve fora do conteúdo que dava significado ao conceito de trabalho até muito recentemente. A reestruturação desse conceito para alcançar as duas esferas do trabalho, é parte de um processo político e de uma prática de produção do conhecimento que se constroem a partir do movimento feminista em uma relação dialética.

Para Marx e Engels (1991), o trabalho é o lugar da construção de si, como sujeito, sendo assim a dimensão fundante da ontologia do ser social. Porém, nessa concepção, é o trabalho definido como produtivo que está sendo considerado. O trabalho reprodutivo fica fora dessa dimensão ontológica, e assim, fica excluído como uma prática de trabalho, com o que se exclui, dessa forma, uma experiência concreta, cotidiana e, sobretudo, de trabalho das mulheres. Como consequência, as relações de trabalho do campo reprodutivo não são consideradas como um elemento da exploração e dominação que estruturam relações sociais. Na análise marxista, a reprodução é tratada apenas como substrato do processo produtivo, e o trabalho reprodutivo, realizado no espaço doméstico e elemento central para reprodução social, não é levado em conta. Os custos da reprodução da força de trabalho são contados apenas a partir do consumo dos produtos necessários à manutenção e reprodução dos trabalhadores/as, mas todo trabalho investido no cuidado, na produção da alimentação, na organização e manutenção do espaço de convivência familiar está fora da conta que configura a mais-valia e, portanto, que mede o grau do lucro na exploração capitalista.

Nos reportamos às análises de Marx e Engels que nos interessam como matriz de referência, pois foi a partir de conteúdos teórico e do método de análise produzidos por esses autores, e sobretudo por Marx, que foram construídas as bases teóricas para uma análise feminista que desse conta da exploração e dominação das mulheres na sociedade capitalista e patriarcal.

Desigualdade de classe entre as mulheres, uma categoria não homogênea a partir do feminismo de filiação marxista

O feminismo como movimento e pensamento crítico é formado de uma grande pluralidade de práticas, de lutas, de articulações e não menos de perspectivas teóricas. O feminismo do campo materialista como uma dessas perspectivas, é também uma designação na qual se inclui várias experiências políticas e abordagens diversas, evidentemente com um fio denso de conexão no pensamento das suas várias expressões, o que poderíamos chamar de feminismos materialistas. Consideramos que os feminismos materialistas são referências fundamentais para interpretação da realidade social e histórica e assim para sustentação de projetos políticos de transformação social. Neste campo específico, temos tido como uma referência fundamental a corrente que se reivindica como “feminismo materialista” francófono cujo marco de fundação é o texto de Christine Delphy, intitulado “por um feminismo materialista”, de 1975 (BIDET-MORDREL; GALERAND; KERGOAT, 2016, p. 5).

As teóricas dessa corrente, assim como aquelas do feminismo decolonial, ou “descolonial” (LUGONES, 2014), do feminismo negro e as feministas materialistas que se definem como marxistas, são referências centrais para uma elaboração política e teórica baseada na perspectiva materialista. Evidentemente que outras referências vão sendo sempre encontradas nos processos de nossas próprias reflexões. No entanto, existem sempre aquelas que respondem de maneira mais direta às inquietações e questões do nosso pensamento. Como pesquisadoras e ativistas feministas, a inserção em coletivos do movimento feminista é uma base primordial de interpelação e inspiração a partir da qual emergem as questões que para nós desafiam e exigem a produção do pensamento crítico.

Para Falquet, (2016, p. 75), “o primeiro aporte do feminismo materialista é, incontestavelmente, a desnaturalização das relações sociais, de sexo, mas também de raça, e de classe, assim como a colocação em perspectiva histórica do trabalho de reprodução social”. Segundo Curiel e Falquet (2014, p. 15), nesse pensamento o ponto central “(...) radica em que nem os homens nem as mulheres são um grupo natural ou biológico (...)” mas que se definem “(...) pura e simplesmente por uma relação social material, concreta e histórica (...)”. Para Duzenot (2016, pp. 175-176), a divisão natural da humanidade tratada como uma evidência “(...) é uma fantasmagoria cuja desconstrução da mesma é para colocar no crédito do feminismo materialista, no rastro

da longa história da ‘cólera das oprimidas’ (GUILLAUMIN, 1981) e do movimento de liberação das mulheres”.

Um ponto de referência que consideramos fundamental no marco do pensamento feminista materialista é a concepção de que a exploração, a dominação e a apropriação das mulheres têm uma base material, a qual está estruturada a partir da divisão sexual do trabalho, o que, do nosso ponto de vista, é inextricável da divisão racial do trabalho e da relação corpo, produção/reprodução e sexualidade.

Consideramos muito interessante a elaboração de Steve Jackson (2009) sobre o feminismo materialista e a questão das diferenças e desigualdades entre as mulheres. Para Jackson (2009, p.18),

(...) a adoção de um ponto de vista materialista não exclui a consciência das diferenças entre mulheres; ao contrário, uma plena compreensão dessas diferenças exige que nós tomemos em conta as desigualdades sociais, materiais e as práticas sociais cotidianas. Do mesmo jeito, o materialismo está longe de ignorar as questões de linguagem, de cultura, de representações, de subjetividade, mas exige que as situemos dentro de seu contexto histórico e social. E sobretudo, o feminismo materialista não reduz a opressão das mulheres a uma causa única; ele se recusa a toda tentativa de grande teoria totalizante como também a toda posição trans-histórica e universalizante.

Na abordagem que adotamos, a categoria social mulheres que se forma e se reproduz pelas relações sociais de sexo/gênero, é também formada pelas relações sociais de classe e de raça, e apresenta outras dimensões relacionais, como aquelas relativas à lesbianidade e às mulheres trans. De acordo com Monique Wittig (2018, p. 108) “no plano teórico, a lesbianidade e o feminismo articulam suas posições de tal maneira que um interroga sempre o outro”. Entendemos que as mulheres trans, por sua vez, apresentam uma experiência social e histórica que coloca o desafio importante de reestruturação da reflexão teórica e das práticas feministas e das elaborações sobre a relação corpo/sujeito, sexualidade e reprodução. As mulheres trans como sujeitos concretos vivem e elaboram uma experiência social que nos desafia, a todas as feministas, do ponto de vista teórico, político e filosófico a refletir sobre a relação entre o sujeito corporificado e a pluralidade de experiências e de formas de nos constituirmos e reconstituirmos diversamente como seres no mundo inseridos em contextos e relações sociais concretas”. Considerando que “a opressão sexista não se inscreve e nem se lê em um corpo abstrato da ‘mulher’ universal e ahistórica, mas naquele das mulheres

particulares e particularizadas em um contexto social determinado, caracterizado por outras relações de dominação” (BENELLI et al, 2006, p. 4).

Lutas feministas e os desafios do nosso tempo

As lutas feministas têm demonstrado que, mais do que nunca, as expressões da questão social sob a ofensiva de superexploração e expropriação do capital se dá de mãos dadas com a ascensão fundamentalista, conservadora e de características fascistas em todo o mundo, evidenciando que a reprodução deste sistema patriarcal capitalista e racista se faz pela estrutural superexploração do trabalho, do controle do corpo e da sexualidade, da violência e da permanente busca por criar barreiras à insurreição das mulheres e toda a classe trabalhadora contra as desigualdades históricas e cotidianas que marcam a vida e se aviltam na atual conjuntura.

As expressões do agravamento destas desigualdades históricas se mostram no país pelo desmonte voraz dos direitos sociais sob o programa neoliberal autoritário que vem sendo imposto com medidas autoritárias e discurso desdenhoso sobre a classe trabalhadora pelo governo Bolsonaro. A usurpação permanente do fundo público para os interesses do capital, notadamente do capital rentista, acirra a apropriação do tempo e do trabalho não remunerado das mulheres da classe trabalhadora nos cuidados e nas filas em busca de assistência à saúde em um SUS criminosamente sucateado, pela redução da oferta de vagas na educação infantil, dentre outras consequências deste desmonte para as condições de reprodução e existência da classe trabalhadora.

Os discursos e anúncios cotidianos que apelam à valorização da família nuclear burguesa, à abstinência sexual para adolescentes e as iniciativas da bancada religiosa e fundamentalista de impor legislações que agravem a criminalização e interditem o direito das mulheres ao aborto, são parte de uma tentativa de redomesticação das mulheres que, se aparecem sob a forma de desvario conservador, repousam em um interesse material concreto: a investida na apropriação do tempo social e do trabalho não remunerado das mulheres na esfera doméstica pelo Estado e subordinação das mulheres para fins de reprodução do sistema dominante. O desmonte das políticas sociais e a usurpação do fundo público para os interesses do capital, sobretudo rentista, têm como contrapartida a apropriação do tempo social das mulheres no trabalho doméstico não remunerado e de cuidados que constitui, a nosso ver, parte do fundo público que maneja o Estado capitalista-patriarcal-racista periférico.

As crises sanitárias, como a que estamos agora vivenciando de maneira dramática com pandemia de COVID-19, revelam isto com toda a sua perversidade. Entretanto, neste momento, a crise sanitária é, no fundo, uma crise da forma de organização social e das possibilidades do viver: o que a realidade revela, globalmente, é que não se poderá conter a pandemia sem conter o capitalismo e a apropriação desenfreada dos recursos públicos para os interesses do capital, o desapossamento dos territórios e comuns, o descarte das populações, o desmonte do investimento social dos Estados e seus sistemas de proteção social, a superexploração que desgasta e descarta corpos, a conversão de pessoas em mercadorias força de trabalho sem direito mínimo de proteção e uma forma de organização social que admite – e no caso da extrema direita defende – o descarte de grupos sociais e populações inteiras seja pela violência do Estado, pelo encarceramento, pelas doenças devastadoras.

Neste momento, vivemos de fato uma crise civilizatória e o que se mostra, no movimento do real e nas angústias profundas que nos atravessam, é aquilo que os movimentos feministas de matriz marxista há muito denunciam: a organização baseada no capital se coloca em conflito não somente com o trabalho, mas com a própria vida.

Este contexto de crise avassaladora na qual a humanidade está profundamente ameaçada na própria capacidade de viver e de sobreviver em condições de confinamento que afetam as dimensões objetivas e subjetivas da sua capacidade de resistência e resiliência, a perspectiva materialista nos possibilita não só uma análise do contexto no qual os acontecimentos atuais se realizam e dos fenômenos em curso, mas também as causas que nos levaram a esta trágica experiência que estamos vivenciando. A desigualdade como resultado de relações sociais de exploração e dominação e a centralidade do trabalho na organização da vida social e da economia, tratada do ponto de vista liberal como algo em si mesmo, e na perspectiva materialista como dimensão da organização da vida social e do poder político, se tornam cada vez mais evidentes neste momento. As causas da tragédia atual não podem ser tratadas se não consideramos as devastações causadas pelas políticas neoliberais em curso nestas últimas décadas, que aprofundaram os processos de acumulação do capital em detrimento da vida humana, da preservação da natureza e do planeta como um todo. Os processos de superexploração, desapossamento, destruição dos direitos sociais e políticas públicas redistributivas e de bem-estar, de desqualificação e enfraquecimento da democracia, como valor, e desprovida de conteúdo, para garantir ação do Estado voltada para a repressão e garantia das relações de exploração e dominação, para responder às exigências dos capitalistas,

são as causas que organizam a forma de vida precária para a maioria da população, formada de trabalhadores e trabalhadoras em condições de abandono social, no caso do Brasil majoritariamente formado pela população negra.

O neoliberalismo como expressão da etapa atual do sistema capitalista, patriarcal e racista, tem como uma das suas premissas a proposição de que há vidas que contam e há vidas que não contam. E isto se revela em sua extrema contundência no atual contexto.

Para nós feministas materialistas que a partir da visão marxiana da centralidade do trabalho e do seu corolário, a classe trabalhadora, que aprofundamos sua configuração como trabalho produtivo e reprodutivo e colocamos a vida cotidiana como uma dimensão central da organização da vida social e da materialização concreta das relações de desigualdade, a luta política se faz em duas dimensões de temporalidade dialeticamente relacionadas: a curto prazo, que neste momento ganha uma dimensão de urgência incontornável para manter a vida de todos e todas; e a dimensão de médio e longo prazos, que exige resistência, acumulação de forças, produção de conhecimento crítico e uma acirrada disputa no campo da análise e da interpretação da realidade e dos processos políticos. Isso nos leva a pensar a democracia não só como um sistema político, mas também como uma forma de organização da vida social baseada na ideia do comum e da igualdade como partilha permanente e dimensão central da liberdade, na qual os laços de solidariedade social se teçam cada vez mais como forma de vida generosa e, portanto, como dimensão ética, atravessando as várias dimensões do tempo.

Como Rosa Luxemburgo nos alertou baseada em Marx, o capitalismo não tem fronteiras e isso nos remete a relação entre a luta na nossa própria aldeia e sua relação como a luta mundial, por todos os povos e a preservação da vida humana e de todos sistemas vivos do planeta. A luta, portanto, é de todo dia e em todo lugar e, como também afirmou Marx, a organização política é o nosso caminho e meio para enfrentar e confrontar esse sistema, na trilha e na busca da transformação social.

Referências

ÁVILA, Maria Betânia. Nas veredas do feminismo materialista. In: **Teorias em Movimento. Reflexões feministas na Articulação Feminista Marcosul**. Ed. SOS Corpo, 2019, pp. 177-209.

ÁVILA, Maria Betânia. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

BENELLI, Natalie *et al.*. Les approches postcoloniales: apports pour un féminisme antiraciste. In: **Nouvelles Questions Féministes**, 2006/3 (Vol. 25), p. 4-12. DOI 10.3917/nqf.253.0004

BIDET-MORDREL, Annie, GALERAND, Elsa, KERGOAT, Danièle. Analyse critique et féminismes matérialistes. Travail, sexualité(s), culture (Introduction). In: BIDET-MORDREL, GALERAND, Elsa et KERGOAT, Danièle. **Analyse critique et féminismes matérialistes**. Cahiers du Genre, Hors série. Paris: L'Harmattan, 2016.

BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2012.

CURIEL, Ochy e FALQUET, Jules. Introdução. In: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maíra. **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**. Recife: SOS Corpo, 2014, pp. 07-26.

DAVIS, Ângela. **Mulher, raça e classe**. Trad. Livre. Plataforma Gueto. 2013. Disponível em: < <http://afroteca.blogspot.com.br/2013/12/mulher-raca-e-genero-livro.html>>. Acesso em: 09/09/2017.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº17. Brasília: 2015, pp. 99-119.

DUZENAT, Xavier. La sociologie des rapports sociaux de sexe: une lecture féministe et matérialiste des rapports hommes/femmes. In: BIDET-MORDREL, Annie, GALERAND, Elsa et KERGOAT, Danièle. **Analyse critique et féminismes matérialistes**. Cahiers du Genre, Hors série. Paris: L'Harmattan, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FALQUET, Jules. La combinatoire *straight*. Race, classe, sexe et économie politique: analyses matérialistes et décoloniales. In: BIDET-MORDREL, Annie, GALERAND, Elsa et KERGOAT, Danièle. **Analyse critique et féminismes matérialistes**. Cahiers du Genre, Hors série. Paris: L'Harmattan, 2016.

FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento político e como teoria política. In: **Cadernos de Crítica Feminista**, Ano VI, nº5. Recife: Edições SOS Corpo, 2012, 8-31.

FALQUET, Jules. The Traffic in Women 2.0: de la economía política de la (hetero)sexualidad a la combinatoria straight. In: Bidet, Annie, Galerand, Elsa, Kergoat, Danièle (org.). **Cahiers du Genre**, nº especial "Actualidad del feminismo materialista". 2016.

FEDERICI, Silvia. La reproducción de la fuerza de trabajo en la economía global y la inacabada revolución femenina. In: FEDERICI, Silvia. **La inacabada revolución**

feminista: mujeres, reproducción social y lucha por la común. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2013, p. 23-46.

FERREIRA, Verônica. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências.** Tese de Doutorado. Recife: Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2017.

FERREIRA, Verônica. **Feminismo Lésbico: experiência, teoria e ação política.** In: **Teorias em Movimento. Reflexões feministas na Articulação Feminista Marcosul.** Ed. SOS Corpo, 2019 pp. 281-295

GIMENEZ, Martha E. Le Capitalisme et l'oppression des femmes: pour un retour à Marx. In; Les rapports sociaux de sexe. **Actuel Marx**, No 30, Deuxième semestre, 2001, Presses Universitaires de France, Paris.

GUILLAUMIN, Colette. Femmes et théories de la société: remarques sur les effets théoriques de la colère des opprimées. **Sociologie et sociétés**, vol 13, no. 2, 1981. Disponível em <https://www.erudit.org/fr/revues/socsoc/1981-v13-n2-socsoc110/001321ar/>. Consulta realizada em 05 de abril de 2020.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Máira. **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas.** Recife: SOS Corpo, 2014, p. 27-99.

HARTMANN, Heidi. O casamento infeliz do marxismo com o feminismo: por uma união mais progressista. In: SARGENT (Org.). **Women and Revolution.** Boston: South and Press, 1981. Versão traduzida pelo SOS Corpo.

JACKSON, Stevi. Pourquoi un féminisme matérialiste est (encore) possible – et nécessaire. In: **Nouvelles Questions Féministes.** 2009/3 (Vol. 28), p. 16-33. DOI 10.3917/nqf.283.0016

KERGOAT, Danièle. **Se battre, disent-elles...** Paris: La Dispute, 2012.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos – CEBRAP**, n. 86. São Paulo, Mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002010000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22/11/2016.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos – CEBRAP**, n. 86. São Paulo, Mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002010000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22/11/2016.

LOVELL, Terry. Teoria social feminista. In: TURNER, Bryan S. **Teoria social.** Algés, Portugal: Difel, 1996.

LUGONES, María. **Colonialidad y género.** In: Tabula Rasa, n. 9. Bogotá: Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, 2008, p. 73-101.

- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, 22(3); 935-952. Florianópolis: setembro-dezembro, 2014.
- MACKINTOSH, Maureen. Gender and economics: The sexual division of labour and the subordination of women. In: YOUNG, Kate; WOLKOWITZ, Carol and MCCULLAGH, Roslyn. **Of marriage and the market: Women's subordination internationally and its lessons**. London, England: Routledge, 1984. p. 3-17.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MATHIEU, Nicole-Claude. Identidade sexual/sexuada/de sexo? Três modos de conceituação da relação entre sexo e gênero. In: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maíra. **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 175-222.
- MATHIEU, Nicole-Claude. Identidade sexual/sexuada/de sexo? Três modos de conceituação da relação entre sexo e gênero. In: FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maíra. **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 175-222.
- MITCHEL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, a. 3, n. 14, jul. 1967. p. 5-41.
- SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B.. **Emprego doméstico e capitalismo**. Rio de Janeiro, Avenir Editora Limitada, 1979.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- WALBY, Sylvia. **Theorizing Patriarchy**. Oxford: Blackwell, 1997.
- WITTIG, Monique. **La pensée straight**. Éditions Amsterdam, Paris, 2018.

Breve História do Feminismo Marxista

Maria Lygia Quartim de Moraes*

Ao longo da história humana as mulheres foram perseguidas e sofreram todos os tipos de violência quando tentaram se rebelar contra a opressão patriarcal. O confinamento na família e as restrições que sofriam com respeito à educação, participação política e direitos sociais impediam que se organizassem coletivamente. No século XVIII o iluminismo exerceu uma influência teórica e política sem precedentes na Europa. A revolução Francesa, com seus ideias de liberdade, igualdade e fraternidade impulsionou o movimento abolicionista e abriu um espaço para as mulheres reivindicarem também seus direitos de cidadania. Mas foi preciso o desenvolvimento do capitalismo e o rompimento com as antigas formas de produzir para que milhares de pessoas fossem transformadas em força de trabalho a ser vendida no mercado. Homens, mulheres e crianças eram explorados de uma maneira brutal em ambientes de trabalho insalubres, jornadas de trabalho de 16 horas ou mais, salários miseráveis.

Os socialismos dos séculos XIX e XX desenvolvem-se como denúncia dessa opressão e propostas de novas sociedades. Mas só o marxismo conseguiu formular uma teoria sobre a História e sobre a lógica do modo de produção capitalista que permanecem válidas até hoje. O que o marxismo nos mostra é a dinâmica da luta de classes que se inicia a partir do momento em que os homens passam a ver as mulheres como sua propriedade privada. Karl Marx afirma que a primeira forma da opressão de classes foi a dos homens sobre as mulheres. Na *Ideologia alemã*, de 1846, a instituição da família aparece como um dos momentos de passagem para a sociedade de classes. Esta hierarquização processa-se no interior do próprio processo de trabalho, pois o germe da propriedade privada reside na família, onde a mulher e as crianças são escravas do homem. No *Manifesto Comunista*, de 1848, Marx e Engels (1965, p. 178) reafirmam a mesma identidade entre a opressão da mulher, família e propriedade privada, preconizando a abolição da família como meta dos comunistas.

* Professora do Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Professora visitante da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)/Campus Baixada Santista. Correio eletrônico: maria_quartim@uol.com.br.

Pode-se bem imaginar o impacto que a afirmação da historicidade das instituições humanas numa época em que a família era vista como entidade universal e imutável. Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, a condição social da mulher ganha um relevo especial, pois a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes (ENGELS, 1977). O marxismo forneceu as armas teóricas e a compreensão crítica da sociedade indispensáveis para a argumentação do feminismo radical dos anos 1970.

No entanto, as maiores contribuições ao feminismo não decorrem exclusivamente da teoria da luta de classes, mas da militância de marxistas como Clara Zetkin, uma das mais extraordinárias militantes socialistas da história da Alemanha e figura chave na luta pelos direitos das trabalhadoras, que eram discriminadas não somente pelos patrões, mas, muitas vezes, por seus próprios companheiros de classe. Em 1864, as mulheres não puderam participar da recém-criada Associação Internacional dos Trabalhadores, também conhecida como Primeira Internacional, que reunia trabalhadores das mais variadas matizes políticas, incluindo marxistas, anarquistas, além de sindicalistas.

A história da organização das mulheres operárias e socialistas é também a história da incansável militância de Clara. Ela centrou seus esforços na educação política das mulheres operárias. Desde muito cedo participou da social-democracia alemã, então uma organização de esquerda, tendo chegado a ser eleita secretária internacional. A partir de 1895, foi membro da comissão executiva do Partido Social Alemão, militando na sua ala esquerda. Participou ativamente dos Sindicatos dos livreiros de Stuttgart e dos Alfaiates e costureiras. Neste último, foi eleita secretária internacional em 1896 não obstante o fato de as mulheres serem proibidas de participar de sindicatos na Alemanha. Somente em 1902 as mulheres adquiriram direitos políticos nesse país.

A partir desse momento, as organizações de defesa dos direitos das trabalhadoras multiplicam-se e, em agosto de 1907, 58 delegadas de várias associações e sindicatos de trabalhadoras de 15 países participam do Primeiro Congresso Internacional de Mulheres Socialistas em Stuttgart. Decidem então criar um secretariado fixo nessa cidade, elegendo Clara como secretária geral. O jornal *Igualdade*, que Clara fundara em 1892, passa a ser o órgão oficial do Comitê Internacional das Mulheres Socialistas e em 1914 já tinha 125 mil assinantes. No jornal, ela expunha suas ideias

sobre a mulher, o homem e a educação das crianças. Em seus artigos, Clara enfatiza a importância da mudança de mentalidades, pois a situação inferiorizada da mulher decorria de sua condição social e não de sua natureza biológica. Os muros da casa mais prendem do que protegem a mulher, diz em um de seus artigos.

Em 1910, foi realizado a Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em conjunção com o Congresso Mundial Socialista, em Copenhague. Nessa conferência aprovou-se a proposta feita por Clara, em parceria com sua grande amiga Rosa de Luxemburgo, da criação do dia internacional da mulher trabalhadora a ser comemorado todo ano no mês de março.

O patriarcado como estrutura de dominação

A opressão das mulheres é a primeira forma de dominação em termos históricos e permanece, mantida pela força do que chamaremos, sem maiores definições, de “patriarcado”. Atua principalmente na subjetividade, dado que a cultura na qual somos criadas nos ensina que Deus é do gênero masculino assim como a própria língua utiliza o masculino como referente da humanidade. O modelo dominante de masculinidade estimula a agressividade, a competitividade e o domínio sobre as mulheres.

A promessa de que o patriarcalismo seria sepultado junto com o capitalismo mostrou ser totalmente fantasiosa. Basta lembrar o exemplo dos direitos políticos e sociais conquistados pelas mulheres na revolução russa de 1917, por inspiração de Alexandra Kollontai que preconiza uma forma superior de relação entre os sexos e a socialização das tarefas domésticas de maneira que as mulheres pudessem participar da produção econômica e ganhar autonomia financeira. Essas reformas esbarraram na ignorância de uma população majoritariamente rural, submetida a séculos a uma igreja ortodoxa reacionária e acostumada à violência familiar.

Mas os problemas do chamado socialismo real não foram exclusivamente oriundos de sua dificuldade em entender a importância da dimensão subjetiva e do nível cultural de uma população. Os partidos comunistas e socialistas europeus, que tinham saído fortalecidos nos pós segunda guerra mundial, não se opuseram como deviam à falta de democracia do chamado socialismo real e tampouco compreenderam a importância dos novos movimentos sociais de esquerda, como as revoltas da juventude universitária nos anos 1965/75; o movimento pelos direitos civis dos negros nos USA e, por fim, mas não por último, a revolução feminista.

Talvez a palavra revolução pareça forte demais por trazer em si a ideia da tomada de poder pelas armas. Mas essa é uma revolução que se faz na subjetividade, nas relações pessoais, na busca de autonomia razão pela qual prescinde das armas e exige tempo. Assim, a marca diferencial do feminismo marxista é seu anticapitalismo radical bem como a concordância com o princípio marxista de que, até hoje, a história da humanidade tem sido a história da luta de classes, dos oprimidos contra os opressores.

Em contraposição a um marxismo estreito, o feminismo marxista recupera a afirmação de Marx e Engels de que a primeira forma de opressão de classe foi a dos homens contra as mulheres. E também se opõe às correntes políticas que ainda defendem a ideia de uma revolução socialista (entendida como tomada do poder de Estado e socialização dos meios de produção) resolverá de per si as demais formas de opressão. Na verdade, como os fatos comprovam eloquentemente, não é uma declaração formal que cria ex nihil o “novo homem socialista”. Nem o patriarcado desaparece automaticamente com a socialização dos meios de produção, nem o racismo é superado por decreto.

Na medida em que o patriarcalismo é estrutural, vale dizer, molda toda as instituições sociais de maneira que a justiça, a religião e a cultura em geral são correias de transmissão de um modelo de mulher submissa ao homem, não importa maneira pela qual se doire a pílula. O feminismo também rechaça o princípio do “realismo político” que preconiza que os meios justificam os fins. Mas os meios não justificam os fins na medida em que os meios definem os fins. Não é comprando voto de deputados corruptos nem usando de caixa dois que vamos avançar na educação política de nosso povo, como ocorreu recentemente sob a batuta do partido que não faz autocrítica.

No Brasil, o feminismo surgiu principalmente no bojo da luta contra a ditadura, lutando pelo conjunto de liberdades (de expressão, de organização política, de direitos sociais, etc.) reunidas sob o título de liberdades democráticas. Ao longo do processo de democratização, as feministas pioneiras dos anos 70 militavam em várias frentes, mas tinham pouco apoio para suas reivindicações específicas, entre elas a que mais tem sido objeto de ataque, atualmente, que é a questão do direito de decidir sobre o próprio corpo.

Em 1975, ano que marca a década da mulher da ONU, em uma confluência protagonizada por Paulo Evaristo Arns, homem de uma coragem incrível, a imprensa alternativa e os trabalhos de base, feministas brasileiras começam a atuar publicamente

e a organizar encontros mais amplos de mulheres. É importante lembrar que foram as mulheres as primeiras a levantarem a bandeira da anistia, com o Movimento Feminino pela Anistia, criado por Terezinha Zerbini, em 1975, em São Paulo. Esse foi o ano de criação do jornal *Brasil Mulher*, ligado ao movimento pela anistia a que se seguiu o *Nós Mulheres*, o primeiro grupo a assumir-se como feminista.

As feministas assumiram a liderança do movimento de mulheres, propondo reuniões, congressos e manifestações de rua. Havia uma enorme solidariedade e o apoio de artistas e intelectuais. Assim, Elis Regina ajudou a financiar o primeiro número do *Nós Mulheres* e Ruth Escobar, além de abrir as portas de seu teatro para as nossas manifestações, foi a idealizadora de várias intervenções performáticas. Por ocasião do julgamento do assassinato da Ângela Diniz (1976), as manifestantes foram vestidas de preto com matracas. Em 1978, o Primeiro Congresso da Mulher Paulista, realizado no teatro Ruth Escobar, reuniu mais de mil mulheres. E quando se tratou das eleições de 1982, as feministas participaram ativamente, tanto na campanha de André Franco Montoro, que venceu, como na de Lula, no recém-criado Partido dos Trabalhadores.

Montoro era extremamente receptivo às reivindicações dos movimentos de mulheres e, uma vez vitorioso, cumpriu com suas promessas. Seu governo criou o primeiro Conselho da Condição Feminina do país, em 1983, inspirado no similar francês. Esse é o ponto de inflexão, que abre um campo de atuação dentro do aparelho de Estado, criando, em várias cidades do Brasil, delegacias especiais para mulheres, serviços de atendimento às vítimas de violência e programas de saúde das mulheres. Em 1985, São Paulo recebia a primeira Delegacia de Defesa da Mulher do país. A criação da delegacia especial veio após reclamações de mulheres sobre o atendimento prestado em delegacias de polícia comuns, onde geralmente eram ouvidas por homens e, na maior parte das vezes, submetidas a outras formas de violência. Na verdade, a finalidade da delegacia era receber vítimas de violências físicas e sexuais cometidas por desconhecidos, com o intuito de dar um atendimento mais humanizado e acolhedor. O que se revelou foi aquilo apontado pelas estatísticas: a maior parte mulheres eram agredidas pelos próprios companheiros.

As feministas também estiveram presentes nas mudanças na legislação brasileira, com emendas para a mudança do Código da Família, que foram incorporadas pela Constituição de 1988. O código anterior dizia: na família o homem é o chefe e a mulher sua melhor auxiliar. O homem decidia tudo. A mulher não podia nem mesmo manter seu nome de solteira. E, apesar dessas conquistas, somente com a aprovação em

2006 do novo Código de Direito Civil foi abolida essa aberração, que era o direito do homem de devolver a mulher, até dez dias depois do casamento, se descobrir que ela não era mais virgem.

É indiscutível que muitas foram as conquistas jurídicas e os avanços na proteção dos direitos das mulheres nesses anos de governo Montoro. Mas muitas outras conquistas foram adiadas, especialmente as referentes aos direitos reprodutivos, em especial ao aborto. Na verdade, em todos aqueles pontos em que as igrejas (católica e mais recentemente as evangélicas) se opunham e se opõem, as mulheres sofreram graves derrotas. Basta lembrar que o divórcio só foi instituído pela imposição do ditador Ernesto Geisel, protestante e com especial birra da igreja católica.

Cabe, portanto, indagar: afinal, o que foi feito de nossas conquistas?

O machismo é uma ideologia, uma forma de ser, um conjunto de pensamentos conservadores, carregado de preconceitos. Se a ideia da supremacia dos homens favorece especialmente ao gênero masculino, a verdade é que as mulheres continuam a ser muito machistas. Elas ainda educam os filhos homens como se tivessem direito a privilégios. Essa transmissão da ideologia machista e conservadora é reforçada por outra característica brasileira que é o jeitinho. Depois de anos, séculos, da Igreja Católica proclamando que o casamento é indissolúvel e do Estado só proibindo o divórcio, aqueles e aquelas que queriam refazer suas vidas amorosas passavam a viver juntas ou se casando no Uruguai. O que fazer com as crianças nascidas fora do casamento legal? Deveriam ser ilegítimos, como em muitos países? A política de reconhecimento de direitos das crianças, com a entrada em vigor do ECA, em 1990, permitiu que a questão da ilegitimidade fosse superada e o resultado da demora no direito ao divórcio é que nós, brasileiras e brasileiros, cada vez mais preferimos as uniões estáveis ao casamento no civil ou religioso. Cerca de um terço dos casais vive hoje em união estável, segundo os dados do IBGE. Essa é uma das formas em que o jeitinho brasileiro acabou criando um novo *modus vivendi*...

No tocante ao aborto, temos o exemplo da França, que podia condenar à pena de morte para as “aborteiras” e prisão para quem abortasse. Mas em 1971, quando houve um julgamento com mulher que tinha abortado, cerca de trezentas mulheres conhecidas do público, escritoras e atrizes, como Catherine Deneuve, Simone de Beauvoir, mesmo que não tivessem abortado, assinaram um manifesto dizendo “Eu também abortei”. Três

anos depois, saiu a lei do aborto na França. Na Itália, aonde se situa o Vaticano, o divórcio existe desde 1970 e o aborto a partir de 1978.

No Brasil, a proibição da interrupção voluntária da gravidez além de demonstrar o atrelamento do poder civil aos preconceitos religiosos, é também uma questão social. Enquanto a classe média e alta pode pagar um aborto seguro, as piores condições de clandestinidade matam as mulheres mais pobres. Em outras palavras, o machismo brasileiro afeta especialmente as mulheres pobres.

Para saber o que foi feito de nossas conquistas e o que explica o retrocesso em muitas delas, temos de analisar, inicialmente, o destino dos conselhos da condição feminina, pois é neles que se evidencia o atrelamento de todos os órgãos públicos ao partido ou partidos no poder. Depois de Montoro, as políticas para a mulher passaram a ser cada vez mais inócuas e os cargos ocupados por afiliadas políticas. Em São Paulo, sob o domínio da ala mais conservadora do PSDB, os resultados são desastrosos. Nem mesmo as delegacias de atendimento para as mulheres escapam desse desmonte. A maior parte das ONGs também reproduziu um corpo de profissionais em que o feminismo passou a ser um meio de ganhar a vida.

O que não significa dizer que o feminismo perdeu força. Ao contrário, as mulheres estão mais ativas do que nunca. E sempre que falo dos feminismos gosto de lembrar que se as palavras movem, os exemplos arrastam. Minha geração foi arrebatada pelo exemplo de Leila Diniz (1945-1972). Apesar da ditadura militar, seu modo de vida e sua liberdade foram um exemplo para nós, assim como suas escolhas amorosas: a gravidez fora do casamento (e o conseqüente rompimento com o estigma da mãe solteira) e a fotografia grávida de biquíni, numa exaltação erótica do corpo da mulher grávida, em direta oposição à ceticidade da época.

Hoje, existe uma nova geração de jovens brasileiras que utilizam blogs e fanzines, organizam grupos de protesto pontuais, como esse da resistência ao assédio no metrô e saem às ruas para protestar contra os estupros e outras formas de violência contra a mulher.

A potência dos feminismos

O feminismo é hoje um dos movimentos mais amplo e radical atuando em várias partes do mundo. Não estou falando do feminismo burocratizado, que se incrusta no aparelho de Estado, nem do feminismo liberal que não questiona a opressão das classes

trabalhadoras. Ao longo da História as mulheres têm se destacado na defesa dos direitos humanos e na denúncia ao terrorismo de Estado. O movimento das mães (e avós) da praça de maio na Argentina é um exemplo eloquente, assim como a luta pela liberalização do aborto nesse país. O feminismo por sua própria natureza é pacifista e solidário com todas e todos os oprimidos. A grande força do movimento feminista negro reside exatamente no fato de se trata da opressão combinada de classe, de gênero e de cor.

Infelizmente as várias tendências e partidos de esquerda não souberam defender a importância do Estado Laico na medida em que abandonaram as populações da periferia ao poder paralelo do tráfico e das milícias. É porque a República não cumpriu seu papel na educação, saúde e segurança que os grupos religiosos se transformaram em uma alternativa de proteção real ou imaginária. O conservadorismo e moralismo desses religiosos os tornaram aliados preferenciais dos governos de extrema direita. Quantas mulheres, homens e famílias pobres não votaram em Bolsonaro por apoiarem um paladino da moral conservadora, sem se darem conta de que o verdadeiro projeto do bolsonarismo é atacar direitos sociais e trabalhistas duramente conquistados? Mas são pessoas submetidas ideologicamente ao conservadorismo religioso. Pessoas que foram deixadas de lado pelos governos populistas de esquerda que acreditando que algumas benesses concedidas iriam garantir o voto nesses partidos. O chamado trabalho de base foi deixado de lado abrindo espaços para a pregação evangélica. Os grupos religiosos têm ocupado esse papel de proteção às populações que vivem em favelas dominadas pelo tráfico e pelas poderosas milícias que funcionam já com os poderes de um Estado paralelo.

Os feminismos e as feministas de hoje estão presentes em todos os movimentos progressistas, inovando em termos de práticas políticas feministas, fugindo do esquema habitual do carro de som e alguém berrando num microfone. Suas intervenções nascem de questões e demandas imediatas, mas que encontram ecos em mulheres de várias partes do mundo. O dia 25 de novembro é comemorado internacionalmente em memória das três irmãs Mirabal. Defensoras da democracia e dos direitos humanos, militavam contra a ditadura de Rafael Trujillo na República de São Domingos. Patria, Minerva e Maria Isabel, capturadas pela polícia quando foram visitar seus maridos na prisão política, foram torturadas e mortas em 1960. Em 1999, a ONU reconheceu o dia 25 de novembro como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres.

Em novembro de 2019, em comemoração à data e como denúncia atualizada da violência de gênero, o grupo feminista chileno Las Tesis, realizou uma grande performance em Valparaíso sob o título de *Un violador en tu camino*. O texto da denúncia apoia-se nos escritos feministas da antropóloga argentina radicada no Brasil (professora da UNB) Rita Laura Segato (1951) e a performance conheceu um sucesso imediato e foi replicado em várias partes do mundo.

Judith Butler observa com toda a razão que as feministas do Norte têm muito a aprender com suas companheiras do Sul. As manifestações feministas na Argentina, Chile e Colômbia testemunham a potência do feminismo radical, um dos mais importantes movimentos sociais da atualidade. Chegou o momento de os homens aderirem ao feminismo e abrirem mão de seus privilégios de sexo. Nenhuma transformação socialista poderá merecer esse nome se não incluir as reivindicações e os movimentos feministas.

Referências:

ENGELS, Friedrich. *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo, Ed. Civilização Brasileira, 1977.

MARX, Karl. *Oeuvres*. Paris, Pléiade, 1965.

Desafios ao marxismo e ao feminismo emancipacionista em tempos de barbárie neoliberal

Mary Garcia Castro*

Declaração de Intenções

Estas notas atendem a convite para integrar o “Dossiê: Os desafios do feminismo marxista na atualidade”, mas não necessariamente seguem na íntegra o roteiro de questões propostas.⁶⁰

Embora consideremos tais questões pertinentes, alinhamo-nos a outro percurso. Sem necessariamente desenvolver a fundo, focalizamos questões que informam as propostas (ver nota 57). Referimo-nos, em uma primeira parte, a desafios ao marxismo hoje, ainda que alguns não sejam tão novos. Disputas que se traduzem em pressões para correntes que decolam de um marxismo renovado por análises materialistas destes tempos, como o feminismo emancipacionista.

Uma perspectiva feminista marxista emancipacionista se distingue de outros feminismos, pela concepção de que emancipação política, ou a possível nos limites do capitalismo, há que ser trilhada sem perder de vista investimentos na emancipação humana, e que essas se entrelaçam. O debate sobre emancipação política e emancipação humana é constituinte basilar dos escritos de Marx e aqui referido de forma

* PhD em Sociologia. Professora aposentada pela UFBA; professora visitante no PPGSA/IFICS/UFRJ; pesquisadora na FLACSO-Brasil; e membro da União Brasileira de Mulheres e do PCdoB. Correio eletrônico: castromg@uol.com.br. As ideias deste texto não necessariamente se alinham a posições das instituições mencionadas.

60 Questões norteadoras propostas pelos editores: “1) Qual é especificidade do feminismo marxista? É possível falar em feminismos marxistas?; 2) Quais são os pontos de proximidade e contradição do feminismo marxista com as demais correntes feministas, sejam as anticapitalistas ou as burguesas liberais?; 3) O que se vislumbra na conjuntura atual da luta feminista diante da ofensiva do conservadorismo moral?; 4) Qual papel podem desempenhar as feministas na luta contra o governo Bolsonaro e sua base de apoio?; 5) Quais são as possibilidades e as dificuldades para a luta feminista se converter num movimento popular massivo no Brasil?”

simplificada, mas é um desafio fundamental para a compreensão e exercício do poder/saber/resistir-e-transformar.

Lutas por direitos humanos de mulheres e de grupos LGBTTQ+ por políticas e campanhas, são consideradas necessárias, mas não suficientes, já que uma perspectiva feminista emancipacionista é modelada em orientação socialista, o que pede educação e prática política e estratégias além de eventos, verbo e boa intenção.⁶¹

Diferentemente de outros feminismos, um feminismo emancipacionista aposta na importância de um partido político de corte marxista-leninista, mas que seja classista, anti-patriarcal, inclusive no que concerne às relações sociosexuais no partido e questões postas pelos movimentos LGBTQ+, e consciente da importância estrutural da raça. Portanto, interpela homens e mulheres e implica implodir o partido quanto a vieses em relação aos nortes citados e mais debates sobre projetos de nação, ou questões tidas como macro, ou não “questões de mulher”. Adianto que tal perspectiva é projeto.

Tal perspectiva comparte como as outras correntes do feminismo, como os que aqui mais focalizo, ou seja, o “feminismo para os 99%” e os de perspectiva decolonial, também preocupadas com a vida material e subjetividades de mulheres, em especial de setores populares, o que aponta para a necessidade de investimento em cidadania ativa, portanto, em educação política⁶² crítica a investidas fundamentalistas, seduções individualistas e pelo consumo. A perspectiva feminista socialista emancipacionista insiste que tais dimensões pedem radicalidade:

Do ponto de vista marxista sobre a questão do gênero, surge o feminismo emancipacionista, que visa a tão somente puxar o fio da radicalidade até o patamar da transformação da sociedade e continuar puxando até o processo de construção de uma nova, em todas as suas etapas, enquanto

61 A relação entre emancipação política e emancipação humana é construção nuclear no marxismo e conta com vasta literatura. Sobre tal equação e gênero, ver, entre outros: Valadares (2007), Saffioti (2007) e a vasta literatura dessa autora. A corrente do feminismo emancipacionista vem sendo divulgada no Brasil pela União Brasileira de Mulheres -Revista Presença da Mulher. Ver: Almeida Filho (2006) e outros artigos nessa revista, de outros autores, como Ana Rocha; Clara Araújo; Eline Jonas; Olívia Rangel; Liêge Rocha; Fátima Oliveira e Jô Moraes. Ver também teses de congressos do PCdoB.

62 Cidadania ativa e educação política seriam conceitos entrelaçados no repertório reflexivo de Benevides (1991, p. 194), em seu magistral trabalho sobre a formação da democracia no Brasil: “A introdução do princípio da participação popular no governo da coisa pública é, sem dúvida, um remédio, contra a arraigada tradição oligárquica e patrimonialista; mas não é menos verdade que os costumes do povo, sua mentalidade, seus valores, se opõem à igualdade – não apenas a igualdade política, mas a própria igualdade de condições de vida. Os costumes, não há como negar, representam um grave obstáculo à legitimação dos instrumentos de participação popular. Daí sobrelevar-se a importância da educação política como condição inarredável para a cidadania ativa – numa sociedade republicana e democrática”.

persistir a força estrutural/cultural [ou dominação-exploração] da opressão de gênero (VALADARES apud SCHAEFFER, 2016).

O feminismo emancipacionista conta com uma vasta produção, inclusive no Brasil (ver nota 58) e respaldo em ações de base por movimento nacional acionado pela União Brasileira de Mulheres (UBM). Em relação ao governo Bolsonaro, a UBM junto com várias outras organizações tem colaborado para engrossar importantes manifestações virtuais e presenciais de protesto desde 2013, como em especial para o que vem destacando o movimento de mulheres nessas manifestações – objeto de outros artigos: a combinação de protestos contra atos do atual (des)governo que significam perda de direitos/conquistas históricas das mulheres, em distintas dimensões, como em direitos sexuais e reprodutivos e trabalho e críticas a limites do neoliberalismo, e por aí do sistema capitalista:

Defendemos que combinação dialética entre múltiplas referências, disputas discursivas e a criação de frentes, unidade na crítica ao Estado neoliberal, que no Brasil se modela por governo neofascista, tendo a rua como ponto de encontro viria caracterizando mobilizações feministas de protesto, questionando a histórica codificação do feminismo como, movimento identitário e o destacando como força estruturante na defesa da democracia. Temos mais que “uma onda no ar”.

Defende-se que tal manifestação (#Elenão de 29.9.2018) é parte de um processo histórico que vem em um crescendo, que toma múltiplas formas, de feminismos que cada vez mais conjugam o que se qualifica de maneira simplista de lutas “identitárias” ou específicas por direitos de mulheres e da população gay e com ênfase culturalista, com uma crítica sistêmica da economia política, enlaçando o material e o simbólico, quando o corpo fala, protesta por si, por muitos, por democracia (Butler, 2018).

Demonstra-se [no artigo] que há um cenário de diversas violências contra mulheres, em especial as negras e o povo gay e de precariedades, o que daria lastro para resistências e enfrentamentos contra uma ordem patriarcal de gênero (Saffioti, 2004) que se entrelaça com processos de desigualdades sociais que sustentam discriminações e avanços do neoliberalismo com conotações de barbárie.

[...]

A ocupação de espaços por vozes públicas plurais vem se gestando há algum tempo, não é necessariamente nova, mas hoje se destaca com a tomada da rua, o que não se alinha necessariamente às profecias autocumpridas de que os/as jovens não querem saber de política e que os/as que militam se concentram em grupos autonomistas, rejeitando engajamento em partidos e grupos político- partidários. Consideramos que de fato muitos feminismos se caracterizam por orientação de autonomia, mas que por outro lado coletivos feministas jovens, núcleos

LGBTQTQ+ e núcleos de entidades do movimento negro, relacionados a partidos à esquerda, viriam também se ampliando.

De singular no caso da mobilização de mulheres jovens na contemporaneidade (pós 2013), uma perspectiva que há algum tempo vem se gestando em alguns movimentos de mulheres, seria a combinação de reivindicações emancipadoras na micropolítica, tendo o corpo, as relações afetivas, o direito de não ter filhos ou de tê-los e por serviços de Estado de qualidade, em especial no campo da saúde e educação, bem como equidade quanto a rendimentos e oportunidades de trabalho, além de mais se investir contra diversos tipos de violências.

Mas se insiste, haveria algo mais se gestando no horizonte contemporâneo, o que bem ilustra o tom dos protestos de jovens mulheres em 2017 e 2018.

Com o golpe em 2016 e perda de direitos inclusive no plano da institucionalidade, ganha-se em radicalidade no movimento feminista, ou seja, perde força a orientação por políticas públicas e presença na maquinaria estatal, embora tal campo ainda seja bem temperado por ativismo, e mais se amplia o enfrentamento em relação ao governo, e questionamento de possibilidades de mudanças quanto aos quadros de desigualdades sociais, por classe, raça e gênero, nos limites do capitalismo.

Ganha força a biopolítica, que tem no corpo modelação para a resistência, o que, se insiste, não garante em si o epíteto de que tais movimentos quando gritam por direitos sexuais, seu corpo, sua etnicidade/raça, não questionam o Estado, e o estado de coisas da nação. (CASTRO E ABRAMOWAY, 2019)

Ilustra ideário da corrente marxista emancipacionista e estratégia de combate ao governo Bolsonaro, teses propostas para discussões pelo PCdoB visando a 3ª CNEM (Conferência Nacional para Emancipação das Mulheres) que está prevista para se realizar entre 22 e 24 de maio de 2020 (TESE: 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCDOB, 2020). Dos 65 artigos desse documento, mencionamos a seguir alguns, que dão porto para as intenções destas notas,⁶³ ou seja: a urgência de mais investir em debates de ideias no campo de feminismos anticapitalistas; ampliar redes para frentes amplas à esquerda; recorrer ao método materialista quanto ao trânsito entre o abstrato e o material/real, inclusive atento ao simbólico. Assim, haveria que mais investir em escutas, experiências de mulheres em múltiplas subalternidades, não somente quanto a necessidades e resistências, como também explorando desejos e formação de

63 Esta foi uma seleção oportunista que exclui inclusive questões centrais em teses do PCdoB, como a que suprimimos na tese 32, qual seja “A defesa do Projeto Nacional de Desenvolvimento é debate decisivo que aponta os caminhos para enfrentar e combater o retrocesso político, econômico e social de feições fascistas do atual desgoverno” considerando o debate de perspectivas feministas decoloniais e contribuições de formulações sobre o ‘bem viver’, direitos dos povos originais e relação ecologia e economia. O que neste texto tangenciamos, mas que, confessamos, nos entusiasma em especial em tempos de pandemia, quando há que se questionar que modo de vida se quer reproduzir e de quem.

subjetividades, dimensões que vêm sendo sequestradas por fundamentalismos, cultura “familista”, ou de uma família idealizada, heterossexual e baseada em divisões sexuais de poder/trabalho/prazer, e que vêm dando chão para o estigma de gênero como ideologia:

10-O governo Bolsonaro, que personificou a ascensão das forças de extrema direita, autoritárias na política, ultraliberais na economia e retrógradas nos costumes, vem impactando a vida do povo, em especial das mulheres, com perda de direitos, desmonte de políticas públicas e a propagação de um papel conservador para as mulheres.

[...]

14 – É um desafio atual o aprofundamento da compreensão do impacto desse contexto econômico na vida das brasileiras, as mudanças ocorridas para elas no mundo do trabalho e sua expressão na luta de ideias. Surgem novas manifestações do feminismo, inclusive anticapitalistas. Devemos ter presente que a elaboração marxista sempre levou em conta as diversas elaborações no campo das ciências, da cultura, e enfrentou polêmicas que ajudaram na elaboração revolucionária. Temos de olhar as diversas teorias feministas em debate na sociedade, como reflexo de fenômenos objetivos da realidade contemporânea.

[...]

16 – A negação teórica da visão identitária, fragmentária, não pode levar as(os) comunistas a negarem a existência de opressões específicas, que obstaculizam a emancipação pessoal e coletiva. A complexidade e a gravidade da crise capitalista, aprofunda a agenda conservadora, justamente para impedir a contestação ao capitalismo. A correlação classe, gênero e raça/etnia deve estar presente na construção da frente ampla para enfrentar o avanço do fascismo e a financeirização, para defender a democracia, a soberania, o desenvolvimento, e os direitos. Condenar todas as formas de discriminação e estimular a participação política e social das mulheres em todos os níveis na sociedade é tarefa de todos e todas.

[...]

32 – A defesa da democracia é base central de nossa luta, pela garantia de direitos das brasileiras conquistados e a conquistar. Contribuir para a construção da Frente Ampla contra o fascismo e a onda conservadora.

[...] A mobilização das mulheres é decisiva na construção da Frente Ampla e Democrática, atraindo todos os setores da sociedade que se indignam com o ataque a nossos direitos, na defesa da Constituição, dos trabalhadores e trabalhadoras, do povo e da nação. (TESE: 3ª CONFERENCIA NACIONAL DO PCdoB, 2020).

Faz-se necessário mais diálogos entre feminismos, que ainda que tenham o marxismo como fonte original, são críticos de construtos desse, como: o feminismo para os 99%; aquele com perspectiva decolonial; e algumas variações do feminismo negro em especial para estratégias em frente ampla contra a onda conservadora, a barbárie

neoliberal e sua formatação neofascista, no Brasil, com a gestão Bolsonaro. São desafios comuns a essas tendências: rompimento de desencantos políticos; a parálise do feminismo liberal que avançando em justas inversões por direitos das mulheres, se contenta em dar cara humana ao capitalismo ou com a presença de mulheres em instâncias da democracia representativa; ampliação de bases de escuta e presença, e estar juntas com mulheres diversas, acessando subjetividades e materialidade de vivências em subordinações

A nosso juízo, para tal frente e educação política importam mais conhecer construtos teóricos e projetos que informam o campo de feminismos à esquerda, conhecer o que pode unir e o que não pode, ou seja, fronteiras que pedem reconhecimento mútuo e que possivelmente peçam disputas mais incisivas a longo prazo mas que por agora não devem ser empecilhos para a urgente tarefa de enfrentar o neoliberalismo em sua fase de barbárie como cada vez mais se afirma a gestão Bolsonaro. Assim, em uma segunda parte desta matéria, refiro-me a algumas correntes feministas anticapitalistas com potencialidades para tal frente, além da corrente emancipacionista feminista mencionada e que de alguma forma a interpela.

Questões para o marxismo

Debates sobre o marxismo hoje focalizam questões, que incidem em modelagens feministas anticapitalistas, como as seguir comentadas:

Primeira: Quem seriam os sujeitos da luta de classe, ou se não seria mais pertinente hoje a referência a lutas de classes? Posição destacada em Losurdo (2015) e em autores da perspectiva decolonial ao discutir a importância de resistências de outros sujeitos que não o proletário, a importância da raça na formação da modernidade e “colonialidades do poder” – expressão de Aníbal Quijano (2000);

Segunda: A importância do resgate crítico do conceito de reprodução e dimensões dessa, como a da produção da força de trabalho e da vida. Conceito que segundo Federici (2017, p. 12) seria negligenciado nos trabalhos de Marx:

Os três tomos de “O Capital” foram escritos como se as atividades diárias que sustentam a reprodução da força de trabalho fossem de pouca importância para a classe capitalista, e como se os trabalhadores se reproduzissem no capitalismo simplesmente consumindo os bens comprados com o salário. Tais suposições ignoram não só o trabalho das

mulheres na preparação desses bens de consumo, mas o fato de que muitos dos bens consumidos pelos trabalhadores industriais – como açúcar, café e algodão – foram produzidos pelo trabalho escravo empregado, por exemplo, nas plantações de cana brasileiras.

Note-se que a incompatibilidade entre a gestão Bolsonaro e a reprodução da vida se põe a nu no momento que frente a uma pandemia, ele defende a economia em curso, negligenciando a vida, sua reprodução;

Terceira: O lugar do debate sobre raça e o que se entende como tal, tema tido como marginalizado no marxismo, o que dificulta alianças entre feminismos com relações com partidos de esquerda, como o feminismo emancipacionista, e o feminismo negro e aquele de perspectiva decolonial, empurrando vários jovens para posturas identitárias absolutistas;

Quarta: A relação entre o marxismo e os chamados novos movimentos sociais, em finais dos anos 1970, e hoje reanimada como enfrentamentos com políticas de identidade ou identitarismos, tidos como “desvios” da questão das classes e da luta anticapitalista, para alguns, e outros como força das identidades em políticas à esquerda, se não guetoizadas ou consideradas como a política. Alinhamo-nos à postura de Assad Haider, assim explicitada no prefácio de seu livro elaborado por Silvio Luiz de Almeida (2019, p 15):

Se o identitarismo é um problema para quaisquer pleitos emancipatórios, a recusa apriorística da identidade também o é... Tratar de identidade só serve para dividir a “classe trabalhadora” costumam afirmar. Uma classe trabalhadora coesa, indivisa e sem contradições só existe em abstrações mentais originadas de leituras quase evangélicas dos textos de Marx e Engels (cujos escritos partem da observação da classe trabalhadora real)

Feminismos à esquerda da esquerda

Ora, tais questões antes anunciadas inclusive são abordadas por autoras/es do campo de feminismos anticapitalistas, enriquecendo sua diversidade, mas com traduções próprias e específicas referências críticas à origem comum, ao marxismo, como o feminismo negro;⁶⁴ o feminismo para os 99%;⁶⁵ e o feminismo com perspectivas decoloniais.⁶⁶

64 Note-se que há autoras do feminismo negro que escapam de enfoques individualistas como, entre outras, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Suely Carneiro e Angela Davis.

Alerta-se que é temerário se referir ao feminismo negro de forma genérica. Este comporta uma diversidade de projetos. Contudo, é comum suas autoras compartilhem crítica ao que chamam de feminismo hegemônico, ou de matriz ocidental, por apelo deste a uma abstrata mulher universal, o que privilegiaria a mulher branca, heterossexual e de classe média e alta, não reconhecendo que as “mulheres de cor”, como por exemplo as negras, as indígenas e as imigrantes latinas, asiáticas e africanas nos EEUU não necessariamente viveriam o patriarcado – o poder do pai e da lei – e as relações sociais de gênero da mesma forma que aquela imaginada mulher, “universalizada”. Muitas vezes, como nas relações de trabalho doméstico remunerado, a repressora das “mulheres de cor” é uma mulher que mais se enquadra como sujeito no feminismo hegemônico. Também em diferentes autoras no feminismo negro, a crítica a formulações de autores marxistas pelo que se considera redução de vivências racializadas a uma também abstrata primazia à classe. Enfatiza-se a intersecção entre classe, raça e gênero, mas esse exercício também toma distintas modelagens. Não necessariamente todas de cunho radical ou com projetos revolucionários anticapitalistas, mais enfatizando “empoderamento” (COLLINS, 2019)⁶⁷ das mulheres negras. Mas, visibilizando vivências concretas, formas cotidianas de resistências e produções de conhecimento, na busca de agenciamentos por aquelas de regimes de “justiça social” (IBIDEM).

A interseccionalidade entre raça, gênero, classe e sexualidade, é tida como grande contribuição do feminismo negro para teorias feministas, mas também pede cuidados já que tal categoria comporta diferentes apreensões.

Kergoat (2010) é crítica do comum apelo funcionalista na armação de tal trilogia, não se dando conta da singularidade de cada categoria como processo histórico, inclusive com clivagens entre si, e pelo fato de, em muitas análises, serem usadas como

65 Ver: Arruza et al. (2019); Aruzza (2013).

66 Ver: Buarque de Hollanda (2020)

67 Patrícia Hill Collins é autora de projeção no feminismo negro, tanto nos EEUU como no Brasil. Segundo Collins (2019, p. 456): “Empoderar as mulheres negras implica revitalizar o feminismo negro estadunidense como projeto de justiça social organizado em torno de um objetivo duplo: empoderar as afro-americanas e promover a justiça social em um contexto transnacional. A ênfase do pensamento feminista negro na interação contínua entre a opressão das mulheres negras e o ativismo das mulheres negras mostra que a matriz de dominação e seus domínios inter-relacionados de poder são sensíveis à agência humana [...] Reconhecer que o mundo está em formação chama atenção para o fato de que cada uma e cada um de nós é responsável por transformá-lo. Também mostra que, embora o empoderamento individual seja fundamental, somente a ação coletiva pode produzir efetivamente as transformações institucionais duradouras que são necessárias para que tenhamos justiça social”.

posições individualizadas na sociedade, quando mais ênfase é dada à raça e ao gênero, minimizando classe como sistema.

Mereceria mais análises sobre o porquê de um movimento radical, ou seja, que interpelou limites do capitalismo para relações sociais não desiguais pautadas em classe, raça e gênero e que inclusive situou de forma pioneira o debate sobre a importância das identidades na luta política (anos 70, nos EEUU), mas em contexto crítico a absolutismos identitários, como o Coletivo Combahee River Collective, formado por mulheres negras, lésbicas e socialistas, não seja mencionado por autoras do feminismo negro, no Brasil, como o são outras autoras norte-americanas. A nosso juízo, este é um exemplo do afastamento do feminismo negro hoje do ideário socialista:

[...] ao colocar a identidade racial e sexual no tabuleiro, o Coletivo Combahee River jamais pretendeu fazer da identidade o único foco da política. Seu objetivo era demonstrar a complexidade da vida social e das lutas que se desenrolam no cotidiano (ALMEIDA, 2019, p 11).

O motivo do feminismo negro do Combahee ser tão potente é que ele é anticapitalista. Pode-se esperar que o feminismo negro seja antirracista e se oponha ao sexismo. Mas o anticapitalismo é que lhe dá radicalidade, a intensidade, a profundidade, o potencial revolucionário (Barbara Smith, membro fundadora do Coletivo apud HAIDER, 2019, p. 148).

Do feminismo para os 99%, destacamos como equacionam feminismo e marxismo e projetos:

O mundo de hoje é muito mais globalizado do que aquele de Marx e Engels, e as revoltas que o atravessam não estão, de forma alguma, restritas à Europa. Do mesmo modo, **nós encontramos conflitos em torno de nacionalidade, raça/etnicidade e religião, além daquele de classe.** Ao mesmo tempo, nosso mundo abrange discrepâncias desconhecidas para ele: **sexualidade, deficiências e ecologia; e suas lutas de gênero têm uma amplitude e uma intensidade que Marx e Engels dificilmente teriam imaginado.** Confrontadas como estamos, com um cenário político fraturado e heterogêneo, **não é tão fácil para nós imaginar uma força revolucionária unificada.**

Além disso, como chegamos depois, estamos mais conscientes do que Marx e Engels poderiam ter estado sobre as muitas maneiras pelas quais os movimentos emancipatórios podem dar errado. **A memória histórica que herdamos** inclui a degeneração da revolução bolchevique no Estado stalinista absolutista, a capitulação da social-democracia europeia ao nacionalismo e à guerra e a enorme quantidade de regimes autoritários estabelecidos após as lutas anticoloniais por todo o Sul global (ARRUZZA et al., 2019, p. 98). (Nós destacamos)

Como as outras correntes que pinçamos aqui, por seu corte anticapitalista, o feminismo para os 99% recusa que seja a economia a única arena de lutas, ressaltando: “a contradição ecológica”, que desestabilizaria “os hábitos que sustentam as comunidades e os ecossistemas que sustentam a vida”: “a contradição política”, priorizando o mercado e jogando instituições estatais de serviços em apêndices do capital; e “a contradição de reprodução social”.

Nos feminismos que consideramos como subsidiários de um marxismo renovado como os que estamos destacando, insistimos, questiona-se o que constitui a classe e o que vale como luta de classe. Rejeita-se a celebração neoliberal com a diversidade, e o reducionismo da classe trabalhadora quer a certas categorias de trabalhadores, quer a uma abstração:

Marx teorizou de forma memorável a classe trabalhadora como “classe universal”. O que ele quis dizer foi que, ao lutar para superar a própria exploração e a própria dominação, a classe trabalhadora também estava desafiando o sistema social que oprime a esmagadora maioria da população do mundo e com isso, fazendo avançar a causa da humanidade como tal. Seguidores e seguidoras de Marx, porém, nem sempre compreenderam que nem a classe trabalhadora nem a humanidade são uma entidade indiferenciada, homogênea, e que a universalidade não pode ser alcançada ignorando-se suas diferenças internas. (ARRUZZA et al., 2019, p. 103)

Em que pese a detalhada análise crítica do capitalismo hoje, quanto a males para as mulheres e homens comuns, os 99%, e se declararem por um socialismo não racista e não sexista, no seu “Manifesto”, a proposta tida como radical, com tal vetor, merece mais investimento, o que as autoras reconhecem. Defende-se como estratégia de mobilização massiva: a greve geral.

Note-se que essa linha vem sendo também defendida por movimento feminista que conta com significativa expressão no Brasil, a “Marcha Mundial das Mulheres”. Movimento que tem estado junto com outros também em expressivas manifestações contra o governo Bolsonaro, como nas manifestações #Elenão e os últimos 8 de março (2018, 2019 e 2020).

Complicando o debate sobre emancipação por leituras feministas decoloniais⁶⁸

No feminismo de perspectiva decolonial lemos chaves singulares para debates sobre emancipação política, em especial ao decolar da experiência e formas de resistência de distintas mulheres em regiões andinas, como aquelas de grupos não tidos como sujeitos na/da história em leituras mais convencionais do marxismo, como os de povos originais e os associados a formas não capitalistas de exploração – quero dizer: formas de exploração não constitutivas do modo de produção capitalista – ainda que indispensáveis à reprodução capitalista. Sobre fundamentos para tal postura, em Quijano, autor que informa perspectiva feminista decolonial, observa o marxista Cahen (2018, p. 49):

A escravatura nas Américas, o indigenato e o trabalho forçado na África, a predação quando das conquistas ou das repressões, a guerra do ópio na China, o paternalismo e a dívida imaginada dos seringueiros da Amazônia, etc..., tudo isso faz parte de um vasto leque de formas de exploração não capitalistas da dominação capitalista.

Critica Cahen (2018) o que chama de “leitura quijaniana do marxismo”, como “reducionista” e “latino-cêntrica”, por sua “censura” a Marx que para Quijano “teria olhado só para a Europa” e tido o proletário como sujeito para o enfrentamento contra o capitalismo, sem considerar outros em diferentes subalternidades. Para Cahen, Marx se preocupava com a formação do modo de produção capitalista: “reconhecer plenamente a heterogeneidade não significa que não haja um modo de produção hegemônico em escala mundial” (CAHEN, 2018, pp. 47-48).

O reconhecimento da heterogeneidade étnico-social entre mulheres é muitas vezes também marginalizado em literatura com perspectiva decolonial que recorrendo ao conceito de intersecção de autoras do movimento negro, como adverte Kergoat (2010) refere-se mais como subordinados, grupos de mulheres, como as negras e de povos originais, que à dinâmica do sistema de relações sociais de classe.

O feminismo decolonial também questiona projetos de emancipação humana, como os que recorrem a noções de desenvolvimento baseadas no extrativismo, consumismo e destruição da natureza, interpelando, portanto, o que se projeta para a nação em partidos de corte comunista.

68 O texto que segue é uma adaptação de Castro (2019).

Consideramos que a perspectiva feminista decolonial (ver, entre outras, Lugones, 2019) colabora para pensar uma ontologia do ser não restrita ao conceito de trabalho abstrato; um desejo ancorado no corpo eu – individualizado, mas coletivamente produzido; uma sexualidade não restrita à heteronormatividade e no resgate de resistências comunitárias. Aliás resistências e não rebeliões é o mais debatido no léxico do feminismo decolonial.

Uma das primeiras questões que sugere a perspectiva decolonial à noção de ontologia, como própria do ser humano e por aí o destaque a noção de trabalho, é a desumanização do colonizado, através dos sistemas de raça e gênero, e como a exploração do seu trabalho pouco contribuiria para sua identificação como humano.

A perspectiva decolonial, como formulada por Quijano (2000) é reformatada por Lugones (2019) que além de raça, enfatiza a íntima relação entre sistema colonial de raça e de gênero, afastando-se da noção de gênero que seria usada por Quijano, tida como eurocêntrica, pois limitada ao dimorfismo homem e mulher, e a relações heterossexuais. Para Lugones, seu conceito de “sistema colonial/moderno de gênero” marca a colonialidade do poder. Também é em escritos de feministas decoloniais que se tem elaborações de como a organização patriarcal, via a heterossexualidade compulsória, colaboraria com a colonialidade do poder por forças coloniais como a Igreja e o Estado imperial, e como tais forças continuariam a colonizar corpos e mentes hoje, reproduzindo via fundamentalismos e familismos, violências simbólicas e outras contra mulheres e os tidos como tal, como povos LGBTQQ+.

Rita Segato (2010), a nosso juízo, mais se aproxima do conceito marxista, de emancipação política, apostando no possível, nas condições conjunturais, sem perda de valores próprios e projetos. Segato defende a possibilidade de negociações, advoga o que chama de “pluralismo histórico”, admite que cultura não é estática, mas sublinha a importância de investir em mudanças de posturas do mundo Estado.

Insiste que a idealização de culturas originais como imutáveis se constituiria em um:

“culturalismo perverso [...] que no es otra cosa que el fundamentalismo de la cultura política de nuestra época, inaugurado con la caída del muro de Berlín y la obsolescencia del debate marxista, cuando las identidades, ahora politizadas, se transformaron en el lenguaje de las disputas” (SEGATO, 2010). [Destacamos]

Outra singularidade do feminismo decolonial seria a inscrição no debate sobre “bem viver” (SÓLON, 2019), decolando de crítica aos projetos de desenvolvimento, de diferentes matizes políticas, e ao consumismo, constituinte básico do capitalismo e elaborações sobre trânsitos, ou não fronteiras entre cultura e natureza, bem como o afastamento do projeto de modernidade ocidentalizada como destino.

A breve chamada sobre diversidades de posições quanto a feminismo decolonial tem como propósito advertir sobre a contemporânea rica busca por caminhos emancipatórios e a necessidade urgente de lugares/pesquisas/práticas de escuta de mulheres em diferentes tipos de comunidades, tanto atentas a materialidade de vida dessas mulheres em suas múltiplas relações sociais, quanto a seus desejos e interações com máquinas do poder.

Ensaio final

O diálogo alinhavado neste texto, com outros feminismos anticapitalistas, sugere que são muitos os nossos desafios, como feministas marxistas emancipacionistas além dos impostos pelo inimigo principal e que requer urgente luta, a gestão neofascista que vem aprofundando desigualdades sociais: cuidar sobre riscos de um feminismo liberal que se contenta com direitos legais, políticas de posições, desconsiderando a economia política ou como se modela o Estado e o capitalismo hoje, mas, compreendendo a importância de políticas públicas; refletir sobre avanços no campo do feminismo anticapitalista buscando o entrelace de ações por políticas emancipatórias e modelagens de emancipação humana por um marxismo renovado; debater com as/os camaradas, o que se entende por “projeto de nação” e desenvolvimento e para quem são esses endereçados considerando, por exemplo, outros na subalternidade, como os povos originais e as reflexões sobre bem viver; e investir em educação política, por teoria pautada na compreensão de materialidades de vida de mulheres em distintas subalternizações e como são modelados desejos, vontades e a dinâmica de afetos para reprodução de sistemas de privilégios em relações sociais de gênero, classe e raça e inclusive, apoio de subalternizados a governos como o de Bolsonaro.

Se concebemos a emancipação das mulheres, além da necessária, mas insuficiente luta por direitos à inclusão, acesso a serviços e reconhecimento de demandas específicas, pede tal conceito reflexão sobre processos de autoidentificação,

por desejos serializados, domesticados e considerar diversas vivências, em especial não hegemônicas. Ou seja, não existiria conceito pronto de emancipação humana, e de emancipação feminina, mas processo em aberto, e a briga tanto do feminismo socialista emancipacionista, como do feminismo negro, como do feminismo para as 99%, assim como os de perspectiva decolonial é que mais mulheres sejam sujeitos em tal construção.

Referências:

ALMEIDA, Silvio Luiz, “Prefacio à edição brasileira” In HAIDER, Asad. **Armadilha da Identidade. Raça e Classe nos Dias de Hoje**. Ed. Veneta, São Paulo, 2019.

ALMEIDA FILHO, Milton Barbosa de. “Pequena Contribuição Metodológica ao Feminismo Emancipacionista” (Parte I e Parte II) In: **Presença da Mulher**, nos 49 e 50, 2006.

ARRUZZA, Cinzia. **Dangerous Liaisons: The Marriage and Divorces of Marxism and Feminism**. Merlin Press, New York, 2013.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi e FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%, Um Manifesto**. Ed Boitempo, São Paulo, 2019.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A Cidadania Ativa. Referendo, Plebiscito e Iniciativa Popular**. Ed Ática, São Paulo, 1991.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro, Ed Bazar do Tempo, 2020.

CAHEN, Michel. “O que pode ser e o que não pode ser a colonialidade. Uma abordagem ‘pós-pós colonial’ da subalternidade” In: CAHEN, Michel e BRAGA, Ruy (orgs.). **Para além do pós- colonial**. Ed Alameda, S Paulo, 2018.

CASTRO, Mary. “Gênero, desejo e trabalho. Ontologia e emancipação no marxismo e por feminismos - emancipacionista e decolonial” In: **ODEERE – Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade-UESB**, Volume 4, número 8, julho – dezembro de 2019, pp. 173-198.

CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam; “Quarta Onda ou um Feminismo Maremoto? Significados do #ELENÃO nas ruas do Brasil” In: **REVISTA JUVENTUDE.BR** (Centro de Estudos e Memória da Juventude), vol. 17; serie 14,

jan.junho, 2019, pp: 23-31. Disponível em: <https://www.cemj.org.br/revista-juventude-br> (consultado em 20.03.2020).

COLLINS, Patrícia Hills. **Pensamento Feminista Negro**. Ed Boitempo, São Paulo, 2019.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo, Elefante, 2017.

HAIDER, Asad. **Armadilha da Identidade. Raça e Classe nos Dias de Hoje**. Ed. Veneta, São Paulo, 2019.

KERGOAT, Danièle. “Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais” In: **Novos Estudos** - n.86. Mar. São Paulo, CEBRAP 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005> (consultado 03.11. 2019).

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes. Uma história política e filosófica**. Ed Boitempo, São Paulo, 2015.

LUGONES, Maria. “Rumo a um feminismo decolonial” In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.). **Pensamento Feminista. Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro, Ed Bazar do Tempo- 2019, pp. 357-378 – original publicado em 2010.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina en Colonialidad del Saber, Eurocentrismo y Ciencias Sociales**. CLACSO Unesco, Buenos Aires, 2000.

SAFFIOTI, Helleieth **A Mulher na Sociedade de Classes – Mito e Realidade**. Vozes, São Paulo, 2007.

SCHAEFER, Rosita. “O clamor da radicalidade: emancipacionismo! Que feminismo é esse?” In **O Vermelho**, 2016. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2016/02/04/o-clamor-da-radicalidade-emancipacionismo-que-feminismo-e-esse> (consultado em 20.02.2020).

SOLÓN, Pablo (org.). **Alternativas Sistêmicas. Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo, Elefante, 2019.

TESE: 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCDOB sobre Emancipação das Mulheres - **Documento base de debate no processo da 3ª CNEM (Conferência Nacional para Emancipação das Mulheres)**, 3 de Fevereiro, 2020. Disponível em: <https://pcdob.org.br/documentos/tese-3a-conferencia-nacional-do-pcdob-sobre-a-emancipacao-das-mulheres> (consultado 10.3.2020).

VALADARES, Loreta. **As Faces do Feminismo**. Ed Anita Garibaldi, São Paulo, 2007.

Feminismo socialista: um panorama do pensamento e da luta das mulheres

Nalu Faria*

A relação entre o marxismo e o feminismo é histórica, e aparece também sob outras denominações: relação entre movimento de mulheres e movimento operário, feminismo e socialismo, gênero e classe, capitalismo e patriarcado. Neste artigo, várias vezes me refiro ao pensamento ou aos sujeitos como “marxistas/socialistas” com a intenção de evidenciar a referência a esse leque amplo. No âmbito desse artigo não entrarei nos conflitos internos da relação do feminismo e do marxismo, já sistematizados por Heidi Hartmann (1981), Cinzia Arruzza (2015), Silvia Federici (2018) e outras. A abordagem será em relação a essa especificidade do feminismo marxista/socialista, ou seja, das feministas socialistas/marxistas. Nesse sentido, parto da perspectiva de que a luta feminista é coextensiva à luta de classes, antirracista e contra qualquer forma de dominação, exploração e discriminação.

Um ponto de partida interessante para essa abordagem é uma expressão de Cinzia Arruzza (2015, p.21), ao afirmar que o “feminismo nasceu do resquício das revoluções burguesas e se encontrou muito rapidamente com as mobilizações e revoluções sociais”. Ou, nas palavras de Clarisse Paradis e Sarah de Roure (2014, p. 130), “feminismo e socialismo desenvolveram-se em um mesmo contexto histórico, confrontando-se com a aceleração do desenvolvimento capitalista”.

Essas premissas se referem a três aspectos fundamentais da relação entre feminismo e marxismo. O primeiro é a análise de que a situação de subordinação das mulheres é decorrente do processo histórico, e não de uma inferioridade biológica. O feminismo marxista/socialista também têm como base comum a visão de que é a partir da construção de sujeitos políticos que se pode alterar a realidade e eliminar essa situação de subordinação. E um terceiro elemento é a concepção de que são as bases materiais que determinam tal relação de desigualdade. Desde seu início, o marxismo é

* Psicóloga, coordenadora da SOF Sempreviva Organização Feminista e membro do Comitê Internacional da Marcha Mundial das Mulheres

fundamental para elaborar uma compreensão sobre as relações sociais. A socióloga Danièle Kergoat discute com profundidade essas relações, que afirma serem marcadas, no capitalismo, por antagonismo e conflito entre dois grupos sociais, que têm como centro da disputa uma base material. No caso dos homens e das mulheres, esse conflito se dá através da divisão sexual do trabalho, que separa e hierarquiza o trabalho de acordo com o gênero.

A abordagem marxista/socialista no feminismo tem como questão fundante a social, ou seja, a necessidade de incorporar, no debate sobre a opressão das mulheres, a dimensão de classe. Essa compreensão leva a uma conclusão prática: a de que o horizonte da luta feminista é indissociável da luta socialista pela superação do capitalismo. Não há como construir, portanto, plena igualdade para as mulheres dentro dos marcos do capitalismo, pois ela necessita de uma profunda transformação do modelo. Essa busca, que parte da visão marxista, de uma compreensão global do modelo e da necessidade de transformação, fez com que dimensões da vida social antes invisíveis tenham sido observadas desde essa perspectiva histórica e das relações sociais. Um exemplo é o tema da escravidão e o envolvimento das mulheres na luta abolicionista. Mesmo que não tenha significado, logo de início, uma sintetização sobre o avanço do capitalismo e sobre seu uso das relações escravistas na constituição de sociedades profundamente racistas, o envolvimento das mulheres na luta contra a escravidão é exemplar de uma prática de luta coletiva que incorpora a imbricação entre as relações de raça, classe e gênero e pretende alterá-la sem perder nenhuma ponta deste nó.

A existência de uma base material na opressão das mulheres, bem como o esforço de aprofundar a análise da opressão como ocorre no capitalismo, são elementos que levaram as feministas socialistas/marxistas a olhar criticamente para aspectos de análises clássicas do marxismo que eram insuficientes para abarcar o conjunto de experiências das mulheres. Evidentemente, o tema do trabalho esteve no centro desses estudos e questionamentos. Eles partem de um debate que aponta como as análises clássicas não se aprofundaram suficientemente na esfera da reprodução e do trabalho doméstico. Além disso, apontaram limitações em relação à abordagem do trabalho assalariado das mulheres. Ou seja, não se analisou a forma específica de exploração das mulheres na sociedade capitalista moderna, tarefa que foi realizada posteriormente pelas feministas socialistas/marxistas.

Nesse debate, também foi muito importante dar continuidade à análise do papel da família. Esse foi um tema emblemático no pensamento de Marx e Engels, uma vez que eles viram na família mais um produto da história e uma instituição determinante para a organização da subordinação das mulheres. Foi a partir do eixo da família que Marx e Engels agregaram à análise social a dimensão da dependência econômica das mulheres e o papel opressivo da família, que acompanha a hipocrisia e a dupla moral. A solução que deram, porém, foi insuficiente: a de que a entrada das mulheres no trabalho assalariado traria, por si, condições suficientes para alterar as relações afetivas com os homens (ÁLVAREZ, 2013). As análises posteriores mostraram o que eles não perceberam: a forma como o capitalismo atuou para a remodelação da família mononuclear e a tornou o espaço de exercício da supremacia masculina, mesmo entre a classe trabalhadora. Nesse sentido, foi fundamental a contribuição das feministas no questionamento ao modelo de família mononuclear e da heterossexualidade, imposições que coincidem com o desenvolvimento do capitalismo, e que foram fundamentais para garantir a separação do trabalho entre produção e reprodução. Essa separação é estruturante da divisão sexual do trabalho e é fundamental para compreender a supremacia masculina no capitalismo, além de estar vinculada com a naturalização da violência patriarcal, instrumento sistêmico desse modelo. As novas elaborações sobre divisão sexual do trabalho são notáveis, neste longo processo de construção de ferramentas teóricas e conceituais. Um destaque é a formulação em torno da co-extensividade das relações de classe, raça e sexo (ou gênero), teorizada por Danièle Kergoat sob o conceito de consubstancialidade. Tal aporte permite uma visão não mecanicista sobre as relações sociais, e dá elementos para uma prática política feminista realmente antissistêmica.

Teoria e prática das mulheres para mudar o mundo

Para compreender a experiência do feminismo marxista/socialista, um elemento fundamental é a visão expressada por Marx sobre a relação entre teoria e prática, na qual a teoria se constrói a partir da prática.

Isso é muito pertinente quando olhamos para aquela que é conhecida como a primeira onda do feminismo, que envolve o final do século XIX até os anos 1930. Nesse período, havia uma forte organização das mulheres burguesas e de classe média nas lutas por mudanças jurídicas: direito ao voto, direito de propriedade, direito de exercer determinadas profissões. E, embora não expressassem preocupação com a justiça social

e com a situação das trabalhadoras, era fato que atraíam a atenção das mulheres da classe trabalhadora.

Foi nesse contexto que as mulheres socialistas buscaram formas de organizar as mulheres da classe trabalhadora para se posicionar frente à luta feminista. O que quero enfatizar aqui é justamente essa dimensão das práticas e sua relação com a teoria e o pensamento. Ainda há muitas análises desse período que enfatizam as limitações do marxismo em compreender a especificidade da opressão das mulheres; e consideram que a situação das mulheres foi tratada apenas como questão de classe. Muitas vezes, tais análises se ancoram no fato de que, nas resoluções da época, se considerou que as organizações das mulheres deveriam ser as mesmas organizações gerais da classe, sob um discurso que reconhecia a importância de incorporar as mulheres na luta pelo socialismo.

Mas, do ponto de vista prático, o que significou a organização das mulheres socialistas? A partir da ação das feministas socialistas, houve a organização das mulheres nos partidos socialistas, assim como a construção de uma agenda própria de luta das mulheres. Nesse processo, inclusive, é emblemática a origem de um Dia Internacional de Luta das Mulheres a partir da iniciativa das mulheres socialistas, assim como a participação na revolução bolchevique e a organização para que a revolução incorporasse as reivindicações e políticas para as mulheres.

Há que considerar que as socialistas fizeram esse grande esforço de organizar as mulheres e que, entre elas, haviam diferentes posicionamentos e abordagens. Esse esforço envolveu um árduo e corajoso trabalho de organização das mulheres por dentro dos partidos socialistas, inclusive incorporando a pauta da luta pelo direito ao voto e exercendo um papel importante, ainda que invisibilizado, na internacionalização e proletarianização dessa luta, vinculando-a à reivindicação do direito ao voto universal.

Nos últimos anos, vários estudos e análises sobre marxismo e feminismo vêm sendo retomados. Isso é bastante animador, pois há a possibilidade de reparar o silenciamento, a distorção e o sectarismo de setores do feminismo com o marxismo. Não só do ponto de vista teórico, mas de toda a experiência prática e a grande contribuição das mulheres socialistas para a construção do movimento de mulheres. Vários exemplos podem ser citados nesse sentido, mas vou me referir a três que estão conectados: a origem do 8 de março como dia internacional de luta das mulheres e o papel das socialistas, as mulheres na revolução e a construção de políticas após a revolução ancorada em uma potente organização das mulheres. Temos disponíveis em

português três livros que sistematizam muito bem essas contribuições, respectivamente, *Origens e histórias do dia internacional de luta das mulheres*, de Ana Isabel Alvarez Gonzales (2010), *Mulheres e a revolução russa*, organizado por Graziela Schneider nos 100 anos da revolução bolchevique, que nos brinda com textos inéditos e preciosos que mostram a amplitude dos debates e reflexões realizados pelas mulheres atuantes na revolução russa, e *Mulher, Estado e Revolução*, de Wendy Goldman (2017). É extremamente animador pensar que não se apresentará mais o marxismo como uma questão dos homens e o feminismo, das mulheres; ou seja, que a ação e o pensamento das mulheres socialistas nos últimos 200 anos vêm sendo reconhecidos e que, então, possamos retirar muitas aprendizagens que ainda estão por ser feitas.

Assim como no século XIX, a partir dos anos 1960 a grande mobilização feminista rapidamente se internacionalizou, em particular para América Latina e Caribe e depois para outras regiões. Essa chamada segunda onda ocorre em uma situação mais complexa em relação à luta de classes – a polaridade entre socialismo real e capitalismo, Estado de bem-estar e a relação com os países do sul chamados de subdesenvolvidos. A experiência feminista se inicia nos países capitalistas do norte, muitos com o Estado de bem-estar, e com ênfase nos problemas vividos pelas mulheres da classe média. Aí, encontramos uma experiência conflitiva das mulheres de esquerda em suas organizações e movimentos.

Nos 1980 e 1990, essa experiência conflitiva se expressou em uma caracterização/definição de que, no movimento, existiam as feministas e as "políticas", se referindo à diferença entre as que atuavam apenas nos espaços dos movimentos de mulheres – as feministas – e as que combinavam o que se chamava de "dupla militância", atuando em partidos e movimentos mistos – as "políticas". Houve também uma outra caracterização, que falava da existência de dois movimentos distintos: o de mulheres e o feminista podem ser analisadas como exemplos da tensão entre uma certa visão de feminismo e a compreensão de como forjar um movimento das mulheres da classe trabalhadora com identidade feminista. Mas mais do que isso: compreender o que está implicado no estranhamento e refletir sobre essas dimensões, a da prática feminista e a de "ser" feminista. É preciso recuperar que, nesse período havia contradições no campo de grande parte da esquerda, em parte por considerar a pauta feminista como pequeno-burguesa, mas também pelas contradições reais nas relações entre as mulheres de classe média – a maioria das que se assumiam como feministas – e a realidade concreta das mulheres de classe trabalhadora.

Beth Lobo (2011) nos deixou reflexões muito valiosas, atuais até os dias de hoje, sobre a construção das mulheres dos setores populares como sujeitos políticos, junto à constituição de uma identidade coletiva. Esta ação partia do cotidiano, ressignificando a relação entre público e privado (IBIDEM). A experiência de militantes feministas socialistas que, desde os anos 80, priorizaram atuar junto às mulheres dos setores populares, é sintetizada nos vários relatos em que as mulheres diziam: "se isso é ser feminista, então eu sou". Ou seja, estava em curso, a partir de sua organização, a construção de uma visão crítica sobre a desigualdade de gênero. Ao participarem de algum debate ou formação feminista realizada a partir de sua realidade cotidiana, as mulheres desmistificavam a visão que tinham sobre feminismo, visão essa muitas vezes advinda dos preconceitos de alguns setores da esquerda dos temores em relação às mudanças que implicaria em sua vida ou mesmo do distanciamento, como se fossem questões que não eram aplicáveis a sua vida – já que, em geral, os temas considerados feministas partiam de uma análise muito baseada no “ser mulheres” dos setores médios.

Foram as mulheres negras as mais ativas no questionamento de uma visão distante das suas realidades do que é ser mulher. Já é bastante conhecido (pois vem sendo ativamente retomado) este contraponto posicionado a partir da realidade das mulheres negras, onde dois aspectos centrais são a negação da feminilidade hegemônica e um violento processo de desumanização. É nesse mesmo sentido que se propõe a recuperação histórica do discurso de Sojourner Truth “E não sou uma mulher?” (1851).

A partir desses debates, é frequente a demarcação de que há marcas de classe para as mulheres negras, lésbicas, migrantes, jovens, mas o ponto de vista da mulher da classe média ou de mulheres trabalhadoras em países capitalistas centrais continua sendo o lugar de onde se olha para as margens. É, também, o que define a referência de subjetividade, de liberdade sexual, de relações amorosas, maternidade, corpo etc. Ao mesmo tempo, há que se considerar o peso da cultura e ideologia dominante para estabelecer um modelo, um padrão a partir do qual se normatiza e hierarquiza as mulheres. Com essa afirmação, penso que é importante relativizar alguns limites do feminismo em relação a esses temas, pois o modelo hegemônico, de formas muito concretas, é parte do cotidiano da maioria das mulheres como forma de disciplinamento e também de produção do mal-estar com o ser mulher.

Esses elementos nos mostram como há um conjunto de questões ainda em aberto, em processo, para continuar a reflexão a partir do feminismo socialista/marxista. Para,

enfim, aprofundar a reflexão teórica e superar a visão de que a essência do feminismo e da luta pela libertação das mulheres seja constituída fora do marxismo.

A luta feminista diante da ofensiva do conservadorismo moral

A conjuntura atual está marcada pela imbricação do neoliberalismo com o conservadorismo moral. Está na realidade do Brasil e de várias partes do mundo, em um processo de reforço da extrema-direita. Não é, porém, algo "fora do lugar" no contexto histórico em que estamos vivendo. Vários autores têm chamado a atenção para a ofensiva do capital, que, nas palavras de David Harvey (2004), está em um processo de acumulação por despossessão, ou em um outro período de acumulação primitiva, nas palavras de Silvia Federici.

O feminismo socialista tem contribuído de maneira significativa para a construção da crítica ao neoliberalismo. A elaboração de uma crítica totalizante do que ocorre nesse sistema de dominação, exploração e discriminação faz parte dos nossos desafios e também é parte da essência do marxismo. Nesse sentido, a contribuição de Wendy Brown (2019), quando analisa que o neoliberalismo é, ao mesmo tempo, liberal e conservador, contribui para entendermos a emergência de governos como o de Bolsonaro, onde se dá a fusão dessas duas dimensões.

Nesse contexto, as mulheres estão no centro desses ataques: em parte, como uma resposta ao seu processo de rebeldia e luta nas últimas décadas, mas também pela necessidade do capitalismo patriarcal e racista de controlar o corpo e o trabalho das mulheres. Esse controle se dá no âmbito assalariado, mas também no de garantir que as mulheres sigam carregando sobre suas costas a sustentabilidade da vida, com o trabalho doméstico e de cuidados feminizado e desvalorizado. Essas são algumas condições que esse sistema necessita para impor a precarização geral da vida para a maioria enquanto uma pequena minoria acumula uma quantidade de riqueza cada vez maior. Com o acirramento dos setores políticos de direita, governos e empresários combinam sua ofensiva sobre as mulheres com uma reação conservadora, antifeminista, ao mesmo tempo em que se mascaram como aliados, através de uma política corporativa que chamamos de "maquiagem lilás".

Essa realidade de ataques às mulheres não tem arrefecido a luta feminista e o papel das mulheres nas resistências a esse modelo. Evidentemente, a atuação das mulheres é ampla, diversa, plural e composta por diferentes formas de organização e

agendas, mas pode-se afirmar que essas agendas e posicionamentos, na maioria das vezes, também carregam muitos elementos de sentido comum. Há um reconhecimento na esquerda de que as diferentes experiências feministas que atuam num campo de crítica ao modelo contribuem para o enfrentamento a esse governo. Mas é um desafio o de reiterar o debate inicial, da relação com a dimensão de classe, tanto para se referir à agenda política como para pensar na organização e em como e de onde as vozes feministas se expressam. E, junto a isso, reforçar a construção permanente, a coesão, a ação coletiva, a definição democrática das agendas, tendo a aliança como princípio de luta.

Em determinados espaços e debates nesse momento, quando se fala em feminismo ou luta das mulheres, o que se aciona enquanto representações é apenas uma parte dessas organizações ou mobilizações. Há, portanto, uma infinidade de processos que ficam invisibilizados, e que são, justamente, parte daquelas que seguem lutando a partir de questões do cotidiano, que remetem principalmente ao âmbito da esfera da reprodução, determinante na produção do viver e na sustentabilidade da vida. São anos de lutas orientadas pela vida em disputa com o avanço do mercado (MMM, 2015). Fruto desse processo de luta e de construção de ações coletivas, é a construção dos comuns no espaço urbano, indo além da relação com o Estado e o mercado. Trata-se da construção de práticas baseadas na solidariedade, na autogestão para organizar outras formas de produzir as condições da existência da humanidade e da natureza.

No Brasil, já há uma grande organização das mulheres em movimentos ou espaços de auto-organização, com consciência feminista, tanto nos setores do campo como da cidade. A partir das resistências, resiliências e propostas das mulheres, essa visão do feminismo como parte de um projeto antissistêmico concretiza uma ação que coloca a vida no centro, através da compreensão de nossa interdependência como seres humanos e de nossa dependência da natureza. Por isso, mais do que o desafio de incorporar o eixo da classe no cerne da atuação política feminista, está também o de incorporar ao debate global a perspectiva feminista sobre o que deve ser o desmantelamento do capitalismo racista e patriarca, tendo como base o acúmulo do pensamento feminista marxista/socialista e, como exemplo, as experiências coletivas já construídas, ou em construção, pelas mulheres.

Referências:

- ÁLVAREZ, Ana de Miguel. La articulación Clásica del Feminismo y el Socialismo. Espanha. La Caja de Herramientas Biblioteca Virtual OMEGALFA. 2013.
- ARUZZA, Cinzia. Las sin parte. Matrimonios y Divorcios entre Feminismo y Marxismo. Barcelona: Colección Crítica & Alternativa, 2015.
- BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo. São Paulo: Editora Politeia, 2019.
- DAVIS, Angela. Mulheres, raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FARIA, Nalu. Desafios feministas frente à ofensiva neoliberal. Caderno Sempreviva. São Paulo: SOF, 2019.
- FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Org). Desafios feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida. São Paulo: SOF, 2017.
- FEDERICI, Silvia. El patriarcado del Salario. Críticas feministas al marxismo. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.
- GOLDMAN, Wendy Z. La Mujer, El Estado y la Revolución. Buenos Aires. Ediciones EPS. 2010.
- GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. As origens e a Comemoração do Dia Internacional das Mulheres. São Paulo. SOF/Expressão Popular, 2010.
- HARTMANN, Heidi. "O casamento infeliz do marxismo com o feminismo; por uma união mais progressista". In: SARGENT (Org.). Women and Revolution. Boston: South and Press, 1981. Versão traduzida pelo NEMGE/USP.
- HARVEY, David. O "novo" imperialismo: sobre rearranjos espaciotemporais e acumulação mediante despossessão. Revista Margem Esquerda, 5, p. 31-41, 2004.
- HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos, 2018.
- KERGOAT, Danièle. "Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais". Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 86, Mar. 2010.
- MMM Marcha Mundial das Mulheres. Feminismo em marcha para mudar o mundo: trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento. SOF: São Paulo, 2015.
- PARADIS, Clarisse, ROURE, Sarah. Origens históricas do feminismo socialista e as mulheres na Rússia revolucionária. Revista Democracia Socialista, n. 01, 2013.
- SCHNEIDER, Graziela (org). A Revolução das Mulheres. São Paulo: Boitempo, 2017.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. A classe operária tem dois sexos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

Feminismo em sua conjuntura. Neoanarquismo, a outra face do tecnocratismo*

Natalia Romé*

Introdução

Desde os primeiros questionamentos relacionados ao trabalho reprodutivo não remunerado até os desenvolvimentos teóricos mais recentes, o *problema da reprodução* adquiriu importância no campo do pensamento feminista de modo tão potente que constitui, hoje, um dos caminhos mais promissores para combater a letargia do pensamento de esquerda, nesta era que se apresenta como pós-crítica. Inserido no marco mais amplo de uma pergunta sobre a imaginação política e as possibilidades da agência, o problema da reprodução se abre para uma conjunção com outras tradições do pensamento marxista, anti-imperialista e terceiomundista, que compartilham uma leitura descentrada da História. Nesse sentido, vai ganhando forma na concatenação de seus problemas e desenvolvimentos, uma problematização do conceito de tempo histórico, cara à teoria marxista e à tradição crítica em geral.

No entanto, a sua singularidade que marca um lugar especialmente interessante na conjuntura atual, reside na maneira pela qual suas buscas teóricas são suscitadas no calor de uma prática política em processo de composição. Produz-se, assim, uma massa de pensamento traçado de contribuições diversas que confluem para um mesmo campo de debates e incorporam também tendências controversas com as quais se estabelecem os dilemas capazes de oferecer um horizonte estratégico à imaginação emancipadora e de disputar o futuro da temporalidade presentista.

Por mais filosófica que possa soar, a problemática da temporalidade não constitui hoje um tema menor, mas o lugar preciso no qual o pensamento crítico confronta a armadilha do regime da temporalidade neoliberal, que Enzo Traverso, em

* Original em castelhano: “Feminismo en su coyuntura. Neoanarquismo, contracara del tecnocratismo”, publicado em: <https://ficciondelarazon.org/2019/12/13/natalia-rome-feminismo-en-su-coyuntura-neoanarquismo-contracara-del-tecnocratismo/> . Tradução: Danilo Enrico Martuscelli. Revisão técnica: Elaine Regina Aguiar Amorim.

Melancolia de izquierda (2018), denomina “presentismo” e caracteriza como regime de temporalidade que ameaça dissolver em sua experiência cíclica e expansiva, passado e futuro, provocando uma espécie de “beco sem saída histórico”.

Esse regime marca os limites da teoria crítica e coloca o pensamento das esquerdas contemporâneo diante de sua própria impotência; por outro lado, os exercícios de pensamento político, vinculados a experiências concretas, não aparecem a não ser em irrupções espontaneístas sem impactar dialeticamente o regime de pensamento teórico. Sem retirar a relevância e o peso do embate político que desde os anos setenta aprofunda-se sem cessar, pode-se advertir que o enfraquecimento da esquerda global encontra também explicações em sua própria debilidade. As práticas políticas não suscitam uma inteligência da situação, nem logram produzir um acúmulo teórico de suas experiências e derrotas; tampouco logram impactar o pensamento teórico para impulsioná-lo a assumir como critério central sua condição aberta e acolhedora ao que lhe é estranho. A teoria regozija-se de tendências politicistas que, ou meramente folclorizam as lutas e seus atores, ou limitam-se a uma prática narcísica da filosofia em si mesma e para si, para a qual o mundo dos sofrimentos reais é apenas uma fonte de inspiração.

Nesse ponto preciso da atual fragilidade da crítica, a inteligência feminista encontra a sua situação oportuna. Não apenas como estranha ao campo do combate filosófico, mas como força política real e processo histórico de reparação de um dano que se manifesta hoje na homogeneização global dos registros de pensamento, presente em distintas formas de presunção filosófica ou positivismo tecnocrático.

O tamanho da tarefa de recomposição dos traços mais tênues do vínculo que torna possível a vida em comum é imenso, mas nos faz retroceder a um esforço que não é em si político, mas apenas sua matéria informe e disponível. É imprescindível que uma inteligência da conjuntura abranja a capacidade de conectar as vivências subjetivas afetivas e imaginárias, a experiência cotidiana, as memórias dos sofrimentos populares com processos de experimentação coletiva, como leitura justa da conjuntura. Pois bem, esse processo, para ser justo, não pode prescindir da teoria.

Precisamos compreender o processo feminista, entendendo-o como um esgotamento do presentismo neoliberal; seu revés, heterogêneo, mas imanente a ele e, portanto, atravessado pelas mesmas ameaças, pelos mesmos riscos que, desde a segunda metade do século 20, têm atuado para empobrecer a capacidade intelectual e política das esquerdas.

Tecnocratismo e humanismo: dois atalhos de uma mesma ameaça na conjuntura de neoliberalização do pensamento

Antes de avançar nas possibilidades que se abrem a partir da revitalização do movimento feminista no âmbito internacional e, em particular, na situação política argentina dos últimos anos, convém fazer uma advertência. Para exemplificá-la, é interessante recorrer a uma experiência infelizmente recente.

Em novembro de 2019, circularam por diversos meios declarações públicas de uma série de intelectuais, pensadoras e militantes feministas sobre o golpe de Estado na Bolívia. Entre as mais destacadas, podemos mencionar as falas de Rita Segato, Silvia Rivera Cusicanqui e María Galindo. Em termos gerais, as declarações feitas em colunas jornalísticas, entrevistas de rádio e pronunciamentos públicos visavam equiparar a violência de um processo de manifesta violência ditatorial, ingerência tecnocrática e programa do capital para o saque de recursos naturais, às formas de machismo e caudilhismo do movimento, liderado por Juan Evo Morales Ayma, em uma reedição do que conhecemos na Argentina como “teoria dos dois demônios” nas leituras hegemônicas do processo ditatorial da década de 1970.

Além das discussões que podem ser feitas em relação ao equívoco de tais declarações e da pobreza de suas leituras, o episódio é interessante para pensar as formas de neoliberalização do campo intelectual de esquerda que forma uma unidade com a consolidação de um bloco hegemônico neoliberal – como Nancy Fraser apontou recentemente – no contexto do capitalismo tardio, desde os anos 1980, cuja face mais cruel e reacionária começamos a conhecer a partir de 2001, mas com mais clareza a partir de 2008.

Nesse sentido, entendo que, além do trabalho em várias frentes políticas, ideológicas e culturais, é imprescindível hoje abrir uma série de perguntas sobre as condições e possibilidades da produção teórica crítica. Sem essa tarefa, não apenas nos colocamos indefesos diante de um grande giro na história do capitalismo, cujo esgotamento autofágico ameaça desencadear uma crise civilizatória sem precedentes; mas também corremos o risco de ver a maior parte do pensamento que se pretende emancipador, ajudar de modo ingênuo e colaborar com esse processo.

Nesse contexto, o pensamento feminista oferece um território especialmente vibrante, tanto em sua potência quanto na força de suas controvérsias e contradições.

Por um lado, oferece uma série de debates políticos e teóricos que revitalizam as várias tradições do pensamento crítico, em suas formas mais explícitas ou beligerantes de herdar a crise do marxismo e de abrir o pensamento para um novo impulso produtivo. Por outro, suas manifestações sociais e culturais delineiam-se na tensão de uma exterioridade imanente ao presente neoliberal e, portanto, se encontra numa relação ambivalente e limiar com as formas dominantes que ameaçam sua condição crítica.

Se as tendências feministas da atual conjuntura se apresentam como força capaz de transversalizar e por em contato uma diversidade de mal-estares, sofrimentos e injustiças e influenciar a composição de um contra-poder; constituem, ao mesmo tempo, o lugar de maior fragilidade do pensamento crítico por tratar-se de contra-tendências do próprio neoliberalismo, formas inscritas de modo subordinado na conjuntura ideológica dominante. Portanto, sua potência coincide com o seu risco.

Contudo, o que me interessa sublinhar aqui é que isso, que chamo preliminarmente de “processo de neoliberalização do campo intelectual de esquerda”, constitui o pano de fundo contra o qual Louis Althusser se manifesta em suas intervenções críticas no início dos anos 1960 e em seus apelos para ler Marx e dão origem a seus escritos canônicos. Por isso, indagar sobre essas tendências, que na ocasião formavam uma unidade com a consolidação da crise do marxismo em suas formas regressivas, assume hoje fecundidade ímpar. Para apresentar a questão de maneira muito esquemática, poder-se-ia dizer que a preocupação de difundir o selo anti-humanista e anti-historicista em sua leitura filosófica de Marx, constitui a marca especificamente filosófica de uma luta mais ampla contra duas tendências ideológicas que contornam e moldam a conjuntura ideológica dominante, que permeia vários registros de pensamento: o *tecnocratismo* e o *humanismo*.

Nesse sentido, podem ser lidos em um manuscrito de 1963, intitulado precisamente com essa conjunção, alguns desenvolvimentos muito preliminares de sua teoria da ideologia, como a ideia do primado da luta sobre a unidade ideológica e, portanto, a caracterização do que ali se denomina "ideologia proletária" como um processo "que ganha terreno no próprio cerne da ideologia dominante".

Neste escrito, o que se entende por "ciência marxista" se aproxima bastante da definição que, em *Lire le Capital*, Althusser retira de Macherey, quando se refere a ela como "ciência da ideologia". Esta se desdobra aqui em três características: 1) teoria marxista da ideologia; 2) teoria marxista da luta ideológica e 3) conhecimento da realidade da conjuntura ideológica.

No que diz respeito a esta última, grande parte do manuscrito busca caracterizar a conjuntura intelectual francesa do início dos anos 1960 como a de uma gravitação do *tecnocratismo* (que às vezes também vincula a ideologia do Estado gaullista como processo de articulação do capital monopolista a algumas formações ideológicas que associam humanitarismo e tecnocracia). Em termos gerais, trata-se de uma constelação de formações que conectam ideologias teóricas como o empirismo, o formalismo, o pragmatismo com "temas e formas novas", enfim, "tudo o que toca de perto ou de longe, não a realidade, mas o mito das máquinas de calcular, a cibernética e a eletrônica" (ALTHUSSER, 1963, p. 23).

Essa tendência renovada do economicismo tecnocrático encontra seu "complemento de alma", diz Althusser, nas várias formas com as quais se reedita o humanismo. Por um lado, as formas humanitárias, nas quais confluem todas as tecnologias psicossociológicas de adaptação, que visam desenvolver estratégias pacificadoras nas relações capital-trabalho e técnicas de gestão no vínculo de representação política. Mas, por outro, também se inserem nessa outra face necessária das tendências tecnocráticas, as ideologias teóricas da sociologia "científica" da cultura, que tendem a substituir o conceito de classe por uma noção de massas, não concebida como uma categoria política, mas como uma noção antropológica e imediatamente associada à ideia de público, na chave estética da indústria cultural. Para essas últimas tendências, confluem, diz Althusser, algumas formas subalternas e pequeno-burguesas da ideologia dominante, nas quais prevalecem várias formas de individualismo anarquizante, associadas a formas populares ou eruditas de existencialismo e fenomenologia, reflexos populares da consciência moral e jurídica. Esquerdismos e neo-anarquismos, formas modernas de esteticismo e da "religião da arte e do artista" que exalta a condição do "criador" e que se sustenta em "uma ideologia espontânea da liberdade e da revolta" com a qual os intelectuais de esquerda:

(...) mitigam sua própria impotência ao 'participar' dos triunfos e fracassos de todas as revoltas no mundo (...) vivendo suas condições dentro de uma ideologia em que o povo que eles não são ou que não são mais, dá origem a um mito capaz de acalmar sua impaciência diante de uma revolução que tarda a chegar (...) (ALTHUSSER, 1963, p. 24)

Essa tendência subalterna funciona na medida em que está sob o domínio do humanitarismo empresarial, o que se combina com o tecnocratismo.

Esta controvérsia esboçada por Althusser, em 1963, receberá um impulso renovado após os episódios do maio francês, com o auxílio dos quais Althusser escreve o manuscrito recentemente publicado sob o título *Sobre la reproducción* (2015), no qual o tecnocratismo e o anarquismo constituirão as duas tendências que encarnam o dispositivo de pinças ao qual o pensamento materialista sucumbe à medida que se agrava a crise teórica e política do marxismo.

O problema da reprodução constitui, portanto, o território onde se trava a ameaça ideológica no campo marxista e é por isso que Althusser entende o valor estratégico de seu trabalho teórico. Não parece ser casual que seja essa mesma questão que repercuta um dos alicerces mais interessantes do pensamento feminista. Sua abordagem continua sendo especialmente estratégica.

Teoria da reprodução

Ao se centrar na questão da *reprodução*, a teoria feminista depara-se com esse enfraquecimento do pensamento dialético em seus vários desdobramentos: como problema da causalidade materialista em termos de encruzilhada entre estrutura e transformação (não apenas de transformação política, mas também de transformação técnica); como reconceitualização dos vínculos entre trabalho, valor e mercadoria; como crítica da concepção teleológica do tempo e de sua solidariedade com a figura (androcêntrica) do Sujeito da História, etc.

Na linha de trabalho de Federici, trata-se de "ampliar a teoria do trabalho produtivo de Marx para incluir o trabalho reprodutivo em suas múltiplas dimensões", com o objetivo de "entender a luta de classes e os meios pelos quais o capitalismo se autorreproduz, através da criação de distintos regimes de trabalho e diferentes modos de desenvolvimento desigual e de subdesenvolvimento" (FEDERICI, 2018, p. 87).

A operação com o qual o ponto de vista da reprodução abre ao pensamento, interrompe a temporalidade teleológica e contemporânea e permite uma crítica ao regime de temporalidade presentista neoliberal.

No caso de Federici, a problemática da temporalidade (*Calibán y la bruja*, 2010) abrange a revisão feminista da teoria da acumulação originária. Federici amplia e complexifica a crítica marxista da temporalidade imaginária do capitalismo baseada no mito burguês do estado de natureza, introduzindo as genealogias que traçam a diferença genérica entre as condições do advento da relação social de separação dxs trabalhadorxs

imediatxs dos meios de produção. Nesse sentido, a operação abre e torna pensável o modo no qual a reprodução ampliada do capital tende a uma relação necessária com a repressão de uma complexidade de tempos que pulsam nas camadas do presente cíclico da produção, concebidas em termos abstratos.

A concepção múltipla e complexa do tempo histórico que se faz presente no aceno de Federici, também se observa no esquema temporal da reprodução, que decompõe a história do capitalismo em torno de marcos que reconfiguram os vínculos entre divisão social, divisão técnica e divisão sexual do trabalho. O desapossamento torna-se, assim, uma operação simultaneamente histórica e estrutural, que coloca em cena a dupla consistência do problema do tempo, que Althusser interpretou em *Lire le Capital* como um duplo problema teórico: o problema do mecanismo de funcionamento do modo de produção capitalista e o problema do resultado ou advento da formação social na qual este existe como estrutura em seus efeitos, e que poderia ser considerada uma das formações rudimentares da questão da complexidade temporal nos termos de uma busca por uma concepção de tempo plural e estruturada.

No entanto, essa aproximação a uma concepção plural de tempo incorporada ao pensamento feminista pelas contribuições de Federici ainda é rudimentar, porque está profundamente presa à operação contra-mítica que tende a reduzir a leitura crítica a um desvelamento de histórias ocultas e a subsumir uma necessária teoria da complexidade temporal a uma inversão do tempo do capital que daria origem ao surgimento do múltiplo oculto. Não é casual o desvio desse selo teórico na análise de conjunturas que aponta para operações de restituição de uma autenticidade pré-capitalista, deixando o pensamento político preso a uma relação especular, seja com o mito burguês do pequeno poupador ou com o mito economicista do proletariado inglês.

É possível estabelecer distinções entre a abordagem de Federici e de outras teóricas feministas dedicadas a indagar sobre a questão da temporalidade múltipla no próprio cerne do modo de produção capitalista, em vez de reduzi-la ao esquema de uma operação de desmistificação, destinada a revelar o mistério da violência política do desapossamento radical que se esconde no tempo cíclico do capital, a partir de uma leitura da acumulação originária, na qual pode se alojar finalmente uma filosofia da história, que reencontra em todas as suas manifestações a essência da violência originária de sua gênese. A redução da crítica a uma denúncia da alienação não é apenas teoricamente insuficiente por não oferecer um entendimento justo da causalidade histórica, para além do plano descritivo; ao contrário, corre-se um grande risco de

alimentar programas políticos que, na medida em que fincam suas raízes no idealismo filosófico, apenas reforçam as posições humanistas (historicamente racistas, opressivas e patriarcais) que constituem os pilares filosóficos do modo de vida típico da formação social imperialista.

Nesta direção, Tithi Bhattacharya introduz uma nuance interessante sobre como interpretar a ligação entre produção e reprodução, em chave marxista (2018). Com maior interesse em desenvolver a perspectiva unitária, ela propõe uma compreensão global do problema da reprodução, não no sentido estrito da reprodução da força de trabalho, mas no sentido mais amplo da *reprodução da totalidade complexa das relações sociais capitalistas*, da qual a relação capital/trabalho é apenas a forma teórica mais abstrata.

O que me interessa sublinhar é que a chave da diferença de Bhattacharya com as abordagens como a de Federici, reside em levar em consideração o que Althusser sugere como o problema da reprodução *a partir da tese do primado das relações de produção* sobre as forças produtivas, que se distancia de uma concepção da crítica próxima à teoria da reificação. Bhattacharya avança ao reconhecer na temporalidade complexa e contraditória, o alicerce materialista do pensamento de Marx, distorcido pelas leituras economicistas e que, conseqüentemente, restringe o conceito de classe trabalhadora aos cânones das formas aparentes da economia capitalista. Nesse sentido, ela observa em Marx que, "do ponto de vista do todo articulado, os processos de produção são, ao mesmo tempo, processos de reprodução",⁶⁹ nos quais não apenas a força de trabalho se reproduz, mas também a relação do próprio capital (2018).⁷⁰ Isso permite, por um lado, recuperar a base da exploração econômica na complexidade das relações reprodutivas concretas e, ao mesmo tempo, alertar que tal exploração não existe como tal de modo imediato ou puro, mas sim nas formas históricas particulares de aparição nas quais o capital se autossustenta". O que nos permite pensar que a luta de classes tem sua

69 "... é importante esclarecer que o que anteriormente designamos como espaços separados: (a) espaços de produção de valor (ponto de produção), (b) espaços para a reprodução da força de trabalho, podem ser separados em sentido estritamente espacial, mas, na realidade, eles estão unidos tanto no sentido teórico como operacional" (Bhattacharya, 2018).

70 Trata-se de uma concepção que interpreta uma ontologia transindividual na passagem do trabalho concreto ao abstrato e que concebe qualquer leitura que tende a fixar as lentes na cena individual da produção (como processo de trabalho) ou na reprodução (uma mulher, uma família, etc.), presa à temporalidade abstrata da lógica puramente econômica. Contra essa ideia, diz Bhattacharya: "Além da imagem bidimensional da produtora direta individual encerrada no trabalho assalariado, começamos a ver surgir uma miríade capilar de relações sociais que se estendem entre o local de trabalho, a casa, as escolas e os hospitais – um todo social mais amplo, sustentado e coproduzido pelo trabalho humano em formas contraditórias e, todavia, constitutivas" (2018).

oportunidade no mundo complexo da vida social e na variedade de formas, nas quais a classe trabalhadora se esforça para atender às suas próprias necessidades, e na complexa variedade de lutas através das quais os setores populares disputam "uma parte da civilização" (IBIDEM).

A partir dos desenvolvimentos de Bhattacharya, evidencia-se que o primado da força de trabalho contido no programa de Federici, tende a re-substancializar as categorias de gênero e raça, atribuindo-lhes uma historicidade extra-econômica, no sentido de uma autonomia absoluta do político "pré-capitalista" perpetuado em sua articulação com o modo de produção capitalista. A leitura restrita da reprodução como uma reprodução da força de trabalho, e não da relação sobredeterminada capital/trabalho, tende a separar a dominação da exploração econômica. Isso tem consequências indubitáveis, não apenas em relação aos pressupostos teóricos mobilizados, mas também em termos de estratégias políticas.

Nesse sentido, Michel Pêcheux – um dos melhores leitores do problema da reprodução em Althusser – alertou nos anos 80 sobre a operação stalinista como uma regressão do pensamento marxista em direção ao estágio pré-leninista da Segunda Internacional. Em um manuscrito supostamente escrito em 1983, atualmente conservado no IMEC e intitulado "Anarchisme/Réformisme", Pêcheux (1983) define o stalinismo como o resultado prático da degeneração da contradição entre anarquismo e reformismo, sobre o qual o leninismo trabalha. Ele, então, encontrou uma afirmação paradoxal do stalinismo nas formas de sua suposta crítica (que já assumiam as entonações de um fetichismo tecnológico e de um politicismo neo-anarquista) no resgate inadvertido do primado das forças produtivas sobre as relações de produção.

O ponto crucial da teoria da reprodução, em termos de primado das relações de produção sobre as forças produtivas, fora sublinhado por Althusser em 1975, como a questão estratégica para a compreensão do imperialismo:

(...) saber o que são as forças produtivas e as relações de produção, não apenas em um determinado modo de produção, mas também em uma formação social na qual existem vários modos de produção sob o domínio de um deles: saber o que acontece com esta unidade em uma formação social capitalista no estágio do imperialismo, o qual acrescenta determinações suplementares não secundárias, mas essenciais à questão desta 'unidade' (ALTHUSSER, 2015, p. 254).

Alguns desses riscos nos quais o politicismo e o tecnocratismo coincidem dramaticamente, vimos na Bolívia quando vozes feministas se erguem para distinguir a

autenticidade de certos setores aimarás diante da condição espúria de um "aimará que, *además*, é sindicalista".

Em vez disso, a ênfase que pode ser observada em Bhattacharya e em outras teóricas interessadas em produzir uma teoria unitária dos elos entre relações patriarcais e capitalistas, sobre *o primado das relações de produção sobre as forças produtivas*, permite inferir que em sua perspectiva são estas que abrigam a conjunção temporal de relações sociais existentes em suas dimensões históricas, técnicas, institucionais e culturais que perpetuam a reprodução ampliada da relação diversificada capital/trabalho.

Compreender a maneira complexa, porém unificada, pela qual emerge a produção de mercadorias e a reprodução da força de trabalho, ajuda-nos a entender, por sua vez, como se realiza a distribuição social do trabalho global pautada no gênero e na raça, a partir das lições que dá o capital, adquiridas nas épocas históricas anteriores, e de sua luta contra a classe trabalhadora. Atualmente, o processo de acumulação não pode ser indiferente às categorias de raça, sexualidade ou gênero, mas procura organizar e dar forma a essas categorias que atuam na determinação da extração de mais-valor. A relação salarial impregna os espaços não assalariados da vida cotidiana. (Bhattacharya, 2018)

Trata-se da necessária revitalização do pensamento dialético, na medida em que a complexidade do concreto histórico não dissolve a determinação em última instância da relação de produção capitalista; assumindo, ao mesmo tempo, que esta é abstrata em relação à complexidade das relações na qual existe como causa ausente, ou seja, sempre deslocada, descentrada em seus efeitos. É um critério próximo ao reconhecido por Althusser na concepção materialista de Marx de tempo histórico, que se constitui como crítica imanente à temporalidade contemporânea e homogênea do historicismo hegeliano, sobrevivendo no mesmo corpo de pensamento. Segundo Althusser (2004 [1967], p. 119), a temporalidade materialista inscreve a complexidade no seio da própria contradição capitalista; o que torna o tempo abstrato da produção, um "tempo de tempos", simultaneamente determinante e invisível.

Neste marco e a partir do pressuposto da multiplicidade temporal, a teoria unitária oferece as bases teóricas para reconciliar áreas do pensamento feminista que parecem construir muros entre problemáticas indubitavelmente conectadas, mas relativamente autônomas em suas lógicas específicas, como os aspectos associados à feminização da pobreza; à divisão sexual do trabalho ou ao caráter de gênero da exploração financeira e às problemáticas relacionadas à identidade de gênero e à escolha do objeto sexual; etc.

Assim, por exemplo, podem ser interpretadas as críticas de Cinzia Arruza à redução do tempo histórico ao tempo performativo, feita por Butler, não como um desprezo à problemática afetiva e identitária, mas no quadro de um programa de reconciliação entre o subjetivo de corte afetivo ou psíquico e o histórico ideológico, determinado pela luta de classes e suas formas transindividuais (ARRUZA, 2018).

De um modo radicalmente antieconomicista, a exploração econômica se torna a causa ausente de uma multiplicidade de configurações concretas da relação social capitalista, o que permite encontrar tanto para a crítica teórica quanto para o pensamento político, os fundamentos que reescrevem os processos locais em uma lógica global da totalidade social complexa e sobredeterminada.

Não é excessivo lembrar que o debilitamento dessa busca pela totalidade, é o que marca a foga o enfraquecimento político e o empobrecimento teórico das esquerdas enredadas na era do capital extremamente globalizado. Empobrecimento que, em alguns de seus desvios políticos, assume a forma de disputas identitárias e, ao mesmo tempo, em seus percursos filosóficos, sofre sob a forma de ênfases diversas (pandiscursivista, politicista, pluralista, autonomista, tecnocrático), um processo de simplificação do conceito de tempo histórico, sob a forma de uma hipertrofia de um modo temporal sobre outros e da incapacidade de pensar sua articulação em uma totalidade de tempos heterogêneos.

Portanto, não se trata de entender o feminismo em si, não existe "o feminismo em geral". O verdadeiro desafio, o que requer maior audácia intelectual, é o de dar a si mesmo os instrumentos para analisar mais claramente o campo do pensamento feminista, a fim de identificar a situação oportuna que este oferece para uma conjunção singular entre práticas teóricas e práticas políticas. Para promover processos de feminização da política e de composição de um feminismo popular capaz de revitalizar uma frente anti-autoritária, em uma conjuntura particular em que muitas das tendências reacionárias e neoconservadoras são responsáveis pela crise do próprio processo que marcou a história dependente da América Latina. Seguindo as ideias de Althusser, em *Escritos sobre la historia* (2018), podemos pensar que o neoliberalismo é em uma de suas dimensões, a "longa conjuntura" de degeneração do Imperialismo. E que essa formação se observa na topografia mundial das relações neocoloniais das geografias periféricas que mostram com toda brutalidade as marcas de um condensado de "tempos", essa complexidade não pode ser entendida se a tese da determinação em última instância for abandonada, o que supõe a primazia ontológica da luta de classes

assentada no pressuposto da primazia das relações de produção sobre as forças produtivas.

É nesse marco que se torna vital o papel que o pensamento teórico feminista está demonstrando, em seu esforço de reconstruir a trama complexa que articula os vários sofrimentos subjetivos com a estrutura capitalista da exploração econômica; isso não se refere apenas ao futuro do movimento feminista, a sua capacidade de expansão e articulação em nível global, mas à possibilidade de que o pensamento emancipador consiga recompor um horizonte de esperança para todas as formas de vida.

Isso, desde que o pensamento feminista não confunda teoria com estratégia, desde que não faça de suas consignas uma leitura imediata e empobrecida da complexidade de uma conjuntura, desde que não implique inversão imediata da redução tecnocrática do tempo à administração do mesmo. O materialismo althusseriano tem muito a contribuir para essa tarefa.

Referências:

ALTHUSSER, L. *Technocratie et humanisme*. Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine (IMEC), 20 ALT/3/9, 1963,

ALTHUSSER, L. *La revolución teórica de Marx*. Siglo XXI, México. 2005 (or. 1965)

ALTHUSSER, L. *Sobre la reproducción*. Akal, Madrid. 2015.

ALTHUSSER, L. e BALIBAR, E. *Para leer el Capital*. Siglo XXI, México. 2004 (or. 1968)

ARRUZA, C. “El Género como Temporalidad Social: Butler (y Marx)” In *Revista Intersecciones. Teoría y crítica social*, 2018 (ed. Or. en *Historical Materialism*, Volumen 23, Número 1, páginas 28 – 52. Trad. Alondra Carrillo)

ARRUZA, C.; BHATTACHARYA, T. e FRAZER, N. *Feminismo para el 99%. Un manifiesto*. Rara Avis, Bs.As. 2019.

BENSAÏD, D. *La discordance des temps*. Les Éditions de la Passion, Paris. 1995

BHATTACHARYA, T. “Cómo no saltarse a la clase: la reproducción social del trabajo y la clase obrera global” In *Revista Intersecciones. Teoría y crítica social*, agosto 2018.

(Ed. Or. “How not to Skip Class: Social Reproduction of Labor and the Global Working Class”, en *Viewpoint Magazine*, 2015. Trad. Barón, C. e Martín, F.). Disponível em

<https://www.intersecciones.com.ar/2018/08/12/como-no-saltarse-a-la-clase-la-reproduccion-social-del-trabajo-y-la-clase-obrera-global/>

- FEDERICI, S. *Calibán y la bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria*. Traficantes de sueños, Madrid. 2010
- FEDERICI, S. *El patriarcado del salario. Críticas feministas al marxismo*. Tinta Limón y Traficantes de sueños, Bs.As. 2018
- FEDERICI, C. “Feminism and Social Reproduction” in SOUVLIS, G. *Voices on the left. Challenging capitalist hegemony*. Redmarks, Athens, 2019.
- PÊCHEUX, Michel. “Anarchisme/Réformisme”. Institut Mémoires de l’Édition Contemporaine (IMEC), 1983.
- TOMBA, M. *Marx’s Temporalities*, (tr. P. D. Thomas y S. R. Farris), Historical Materialism Book Series, Brill, Leiden, 2012
- TOMBAZOS, S. *Le Temps dans l’analyse économique. Les catégories du temps dans le Capital*, Cahiers des saisons, París. 1994.
- TRAVERSO, E. *Melancolía de izquierda. Marxismo, historia y memoria*. FCE, Bs.As. 2018.

A luta feminista frente ao avanço do conservadorismo

Santiane Arias*

“Economizo sanidade de maneira a vir a ter o suficiente, quando chegar a hora.”

O conto da Aia. Margaret Atwood

Tempos difíceis. Sobre a importância do feminismo**

Há pelo menos quatro anos a conjuntura política não nos oferece sequer um dia de trégua. A intensidade com que os acontecimentos têm afetado o humor, a saúde e o cotidiano de todos e todas, inclusive aqueles/as pouco afeitos/as à política, é um sintoma de que não presenciamos um simples rearranjo institucional. Embora também seja. Presenciamos nesse curto e intenso período uma série de contradições, desafios e possibilidades. O fato desse sintoma manifestar-se *mutatis mutandis* em outros países, afetando democracias liberais sólidas, como a estadunidense e a britânica, sugere que o problema está alojado numa camada mais profunda.

Diante da gravidade e complexidade das transformações econômica e política em curso, os feminismos renascem. Para alguns, um preciosismo sem discernimento de oportunidade e prioridade. Eu, particularmente, discordo. Temas como gênero, sexualidade e família ocuparam nas últimas eleições presidenciais posição de destaque no debate político. Essa proeminência não se resume a um recurso discursivo eleitoral. Antes, expressa um elemento incontornável da política econômica neoliberal.

Os inúmeros atos organizados por mulheres nas ruas e nas redes sociais ao redor do mundo impressiona pela capacidade de aglutinar e se alastrar. Campanhas como *#niunamenos*, *#metoo*, *#prochoice* e manifestações no Brasil, Argentina, México, Irlanda, Chile, Polônia demonstram uma força social e um eco político que não podem

* Professora de Ciência Política no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UNIFAL. Contato: santiane@gmail.com

** Agradeço imensamente à Camila Furchi, feminista militante da Marcha Mundial das Mulheres Brasil, pela leitura e observações críticas.

ser ignorados pela esquerda socialista. Ocorre que muitos desses protestos são centrados na violência contra a mulher e a descriminalização do aborto. Por certo, bandeiras fundamentais e urgentes que devem continuar a ser empunhadas.

A minha dúvida é se as principais organizações feministas não têm deixado pouco espaço para outras bandeiras igualmente fundamentais e urgentes, como a sobrerrepresentação do contingente feminino nos índices de desemprego, trabalho não-pago, precário, mal remunerado e desvalorizado. Veja, não se trata de estabelecer uma escala de importância entre essas pautas, as quais estão, seguramente, nas práticas cotidianas muito articuladas – as altas taxas de feminicídio e assédio sexual e moral não estão apartadas da vulnerabilidade econômica e laboral das mulheres.

O ponto aqui é outro. Como fazer esses temas ganharem a repercussão das outras bandeiras? Essa questão me parece ter importância simultaneamente tática e estratégica. Trata-se de estender o repertório feminista às mulheres das classes populares, especialmente àquelas não organizadas ou identificadas com o feminismo. Afinal, um feminismo para os 99%, para usar a expressão de Cinzia Arruzza, Tithi Bhatthacharya e Nancy Fraser (2019), não pode esperar que as inúmeras e distintas mulheres abracem integralmente o corpus feminista.

Nesse sentido, pautas de direitos sociais universais tendem a ser importantes, não apenas porque o neoliberalismo aprofunda a extração de trabalho gratuito, ao privatizar as redes de cuidados e toda uma gama de serviços essenciais ao bem-estar; mas também porque a ênfase nos direitos sociais (não individuais) recoloca no centro os nexos entre Estado e gênero.

Existe toda uma literatura que demonstra que mesmo aqueles Welfare States com políticas sociais mais amplas e desvinculadas do salário individual não erradicaram a desigualdade entre homens e mulheres, bem como a maior exposição destas à pobreza. Os custos da reprodução do trabalhador são, no capitalismo, a despeito da forma do Estado, repassados (em menor ou maior grau) para o indivíduo que os divide com os outros integrantes do seu lar. Como escreveu Silvia Federici (2019), o assalariamento promoveu o indivíduo portador de direitos e este, via de regra, depende da família.

Deste modo, trazer para o centro a fragilidade laboral das mulheres, implica, sem dúvida, a luta por direitos trabalhistas, entre os quais uma remuneração adequada. Mas, não se esgota aí. A educação fundamental integral gratuita e universal é importante. Escolas infantis aptas a acolher todas as crianças de 0 a 6 anos com profissionais formados/as e adequadamente assalariados/as são importantes. A gravidez e o cuidado

de uma criança envolvem toda uma cadeia de mulheres que implica (em maior ou menor intensidade) a mãe, a sogra, a avó, a tia e mesmo as vizinhas. Estaria este círculo dissociado da violência doméstica e do aborto? Não, em absoluto. De modo que a exigência pelo aborto legal e seguro não é uma demanda individual tal como inscrita no lema *meu corpo, minhas regras*.

Certamente, existe entre as feministas dos diferentes campos políticos da esquerda um bom e substancial debate sobre o papel do trabalho reprodutivo no capitalismo.⁷¹ Sabemos bem na teoria e na prática que as mulheres dedicam muitas horas do seu dia a serviços não remunerados. O tempo despendido em tarefas domésticas – além do cuidado dos filhos, dos idosos e doentes da família – é extremamente desigual entre homens e mulheres. Todo esse trabalho considerado improdutivo é socialmente desvalorizado, precário e subestimado nas políticas públicas. Segundo o relatório *Tempo de Cuidar* da Oxfam, lançado em janeiro deste ano, mulheres e meninas do mundo todo, especialmente aquelas em situação de pobreza, despendem gratuitamente 12,5 bilhões de horas diárias em cuidados, e um tempo incalculável em atividades cuja remuneração é incapaz de prover-lhes o essencial.

De fato, a exploração no capitalismo está oculta no assalariamento. No entanto, o trabalho doméstico não remunerado é parte desse processo, na medida em que permite ao capitalista se eximir dos custos necessários à reprodução da força de trabalho.

Marxismo e feminismo. Um encontro mais do que oportuno

Como escreveu Angela Davis (2016, p. 17), o trabalho sempre ocupou um enorme espaço na vida das mulheres negras: “*Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório*”. Como propriedade, eram desprovidas de humanidade, portanto, de gênero – não eram percebidas como mães, filhas, esposas e dona de casa. Essa perversidade permitiu, mais tarde, colocar em perspectiva a ideologia dominante da feminilidade que – com todo o seu código de fragilidade, amor incondicional e doação integral ao lar e à família – continuou, após a abolição, a legitimar a manutenção do trabalho não (ou mal) pago exercido pelas mulheres no próprio lar e/ou na casa alheia (IBIDEM, p.20).

71 Camila Furchi indicou a impropriedade da minha generalização. Existem muitos movimentos feministas, tal como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), que estabelecem a relação entre opressão de gênero e capitalismo.

A expansão do assalariamento não varreu em definitivo o trabalho não pago. A forma salário, embora nodal na produção capitalista, historicamente se desenvolveu acompanhada pelo desemprego e relações “não típicas”, como subemprego, trabalho servil e escravo (FALQUET, 2008). Segundo Jules Falquet (2008), entre os dois polos (trabalho gratuito *versus* trabalho remunerado) existe todo um segmento ocupado pelo que denominou trabalho desvalorizado. Embora a sua existência não seja, exatamente, uma novidade, a globalização neoliberal empurra grande parte da mão-de-obra para essas relações de trabalho não totalmente gratuitas (ou análogas à escrava), embora, tampouco contínua e apropriadamente pagas. Aqui, a população feminina, sobretudo a racializada, se destaca. Difícil entender esse corte de gênero e raça descolado das mudanças no perfil de políticas públicas (econômicas, sociais, migratórias, de segurança, etc.). Mudanças estas impulsionadas por um quadro de reconfiguração do Estado – processo em grande medida global, mas de intensidade e impacto distintos. Possivelmente essa reconfiguração avança com maior desenvoltura onde não esbarra em estruturas mais ou menos sólidas das ruínas dos *Welfare States*.

Com pesquisas desenvolvidas no Brasil e na França, Helena Hirata (2016) identifica aspectos convergentes no trabalho exercido por mulheres no período recente. Primeiro, a sua presença massiva no mercado de trabalho. Segundo, a existência de dois polos, um “minoritário constituído pelas executivas e profissionais de nível universitário”, outro majoritário, onde destacam-se “profissões tradicionalmente femininas” na área da saúde, educação, escritórios, limpeza e cuidados em geral – setores com tendência crescente à terceirização. Além disso, as mulheres despontam nos índices de desemprego, subemprego e trabalho em tempo parcial. Desse modo, a representação das mulheres no mercado de trabalho se assemelha nos dois países, embora as taxas gerais e a distância entre homens e mulheres sejam maiores no Brasil. As convergências, todavia, terminam quando analisados os níveis de pobreza e as políticas públicas, como o amparo legal ao desempregado.

Muitas autoras ainda (SAFFIOTI, 2013; FEDERICI, 2019, FALQUET, 2008) observaram que a separação entre trabalho gratuito e assalariado não apenas atua na produção e reprodução do trabalhador/a, como funciona como verdadeira jazida rica em mão-de-obra reserva. Para Federici (2019, p.20), esse elemento faz da reprodução um centro de resistência. A casa e as atividades ali realizadas não são justapostos ao processo de produção de mercadorias. Do mesmo modo, Françoise Vergès (2017) enfatiza o potencial estratégico do trabalho reprodutivo.

Esse debate foi ao longo da história incorporado por organizações e demandas distintas, as quais, a meu ver, não são necessariamente excludentes, tais como a socialização e/ou o assalariamento do trabalho doméstico. Ambas bandeiras importantes, e estreitamente associadas à luta pelo direito à aposentadoria, licença remunerada da mãe, pai ou responsável, escolas em período integral, assistência pública às mães solo, etc.

Feminismo e neoliberalismo

O feminismo tem, assim, um importante papel na luta contra o neoliberalismo e a sua direita conservadora. Mas esse papel destacado não passa, a meu ver, pela inclusão de mais mulheres no topo das esferas de poder político e/ou corporativo.

De acordo com Stéphanie Treillet (2008), um *mainstream* do gênero se configurou em torno de programas e empréstimos direcionados, sobretudo, às mulheres de países periféricos, destacando pontos como: nutrição, educação, qualificação profissional, planejamento familiar, proteção infantil e materna. O microcrédito – destinado a atividades produtivas que incrementem a renda familiar e empodera seu membro feminino – é um dos expedientes mais empregados. Os fatos dados sobre sexo que ilustram os documentos do Banco Mundial aparecem sob a lente de noções como capital humano, governança, *empowerment*, *capabilities* e direito à propriedade – ideias que põem em foco a potencialidade do indivíduo, enquanto ofusca o afastamento do Estado na promoção do desenvolvimento econômico (TREILLET, 2008, pp. 57-58).

Mas, qual o impacto desse *mainstream* do gênero no feminismo? Enquanto Federici (2019) alude à colonização e, conseqüente, despolitização do movimento. Catherine Rothenberg (2018) evidencia o surgimento de um “feminismo midiático”: com celebridades autodeclaradas feministas; filmes da indústria cinematográfica destacando o poder da mulher; livros *best sellers* e artigos em grandes magazines ensinando a conciliar carreira e família, sem negligenciar a vida afetiva e os cuidados pessoais.

Para a autora, a ênfase na realização pessoal – que depende, via de regra, da terceirização de trabalhos, exercidos comumente por outras mulheres mal remuneradas – endossa a racionalidade neoliberal. Por um lado, as pessoas são “capital humano” – unidades produtivas sem gênero. Por outro, as mulheres continuam a desempenhar um

papel reprodutivo importante. Para resolver essa contradição, o neoliberalismo abraça uma nova tecnologia do *self*, enfatizando a felicidade, o equilíbrio e a responsabilidade, enquanto oblitera e substitui gradativamente elementos-chaves do léxico feminista (ROTHENBERG, 2018). Essa nova variante do feminismo ignora que o sucesso individual, dimensionado pela presença de mulheres no topo da hierarquia profissional, mantém ligações estreitas com o aprofundamento da desigualdade estrutural.

O problema não é simples. Os relatórios das instituições financeiras que acompanhavam as políticas desenvolvimentistas dos anos 1960/1970 ignoravam a questão de gênero (TREILLET, 2008). Similarmente, para certas economistas feministas, o Estado de bem-estar social fora promovido por uma economia industrial, um sistema político centrado no homem e uma família heterossexual nuclear. O ideal de trabalhador, responsável pela produção da riqueza social e provisão do lar, tinha na mulher, mãe dedicada aos cuidados dos filhos e marido, o seu complemento (CICIA e SAINSBURY, 2018). Os estudos que abordam a relação entre gênero e *Welfare States* provocaram uma importante reorientação na literatura; ao considerar as tarefas de reprodução não-remuneradas como trabalho, ampliaram noções consolidadas como, por exemplo, provisão social e cidadania (CICIA e SAINSBURY, 2018; LEWIS, 1992). Tais pesquisas, ao trazer as relações de sexo para a análise, descortinaram problemas antes encobertos – como o acesso diferenciado de homens e mulheres aos direitos sociais, ou a sobrerrepresentação da população feminina nos índices de pobreza. O conceito clássico de cidadania de Thomas Humphrey Marshall (1967), há muito criticado pelo seu eurocentrismo, passa a ser contestado também por sua perspectiva androcêntrica (LISTER, 1997).

A relação entre feminismo, desenvolvimentismo e neoliberalismo pode ser, no entanto, ainda mais complexa. Segundo Fraser (2016), o “*ethos* neoliberal” apropriou-se (a sua maneira) de ao menos três críticas feministas. Primeiro, a crítica à renda familiar – estrutura centrada no marido/pai assalariado, provedor do lar. Formulada no contexto do fordismo e do consenso keynesiano, essa posição foi posteriormente assimilada na esteira do “capitalismo flexível”, erigido sobre o trabalho remunerado (intermitente e mal pago) de todos os integrantes da casa, inclusive as mulheres. Segundo, a crítica ao reducionismo da categoria classe social – a questão, então, era que as políticas de bem-estar promovidas pelos *Welfare States* não corrigiam a desigualdade de gênero.

Por fim, a crítica ao “Estado paternalista”, que convergiu com a investida dos governos neoliberais contra o Estado social. Na avaliação de Fraser (2016, p.1),

“absolutizamos a crítica do sexismo cultural precisamente no momento em que as circunstâncias requeriam atenção redobrada à crítica da economia política”.

Com efeito, existe uma tensão entre as lutas por direitos sociais universais e a natureza do Estado capitalista e, na minha opinião, essa tensão deve ser levada ao limite de modo calculado e coordenado através de diferentes formas de lutas, inclusive sob governos de esquerda. Na contínua reconstrução das pautas é preciso ter em mente que, nós, mulheres, somos diferentes. Somos indígenas, negras, quilombolas, cisgênero, transgênero, heterossexuais, homossexuais, religiosas, libertárias, etc. Certamente, todas expostas à violência sistêmica. O desafio, talvez, seja atingir o núcleo dessa violência. A diversidade pode ser uma das nossas maiores aliadas. A fragmentação, seguramente, nossa inimiga.

Por tudo anteriormente exposto, o modelo econômico não está dissociado das questões de gênero (ARRUZZA, 2017). De modo que me parece impossível isolar a luta das mulheres e o desenvolvimento do feminismo das transformações políticas e econômicas mais amplas. Assim, pensar a atual reconfiguração do Estado, o seu novo padrão de relação com a sociedade organizada (como ONGs, associações e coletivos) e suas políticas sociais frente às pressões por contenção de gastos públicos parece-me importante para avançarmos mesmo em meio a ventos tão desfavoráveis.

Referências:

ARRUZZA, C. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. In *Cadernos Cemarx*, n.10, 2017.

ARRUZZA, C; BHATTHACHARYA, T; FRASER, N. Feminismo para os 99%. Um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

CICCIA, R.; SAINSBURY, D. Gendering welfare state analysis: tensions between care and paid work. *European Journal of Politics and Gender*, 2018, 93-109.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016

FEDERICI, S. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FRASER, N. *“Como certo feminismo mordeu a isca neoliberal”*. In: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/como-certo-feminismo-mordeu-a-isca-neoliberal/> 9/04/2016. Acesso: 08/02/20 as 21h00

GOLDMAN, W. Mulher, Estado e Revolução. São Paulo: Boitempo, 2014.

- KOECHLIN, A. Quelle stratégie féministe? In: *Contretemps. Revue de Critique Communiste*, janeiro de 2020. Disponível: <https://www.contretemps.eu/strategie-feministe-koechlin/> Acesso: 09/02/20 às 21h00.
- LEWIS, J. ‘Gender and the development of welfare regimes’. In: *Journal of European social policy*, vol 2, no 3, 1992, pp 159–173.
- LISTER, R. *Citizenship: feminist perspectives*. London: Macmillan Press, 1997.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967
- OXFAM. *Tempo de cuidar*, 2020. Disponível: https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2020/01/200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo-1.pdf. Acesso 08/04/20 às 15h.
- ROTHENBERG, C. *The rise of neoliberal feminism*. Oxford University Press, 2018.
- SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- TREILLET, S. “L’instrumentalisation du genre dans le nouveau consensus de Wahsington”. In: *Actuel Marx*, n.44, 2008, pp.53-67..
- VERGÉS, F. Il y a urgence à repolitiser le féminism. In: *Contretemps*, 11/09/17. Disponível em: <https://www.contretemps.eu/repolitiser-feminisme-verges/> Acesso 07/04/20 às 14h02

Feminismo contra o capitalismo

Tica Moreno*

As relações entre feminismo e marxismo são de tempos em tempos revisitadas, particularmente em momentos de expansão da capacidade de mobilização das mulheres e em tempos de crise. É o que tem acontecido atualmente, com esses dois fatores coincidindo temporalmente. Circulam vários textos e manifestos que retomam e atualizam os debates do feminismo marxista. Muitos partem de intelectuais feministas do norte global, mas também há produções que vêm do sul. Traduções em diálogo com a elaboração em cada realidade concreta podem ter como resultado potentes sínteses políticas. Um desafio é que essas análises extrapolem os circuitos identificados como feministas e informem o pensamento marxista. Outro desafio, nem sempre colocado, é o de dar conta de que esses aportes se concretizem em processos organizativos e de luta, o que muitas vezes é difícil quando se descola teoria e prática política.

Essas notas foram escritas observando os enlaces entre prática política organizada e elaboração teórica. Lutas anticapitalistas, numa perspectiva latino-americana, são tomadas como referência para iluminar as pistas que as resistências das mulheres, em movimentos organizados, indicam para o feminismo marxista, e para a esquerda socialista de forma geral.

Nessa parte do mundo, os povos compartilham uma história de dominação colonial e de ingerência estadunidense que se reatualizam no presente, com imposições do Fundo Monetário Internacional, golpes, tratados de comércio e investimento e o avanço violento das empresas transnacionais sobre os territórios. Nas resistências a todos esses ataques encontramos as mulheres em movimento. As referências para o debate proposto nestas notas extrapolam o que se autointitula feminismo marxista, incorporando sujeitos que se definem como anticapitalistas, socialistas, e inserem suas lutas no enfrentamento ao capitalismo racista e patriarcal. Estas são reflexões e questões

* Militante da Marcha Mundial das Mulheres, integrante da SOF Sempre Viva Organização Feminista e doutora em sociologia pela USP. Email: tica@riseup.net.

inseridas em processos coletivos de debate, particularmente no âmbito da Marcha Mundial das Mulheres e das alianças que este movimento constrói na América Latina.

Os argumentos das mulheres que resistem ao avanço das empresas transnacionais são os fios condutores utilizados para dialogar com algumas das questões propostas para reflexão nesse dossiê. O texto se inicia com as contribuições feministas para a análise contemporânea do capitalismo, ou seja, com as contribuições do feminismo anticapitalista para um marxismo feminista. Em seguida, concentrando na crítica ao poder corporativo, identificamos pontos de contradição entre o feminismo anticapitalista e correntes liberais do movimento.

O capital contra a vida

As feministas anticapitalistas não podem prescindir de Marx, mas é preciso ir além e formular análises marxistas sobre as lacunas e ausências (FEDERICI, 2018). Feministas, antirracistas, ecossocialistas acumularam ao longo de décadas análises das quais o marxismo tampouco pode prescindir. Nunca é demais recuperar a crítica feminista, como também das lutas anticoloniais, que, apesar de muito invisibilizadas e pouco integradas ao marxismo, tem muito a contribuir.

Fundamentalmente, quando marxistas focam apenas no trabalho assalariado e na produção como lócus da análise do capitalismo, grande parte dos trabalhos que produzem o viver e sustentam a economia fica de fora. Ou seja, tanto a análise do capitalismo como também as ferramentas e instrumentos políticos para a transformação ficam incompletas quando o trabalho não remunerado e as trabalhadoras/es que os realizam são excluídos da análise e, conseqüentemente, de sua consideração como sujeitos da luta anticapitalista. A análise dos processos constitutivos da reprodução social é fundamental para uma visão ampliada do capitalismo racista e patriarcal. E, a essa visão ampliada do capitalismo, precisa corresponder uma visão ampliada de luta de classes, e portanto, de classe (FRASER e JAEGGI, 2018).

A perspectiva da sustentabilidade da vida recupera, dá visibilidade e analisa os processos de trabalho que sustentam as condições de possibilidade da vida.⁷² Não se

72 Essa perspectiva provém de economistas feministas identificadas com a corrente rupturista, entre elas Cristina Carrasco e Amaia Pérez Orozco. Ver, por exemplo: Orozco (2014). A perspectiva da sustentabilidade da vida dialoga em grande medida com as elaborações recentes do feminismo marxista anglosaxão da reprodução social (por exemplo, expostas no livro *Social Reproduction Theory: Remapping class, recentering oppression*, organizado por Tithi Bhattacharya (2017). Não considero

trata de uma redução aos limites da sobrevivência, ou da reprodução das condições para a produção, mas de evidenciar os conflitos e relações sociais de exploração, opressão e dominação que organizam a reprodução social.

Na base material das relações sociais está a combinação de formas da divisão social do trabalho: internacional, sexual e racial. As formas pelas quais essas divisões se apresentam em cada momento podem ser diversas, mas mantêm seus princípios de separações e hierarquizações.⁷³ Para uma perspectiva materialista histórica, vale retomar que a conformação do capitalismo industrial e dos termos da exploração da classe trabalhadora assalariada dependeu da extração de recursos e da produção de matérias-primas nos territórios colonizados, na base do trabalho escravizado e da expropriação, com boa parte do mundo sob o domínio da colonização. Também coincide com séculos de colonização das Américas, a construção dos ideais de família heteropatriarcal, de maternidade e feminilidade sobretudo para as mulheres burguesas na Europa, enquanto mulheres negras escravizadas tinham seus corpos violados e humanidade negada (MIES, 1997).

A compreensão do racismo estrutural das sociedades capitalistas na América Latina contribui para ampliar a perspectiva da sustentabilidade da vida. A separação rígida entre as esferas da produção e da reprodução, do público e do privado-doméstico vinculado a um ideal de família heteropatriarcal, assim como a invisibilização permanente dos nexos entre os processos de reprodução social são questionados pelas feministas marxistas. Sem o trabalho doméstico e de cuidado a vida não é possível, assim como a “produção” capitalista não se viabiliza, porque sem a garantia da reprodução da vida não é possível ter trabalhadoras e trabalhadores produzindo todos os dias mercadorias, bens e serviços em todo o mundo. Esse trabalho é realizado majoritariamente pelas mulheres sem nenhuma remuneração, e, quando é remunerado, tanto nas casas como no serviço de limpeza de empresas, escolas, prédios públicos, os salários são baixos, a maioria das trabalhadoras são mulheres negras e imigrantes ou migrantes.

Mas a perspectiva da sustentabilidade da vida não se restringe ao trabalho não remunerado e sua indissociabilidade com o trabalho assalariado: o questionamento em

contraditórios, apesar de que há distintas visões sobre os termos dessas análises. Tomo como referência a perspectiva da sustentabilidade da vida e os termos do debate mobilizados pela Marcha Mundial das Mulheres.

73 Danièle Kergoat é uma referência fundamental para a elaboração sobre a divisão sexual do trabalho e a dinâmica e consubstancialidade das relações sociais.

torno a quais os processos e relações que sustentam a vida engloba todos os trabalhos e processos que produzem o viver, inclusive a natureza não humana. Essa perspectiva evidencia a interdependência entre as pessoas e a ecodependência na relação com a natureza, que está na base da cadeia de sustentação da vida. Os limites da natureza ao processo de expansão capitalista está cada vez mais evidente, entre crises e colapsos relacionados com a finitude de recursos, mas também com os tempos de regeneração dos bens comuns. As convergências entre feminismo e ecossocialismo põem em relevo as bases e elos de sustentação da vida/reprodução social, e oferecem pistas para a superação de visões estreitas de economia e para a renovação do marxismo nos nossos tempos.

Existe uma contradição estrutural entre o processo de acumulação do capital e a sustentabilidade da vida, formulado nos termos de um conflito do capital contra a vida. Não se trata de uma crise conjuntural, mas de contradições básicas da estrutura socio-reprodutiva do capitalismo (FRASER, 2015), aproximando em certo sentido países do sul e do norte, apesar de que os termos dessa contradição sejam vivenciados de maneiras distintas em cada parte do mundo, e conforme as dinâmicas imbricadas das relações de classe, raça e gênero no interior de cada país. As disputas em torno dos eixos do conflito do capital contra a vida são estratégicas nas apostas de lutas emancipatórias, que têm os desafios de enfrentar a conjuntura sem perder o horizonte de transformação estrutural que orienta as lutas anticapitalistas e socialistas.

Enfrentamos um novo impulso aos processos de espoliação e mercantilização que amplia os mesmos mecanismos violentos de acumulação capitalista, o acaparamento da natureza e controle dos territórios; a exploração e apropriação da renda e dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores; o disciplinamento e controle sobre o corpo e a vida das mulheres; e a militarização. A criminalização e violências, notadamente militar, racista e misógina, são instrumentos desse sistema, reforçado pela despolitização e controle da informação (MMM, 2015).

O genocídio da juventude negra no Brasil, a violência contra as populações indígenas e o encarceramento em massa são evidências do racismo deste sistema. A resistência das mulheres aos ataques contra sua autonomia é vista em muitas partes, especialmente questionando a violência e o controle sobre o corpo e a sexualidade. Não é uma questão individual, como a violência nunca foi. Compreender as causas sistêmicas das violências e enfrentá-las como um todo, sem separar as lutas contra a violência patriarcal e racista das lutas anticapitalistas é um desafio. Para o feminismo

anticapitalista, e marxista em particular, trata-se de construir agendas e processos organizativos que articulem essas lutas fundamentais com a crítica ao capitalismo racista e patriarcal. Esse desafio está colocado, e as pistas a partir de lutas concretas são importantes. Por toda a América Latina, encontramos mulheres que defendem, junto a suas comunidades, seus territórios⁷⁴ barrando o avanço de megaprojetos de empresas transnacionais. Colocar nomes nos protagonistas dos ataques do capital contra a vida, se mostra uma importante estratégia, não a única, para um feminismo internacionalista, enraizado em processos territorializados.

Crítica ao poder corporativo e as armadilhas da gramática feminista liberal

A concentração de riqueza e poder das empresas transnacionais alcançou, no neoliberalismo, um patamar inédito na história do capitalismo. O que chamamos de poder corporativo engloba tanto as empresas transnacionais como demais atores que operam processos políticos e econômicos, legais e ilegais, além de se capilarizar em Estados e organismos internacionais (FERNÁNDEZ, 2016). O poder corporativo vai muito além de um poder estritamente econômico, impulsiona e impõe agendas políticas, culturais e jurídicas em âmbito internacional.

O *modus operandi* do poder corporativo articula essas diferentes esferas, buscando ampliar o consentimento e legitimação do protagonismo das empresas na organização da vida. Colam sua imagem em uma narrativa de sustentabilidade e desenvolvimento tecnológico e tentam se desvincular das atrozidades violações sistemáticas que acontecem ao longo das cadeias globais de produção. Roubam conhecimentos tradicionais, privatizam e reorientam conhecimentos produzidos em universidades, colocando tudo na lógica do patenteamento e propriedade intelectual, sempre um capítulo fundamental nos tratados comerciais. A dimensão jurídica do poder corporativo extrapola os limites dos Estados, constituindo as normativas globais por meio de tratados e resoluções vinculantes nos organismos internacionais. Aí se combinam diferentes lógicas e interesses, desde os Estados de origem até os que se situam nas pontas das cadeias e competem entre si por investimentos com agendas de desregulamentação.

74 A defesa dos territórios compreende “os nossos corpos, o lugar onde vivemos, trabalhamos e desenvolvemos nossas lutas, nossas relações comunitárias e nossa história” (MMM, 2015)

Fazem parte dessa agenda os tratados de comércio e investimento, instrumentos de disputa geopolítica de hegemonia e controle de territórios, recursos e bens comuns. O acúmulo feminista anticapitalista nessa agenda indica que, olhar para as realidades em que a exploração e as violações se apresentam de formas agudas (como entre as imigrantes que trabalham em oficinas de confecção, as trabalhadoras domésticas e diaristas, assim como as trabalhadoras das empresas terceirizadas de limpeza, ou as vendedoras de cosméticos que não são consideradas trabalhadoras de grandes empresas, as que estão na informalidade, e a lista poderia ir além), nos permite vislumbrar onde as mudanças impulsionadas pelo neoliberalismo pretendem nos levar, ou seja, a generalização da precariedade (FARIA e MORENO, 2017). Essa perspectiva considera, portanto, a imbricação das relações constitutivas do capitalismo racista e patriarcal.

A violência é um instrumento estrutural desse sistema. E, onde as empresas transnacionais encontram obstáculos, colocados por sujeitos coletivos em luta, utilizam violência, tentativas de cooptação, perseguição e assassinato das lideranças. Com estruturas estatais a serviço das elites empresariais, a criminalização da pobreza e daqueles que a combatem está se expandindo pelo continente, especialmente em países governados pela extrema-direita.

O enfrentamento ao poder corporativo pode ser uma expressão concreta da luta feminista anticapitalista, e nestas lutas são elaboradas, na prática, as conexões entre o feminismo e as dimensões ecológicas críticas à acumulação capitalista. A presença das grandes empresas de mineração e do agronegócio nos territórios expulsa trabalhadores/as que perdem as terras para produção de alimentos e geração de renda, instaurando uma disputa pelos comuns como a água e a biodiversidade. As mulheres enfrentam mais dificuldades para garantir a produção cotidiana do viver e a sustentabilidade da vida, assim como o aumento da violência e a exploração sexual. A resistência feminista denuncia as formas pelas quais o corpo das mulheres é utilizado para amortecer os impactos da superexploração do trabalho e da destruição do território (MARCELINO, FARIA e MORENO, 2014). No mesmo sentido, não são atacadas apenas as terras, mas o modo de produção e a vida das comunidades tradicionais e camponesas, que resistem às transnacionais ao mesmo tempo que constroem, na prática, as alternativas agroecológicas que alimentam a população, estratégia na luta por soberania alimentar.

Nas lutas contra o poder corporativo, para barrar a expansão da atuação dessas empresas, liberar territórios onde as mesmas se instalaram e dismantelar as estruturas

desse poder, as mulheres têm se construído como sujeitos coletivos, identificadas com o feminismo em processos concretos de organização, luta e alianças anticapitalistas.

Por sua vez, as empresas transnacionais, em seus processos de legitimação, incorporam cada vez mais o empoderamento das mulheres, a diversidade e a sustentabilidade ambiental em suas ações de responsabilidade social corporativa. O poder corporativo incorpora o que cabe do discurso feminista (fragmentado e encapsulado) em sua lógica de acumulação. Essa não é uma estratégia nova, mas que hoje se renova. A mercantilização das lutas e a “maquiagem lilás” são parte dessa estratégia corporativa, que ecoa no feminismo disperso e referenciado nos meios de comunicação hegemônicos, nas redes sociais e descolado de processos organizativos. E aqui é importante destacar como as correntes liberais do feminismo também se atualizam nesse cenário, e o papel que cumprem na permanente e atualizada “astúcia da história” (FRASER, 2009).

Se uma perspectiva liberal do feminismo sempre atuou para incluir as mulheres em legislações que anunciam – mas não implementam – uma igualdade de direitos e oportunidades (FARIA, 2005), hoje nos deparamos com um feminismo (neo)liberal que atua para “reduzir impactos” do capitalismo.

Não são poucas as iniciativas em espaços internacionais para produzir estudos sobre os "impactos de gênero" da atuação das transnacionais. A narrativa feminista (neo)liberal busca reduzir os impactos do neoliberalismo sobre a vida das mulheres sem alterar a lógica de acumulação capitalista e sua sistemática de violações. Projetos locais de incentivo ao empreendedorismo, financiados por grandes empresas, investem na desarticulação da organização popular que resiste nos territórios. A armadilha dos impactos já foi muito denunciada pelo feminismo anticapitalista na América Latina.⁷⁵

Redução de impactos, conciliação, compensação... essa é uma gramática recorrente nas correntes liberais, muito vinculadas a organismos multilaterais. A *redução dos impactos* vem combinada com projetos de *empreendedorismo e microcrédito*. Frente a visibilidade da crise dos cuidados, se apresentam soluções privatizadas para *conciliação* (pelas mulheres) do trabalho profissional e doméstico (com flexibilização, trabalho a domicílio). E, para *compensar* a destruição de territórios e modos de vida de comunidades em um país, projetos com mulheres de povos

75 Ver, por exemplo, REMTE (2015).

indígenas são financiados em outra parte. Evidentemente, as violações e a lógica de acumulação seguem a todo vapor.

Por tudo isso, é preciso desconfiar quando os conceitos viram palavras dissociadas dos sentidos políticos e dos sujeitos políticos que os cunharam, uso de diversidade e empoderamento, gênero, raça e interseccionalidade (COLLINS, 2017), diversidade e empoderamento. Como já escrevemos em outro espaço (FARIA e MORENO, 2017), quando o feminismo não é constitutivamente antipatriarcal, antirracista e anticapitalista, suas reivindicações não apenas invisibilizam a maioria das mulheres, mas também são incorporadas às custas dessa maioria, ampliando a exploração sobre elas.

A atuação de correntes (neo)liberais despolitiza os conflitos e reduz o questionamento ao "machismo" a comportamentos de homens conhecidos, tirando o caráter sistêmico da opressão (FARIA, 2019). Isso faz com que pareça um avanço quando uma propaganda incorpora uma diversidade de mulheres ou fala de empoderamento, como as marcas de sabonetes da *Unilever*. Ou quando saem as chamadas a projetos locais que promovem o "empreendedorismo das mulheres", financiados pelas mesmas empresas que, posteriormente, disponibilizarão essas ações nos relatórios de sustentabilidade, comprovando que contribuem para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, definidos no âmbito das Nações Unidas (*Avon, Coca-Cola, C&A, Vale, Walmart, L'Oreal* e a lista pode ir além).

O capitalismo não compensa. Essa lógica de compensação passa longe do que é uma luta anticapitalista. Se autointitulando feminismo e pretendendo hegemonizar o movimento, o objetivo da perspectiva liberal e individualista é que as mulheres (só algumas, é evidente) alcancem o topo sem necessariamente romper com as hierarquias, nem mudar as estruturas de acumulação e as práticas do poder. Não é demais ressaltar que isso se dá em um momento de crescente negação da política enquanto prática coletiva, de criminalização das lutas sociais, desqualificação e perseguição dos movimentos sociais e sindicais. A negação do próprio caráter do feminismo enquanto movimento social, e o foco em mudanças e comportamentos individuais têm como consequências o esvaziamento de seu sentido político de transformação social.

Organizadas nos territórios, quando se recusam a sair de suas comunidades e se colocam como obstáculos para o avanço das empresas, as mulheres e comunidades estão dizendo que não querem simplesmente reduzir os impactos da presença de uma transnacional da sua vida, mas querem manter seus modos de vida sem essa presença.

Explicitar essas diferenças e antagonismos entre o feminismo anticapitalista e correntes liberais, especificamente nessa dimensão da construção da agenda nos processos de luta territoriais e em âmbito internacional contribui para destacar uma especificidade do feminismo marxista. Trata-se de uma crítica ao limite da política centrada em direitos que tira do horizonte a superação do capitalismo racista e patriarcal. Ou seja, o horizonte não é incorporar mais mulheres a um poder constituído (seja no mercado, no Estado ou nos capítulos de gênero dos tratados de comércio e investimento). O objetivo é “*cambiarlo todo*” como dizem as companheiras latinoamericanas, rompendo com as lógicas de exploração, extrativismo e apropriação dos nossos tempos, trabalhos e territórios, colocando a sustentabilidade da vida no centro da ação feminista contra o capitalismo racista e patriarcal.

Para um marxismo feminista

A discussão anterior mostrou algumas divergências de fundo no feminismo. As possibilidades de ampliação e massificação de um feminismo anticapitalista está relacionada não só com a atuação das feministas nessa disputa e construção, mas também com os desafios da esquerda socialista nos tempos atuais.

O reconhecimento e debate real sobre as contribuições das feministas marxistas precisa ser parte desse processo, avançando para um marxismo feminista com consequências para a organização política. Ao mesmo tempo, o renovado interesse nas críticas feministas ao capitalismo, perde muito quando desconhece as experiências e acúmulos das mulheres em movimento, que constroem a resistência anticapitalista desde seus territórios e em articulações latino-americanas. Recuperar e dar visibilidade às lutas das mulheres organizadas, aprender com esses processos e tê-los como referência é um caminho para esse debate, inclusive porque enfrentam no concreto da vida e da organização os desafios e também as contradições das lutas emancipatórias, atualizando formulações, fortalecendo a auto-organização das mulheres e construindo alianças.

Por décadas, as mulheres de organizações de esquerda afirmam “*Sem feminismo não há socialismo*”, questionando as tentativas de separar e secundarizar a luta das mulheres das lutas consideradas “gerais”, e as estratégias orientadas por uma conhecida visão “primeiro derrotamos o capitalismo, depois resolvemos a opressão das mulheres”. As lutas concretas demonstram, na prática, que essa separação é equivocada, e mais

atrapalha do que ajuda. Francisca “Pancha” Rodriguez, dirigente da ANAMURI no Chile, na última assembleia de mulheres da CLOC/Via Campesina,⁷⁶ retomou a longa e intensa trajetória de organização das mulheres camponesas. A síntese política dessas mulheres organizadas resumem uma pista para seguir: “*com feminismo construimos socialismo*”. Para além de representações ou notas de rodapés, sujeito e ação são fundamentais para um marxismo feminista.

Referências:

BHATTACHARYA, Tithi (org.). *Social Reproduction Theory: Remapping class, recentring oppression*. Londres: Pluto Press, 2017.

COLLINS, Patrícia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*, v. 5, n. 1, jun. 2017.

FARIA, Nalu. Desafios feministas frente à ofensiva neoliberal. *Caderno Sempreviva*. São Paulo: SOF, 2019.

FARIA, Nalu. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. In: FARIA, Nalu (org.) *Desafios do livre mercado para o feminismo*. *Cadernos Sempreviva*. São Paulo: SOF, 2005.

FARIA, Nalu; MORENO, Tica. Apresentação. *Desafios feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida – nós mulheres seguimos em luta!* São Paulo: SOF, 2017.

FEDERICI, Silvia. Marx, el feminismo y la construcción de los comunes. In: *El patriarcado del salario – críticas feministas al marxismo*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.

FERNÁNDEZ, Gonzalo. *Alternativas al poder corporativo*. Barcelona: Icaria, 2016.

FRASER, Nancy. Las contradicciones del capital y los cuidados. *New Left Review*, v.100, p. 111– 132, out. 2015.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Revista Mediações*, v.14, n.2, 2009.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalism: A Conversation in Critical Theory*. Medford: Polity, 2018.

76 Disponível em: <http://www.cloc-viacampesina.net/vi-asamblea-de-mujeres/con-feminismo-construimos-socialismo-afirman-mujeres-de-la-cloc-lvc>

MARCELINO, Maria Fernanda; FARIA, Nalu; MORENO, Tica. *Trabalho, corpo e vida das mulheres: uma leitura feminista sobre as dinâmicas do capital nos territórios*. São Paulo: SOF, 2014.

MIES, Maria. Colonization and Housewifization. In: HENNESSEY, Rosemary; INGRAHAN, Chris (Orgs.) *Materialist Feminism: A Reader in Class, Difference, and Women's Lives*. Nova Iorque/Londres: Routledge, 1997.

MMM (Marcha Mundial das Mulheres). *Feminismo em marcha para mudar o mundo: trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento*. São Paulo: SOF, 2015

OROZCO, Amaia Pérez Orozco. *Subversión feminista da economía: aportes para el debate sobre el conflicto capital-vida*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014.

REMTE (Red Latinoamericana Mujeres Transformando la Economía). *Las mujeres contra el libre comercio: una historia de resistencia y lucha*. São Paulo: SOF, 2015.

ISBN: 978-65-00-02583-5

CDL



9 786500 025835